



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

PEDRO HENRIQUE BARBOSA DA SILVEIRA

A CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÕES DO DISCURSO
PRÓ-GARIMPO EM RORAIMA EM PERFIS DE INSTAGRAM

Orientador: Prof. Dr. Liráucio Girardi Jr.

SÃO PAULO

2023

PEDRO HENRIQUE BARBOSA DA SILVEIRA

**A CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÕES DO DISCURSO
PRÓ-GARIMPO EM RORAIMA EM PERFIS DE INSTAGRAM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu – Mestrado em Comunicação – da Faculdade
Cásper Líbero como requisito parcial para obtenção do
título de mestre em Comunicação.

Linha de pesquisa: Jornalismo, Imagem e Entretenimento

Orientador: Prof. Dr. Liráucio Girardi Jr.

SÃO PAULO

2023

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a Roraima, um estado que amo do jeito que é, e não pelo jeito que muitos querem que seja. Por muito tempo, Roraima é vítima de um ideal colonialista de desenvolvimento que deprecia a cultura local para favorecer o extrativismo. Para muitos, Roraima é uma terra bonita apenas por causa dos recursos naturais que podem ser explorados. O problema dessa mentalidade é simples: quando não há mais o que extrair, só sobra uma terra arrasada, quimicamente contaminada e com potenciais econômicos que poderiam existir com a preservação ambiental desperdiçados. Em Minas Gerais, existem municípios inteiros devastados pelo garimpo cuja economia depende da Vale, pois já não há mais potenciais econômicos. Não quero isso para meu estado.

Quando falo da minha paixão por Roraima, penso primeiro nas pessoas. Penso nos indígenas, venezuelanos, imigrantes nordestinos e de outras partes do Brasil que se locomoveram e hoje compõem a sociedade roraimense. Minha família migrou do sul do país para lá, e hoje sequer consigo imaginar o que seria da minha infância, adolescência e início da vida adulta se estivesse em outro lugar. Foi lá que desabrochei como ser humano, “virei gente”, e hoje falo com orgulho sempre que posso sobre a terrinha.

Roraima é um estado cuja população conta com posicionamentos notoriamente conservadores. Isso é comprovado na história e no presente. Eu, como uma pessoa que assumidamente contra esses ideais, não deixo de amar e respeitar a população. Não vejo inimigos políticos, mas sim pessoas que buscam sobreviver a um longo processo histórico que envolve colonização, desmatamento sem estudos de impacto e exploração trabalhista. O conformismo, em muitos momentos, é essencial para a sobrevivência.

Obrigado mãe, por me mandar mensagens constantes perguntando se estou bem e toda a dedicação no meu cuidado. Obrigado pai, por me orientar nessa caminhada no mundo acadêmico. Obrigado irmã, por me aguentar de vez em quando e ser essa pessoa invocada que me enche de orgulho. Obrigado falecida avó, por me chamar de “cientista” por causa do cabelo desarrumado e de “chato” quando falava demais. Para mim, a senhora devia ser canonizada como santa pela igreja católica. Obrigado falecido amigo, por compartilhar piadas de humor duvidoso, gostos estranhos e os mais variados hobbies e talentos comigo. Obrigado orientador, por acreditar no potencial das minhas ideias e ajudar a lapidá-las para que este projeto vire realidade.

RESUMO

A pesquisa conta com o objetivo de analisar a construção e estrutura do discurso pró-garimpo roraimense presente em comentários de publicações relacionadas ao tema nas páginas de Instagram Notícias 24h Roraima e Roraima 24h, que repercutem notícias locais e denúncias de interesse regional. O levantamento acontece no período de 20 de janeiro até 20 de março de 2023. O contexto para a coleta é a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Roraima no dia 21 de janeiro para averiguar a situação de fome e vulnerabilidade dos indígenas devido ao crescimento do garimpo ilegal na Terra Yanomami e a consequente operação de retirada dos garimpeiros homologada por decreto presidencial, com participação das Forças Armadas, Polícia Federal e a Fundação Nacional do Índio (Funai). É nesta janela temporal que existe a oportunidade de ver a reação das diferentes representações garimpeiras em comentários de publicações das páginas de Instagram com público de foco roraimense. Para análise, a metodologia usada será da Cartografia de Controvérsias, fruto de discussões acadêmicas em torno da Teoria Ator Rede (TAR), e aqui voltada para compreender as vivências e interpretações que formam as retóricas analisadas. Por trás desse discurso, há um longo histórico de colonização e extrativismo da floresta amazônica, algo que é abordado junto com referenciais teóricos dos estudos culturais para auxiliar no entendimento dos fluxos comunicacionais que contrem o local e tempo do discurso garimpeiro. A compreensão teórica e historiográfica da construção da identidade garimpeira roraimense atrelada à análise contribui para a complexidade problemas estruturais inerentes da colonização da Amazônia que contam com ramificações no presente, e abrem espaço para discussões a respeito da necessidade de encarar a preservação do meio ambiente não apenas como algo benéfico para a humanidade no que tange a sobrevivência das próximas gerações, mas também algo que pode servir para benefícios econômicos e trabalhistas.

Palavras-chave: representação; identidade; garimpo; Roraima; imaginário

ABSTRACT

This research examines the construction and structure of the pro-gold mining discourse in Roraima. It analyzes comments on Instagram posts related to the topic on the profiles of "Notícias 24h Roraima" and "Roraima 24h," which disseminate local news and regional "reports." Data was collected from January 20th to March 20th, 2023, during President Luiz Inácio Lula da Silva's visit to Roraima. This visit aimed to assess the hunger and vulnerability situation of indigenous communities due to the growth of illegal mining in the Yanomami Territory. The subsequent operation, authorized by a presidential decree, involved the Armed Forces, Federal Police, and the National Indian Foundation (FUNAI). Reactions of different representations of the Roraima gold mining community were observed in the comments on the respective Instagram profiles. The methodology employed for analysis is Controversy Mapping, rooted in Actor-Network Theory (ANT), which aims to comprehend the experiences and interpretations shaping the analyzed rhetoric. The discourse's construction is informed by a history of colonization and extractivism in the Amazon rainforest, approached through the theoretical framework of cultural studies. Understanding the construction of Roraima's gold mining identity, coupled with the analysis of this discourse, contributes to comprehending the complexity of the structural issues inherent in the colonization of the Amazon. These historical experiences and discursive constructions have present-day ramifications, prompting complex discussions on human rights, climate issues, and a development model that has yet to find its place in the lives and imaginations of Roraima's gold mining population.

Keywords: media representation; identity; gold minning; Roraima; imaginary

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo I: Memória, identidade e cultura garimpeira roraimense	8
1.1 A construção da memória e a estátua do garimpeiro	11
1.2 O colonialismo pós-revolução industrial e o estereótipo do indígena	19
Capítulo II: Histórico do garimpo no Brasil e o extrativismo da Amazônia	24
2.1 O garimpeiro brasileiro	24
2.2 O garimpeiro roraimense	27
2.3 A Amazônia vista por Anúncios Publicitários na Ditadura Militar	31
2.4 A criminalização do garimpo em Terra Yanomami	42
2.5 “A Farsa Ianomami”: uma teoria da conspiração	45
2.6 O garimpo roraimense contemporâneo	53
2.7 A questão venezuelana	60
Capítulo III: O posicionamento pró-garimpo no Instagram em meio às denúncias na Terra Yanomami	65
3.1 Metodologia	68
3.2 As páginas “notícias24hrr” e “roraima24h”	70
3.3 Coleta de dados (20 de janeiro - 20 de março de 2023)	72
3.4 Categorizando o discurso pró-garimpo roraimense	106
Considerações Finais	114
Referências	116

Introdução

O objeto de estudo da presente monografia é particular a um espaço-tempo: trata-se da construção de um certo tipo de discurso sobre o significado do garimpo roraimense no mundo contemporâneo.

Roraima é o estado mais ao norte do Brasil, conta com 223,644 km², faz fronteira com a Venezuela e a Guiana, e tem 652,713 mil habitantes segundo prévia do Censo Demográfico 2022. O rendimento mensal domiciliar per capita é pequeno, de R\$1.166, menor que o próprio salário-mínimo¹. A densidade demográfica até 2010 é de 2,01 habitantes por km². O número parece pequeno, mas é fruto de um crescimento populacional vertiginoso que iniciou em meados dos anos 1970, quando tinha demografia de 0,19 habitantes por km², conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística².

Essa indicação ajuda a entender que a população do estado, tal como existe em 2023, é fruto de uma formação que se iniciou há menos de um século. Quando o território federal de Roraima foi criado por Getúlio Vargas, em 1943, o objetivo já era colonizar o estado e explorá-lo a partir do extrativismo de seus recursos. Silveira (1988) aponta que a extração de minérios já representava 59,5% de toda a produção econômica daquela localidade quando o decreto que criou o território foi assinado.

Roraima só se tornou oficialmente um estado brasileiro, contando com os três poderes estaduais, em 1988, com a criação da atual Constituição Federal. Antes dela, no entanto, muita coisa aconteceu naquela região para que o projeto extrativista e colonizatório, herdado de Vargas pela ditadura militar, fosse bem-sucedido. Uma das principais contribuições para o deslocamento de migrantes para a região foi a construção da BR-174 na década de 1970. Hoje, essa é a única rodovia que liga Boa Vista, a capital do estado, com outros centros urbanos do país.

Na década seguinte, ocorreu um forte *boom* populacional devido ao garimpo de diamantes. O ápice desse fluxo migratório foi entre 1987 e 1990, período em que a população do estado quase dobrou de 72.758 para 115.247 habitantes. (RODRIGUES e PINHEIRO [DATA]. p. 523)

¹ Medida provisória aumenta salário mínimo para R\$1.320 a partir de maio. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/noticias/957339-medida-provisoria-aumenta-salario-minimo-para-r-1-320-a-partir-de-maio/#:~:text=A%20Medida%20Provis%C3%B3ria%201172%2F23,segunda%2Dfeira%20\(1%C2%BA\)](https://www.camara.leg.br/noticias/957339-medida-provisoria-aumenta-salario-minimo-para-r-1-320-a-partir-de-maio/#:~:text=A%20Medida%20Provis%C3%B3ria%201172%2F23,segunda%2Dfeira%20(1%C2%BA).). Acesso em: 26.05.23

² Roraima - IBGE Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr.html> Acesso em: 26.05.23

Pouco tempo depois, em 1992, a região - que até hoje concentra a maior parte do garimpo do estado - foi demarcada como Terra Indígena Yanomami, o que tornou a atividade ilegal no território. Seja por falta de fiscalização mais incisiva ou por expertise dos garimpeiros, as invasões aos territórios dos povos originários continuaram. A partir de 2019, houve aumento significativo de invasores na região graças ao desligamento e enfraquecimento sistemático de pontos de fiscalização. Em 2023, o Governo Federal voltou a reforçar a fiscalização, mas, até o presente momento, ainda não é suficiente para retirar todos os invasores da localidade³.

Com este breve resumo da colonização de Roraima no século XX, já é possível entender como o garimpo, assim como a agropecuária e a indústria madeireira, foi fundamental para que o processo de crescimento populacional ocorresse. O extrativismo está no nas decisões institucionais e no imaginário da população roraimense contemporânea com as suas inúmeras implicações.

Há, portanto, muito o que definir aqui antes de se partir para o levantamento de dados da pesquisa: questões relacionadas à identidade, à construção de pertencimento, memórias, disputas entre representações simbólicas, processos de modernização, colonialismo, civilidade e à produção de estereótipos. O primeiro capítulo busca desenvolver uma reflexão teórica sobre essas questões, e atrela esses conceitos à Estátua do Garimpeiro, monumento popularmente considerado o “cartão-postal” de Roraima.

No segundo capítulo, há a contextualização histórica do garimpo no Brasil e qual seu papel como parte do extrativismo amazônico iniciado no século XIX. O capítulo também mostra a história do desenvolvimento urbano de Roraima e os impactos do garimpo na segunda metade do século XX. Por fim, há também a contextualização do contexto contemporâneo da garimpagem na Terra Indígena Yanomami, local que concentra a maior parte dos minérios do estado, e portanto é alvo de milhares de invasões na atualidade.

O capítulo três traz um recorte contemporâneo do discurso pró-garimpo conforme manifestado em comentários de publicações em dois perfis de Instagram populares em Roraima. São eles *Notícias24hrr* e *Roraima24h*. Ao analisar esses comentários, será possível obter uma visão particular do discurso garimpeiro roraimense, com a compreensão de suas retóricas e fundamentações. Algo inédito para o meio acadêmico, e que poderá ser esclarecedor em relação às problemáticas do garimpo na Amazônia.

³ Garimpeiro continuam invasão da Terra Yanomami e demonstram resistência. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/02/garimpeiros-continuam-invasao-de-terra-yanomami-e-demonst-ram-resistencia.shtml#:~:text=As%20primeiras%20a%C3%A7%C3%B5es%20na%20terra,mais%20uma%20a%C3%A7%C3%A3o%20no%20territ%C3%B3rio>. Acesso em: 26.05.23

Capítulo I: Memória, identidade e cultura garimpeira roraimense

Segundo Hall (1992), a definição de identidade sofreu algumas alterações ao longo dos últimos séculos. Por isso, ele cita três concepções históricas diferentes, em ordem cronológica. Primeiro existe o conceito de identidade para o sujeito do iluminismo, dotada de características que são de nascença, inerentes à própria existência. A segunda, do sujeito sociológico, define a identidade como formada pela vivência coletiva, moldada pelas relações com outras pessoas. A terceira, do sujeito pós-moderno, destaca que a identidade é constantemente transformada e adaptada em relação às formas que cada um é apresentado nos sistemas culturais. Ou seja, um indivíduo pode ter várias identidades ao mesmo tempo, inclusive contraditórias.

Na definição do sujeito, está presente o papel do modernismo. Hall (1992) explica que a sociedade moderna é caracterizada por mudanças constantes, rápidas e permanentes. Há também uma perpétua análise das práticas sociais, reformadas sempre à luz de informações sobre as mesmas. Nesse contexto, já com ajuda do iluminismo, o indivíduo não se vê mais como um mero pedaço de um organismo ou causa maior, mas sim algo singular e único. À medida que as cidades modernas ficaram mais complexas, já na primeira metade do século XX, o indivíduo ainda se vê como único, mas definido no interior de grandes estruturas sociais. Ainda no século XX, há a evolução das ciências humanas e a gênese de movimentos sociais tais como o feminismo e a luta por direitos LGBT, que quebraram a rígida separação entre indivíduo e sociedade. Agora, o corpo, a etnia, o gênero e a sexualidade são também considerados instrumentos de participação política e transformação social. Com isso, a identidade é descentralizada, e passa a significar algo que está em constante construção em relação aos outros. Ou seja, a identidade é formada pelos posicionamentos que um indivíduo toma em contraste a algo ou alguém, podendo ser transformados ou adaptados.

Uma vez definida a identidade, ela precisa de um campo para se fazer vista. Um local que sirva para se manifestar e assim ingressar na luta contra identidades antagônicas pelo controle do poder de se ver e fazer crer. Bourdieu (2008) cita que a luta é travada com representações mentais, compostas por atos de conhecimento e reconhecimento, e representações objetais, compostas por objetos e atos simbólicos. Essas representações simbólicas podem ser instrumentalizadas como objetos de poder. Ou seja, como formas de perpetuar ideias convenientes em uma região, o que influencia a construção e percepção das identidades regionais e étnicas. (BOURDIEU, 2008 p.107-108).

Dentro das lutas simbólicas, existe também o combate pelo significado e legitimação do espaço. As regiões de conflito, por tanto, são por si só construídas no imaginário coletivo. A divisão que é imposta aqui pode se aplicar tanto para a distinção entre espaços físicos quanto para as idades, gêneros, orientações sexuais, etnia, etc. É uma categorização carregada de marcas de distinção, assim como acontece com as próprias identidades. Mas no caso da “região”, para que ela exista no imaginário coletivo, é necessário que a delimitação seja feita por uma figura de “autoridade”, porta-vozes que despertem a disposição para acreditar presente em um determinado coletivo. O discurso regionalista, nesta lógica, é performático e construído para delimitar fronteiras e características internas no imaginário coletivo. (BOURDIEU, 2008. p. 109-111), da mesma forma que as nações são comunidades políticas imaginadas. (ANDERSON, 2008. p. 32-34)

Quanto ao conceito de “cultura”, sua etimologia está associada a diferentes significados, podendo ser “habitar”, “cultivar”, “proteger” ou “honrar com veneração”. Com o passar dos séculos, a palavra foi traduzida para o inglês e o francês, e usada primordialmente para se referir ao cuidado de plantas, frutos e animais (agricultura, floricultura). (WILLIAMS, 2007. p. 118-119). A palavra sofreu grandes modificações a partir da revolução industrial do século XVIII, e passou a ser associada a conhecimentos, civilidade e religião. Segundo Williams (1979), a palavra “civilidade” aqui é chave para entender a transformação que ocorreu. Ele explica que “civilização” e “cultura” eram termos intercambiáveis em meados do século XVIII, pois ambos se referiam a um estado que está no “cultivo do desenvolvimento humano”.

Surgiram, no entanto, críticas conceituais à civilização a partir da filosofia de Jean Jacques Rousseau e do movimento literário romântico. Para essas correntes de pensamento, a civilização é artificial, uma antítese ao estado natural do ser humano, e, portanto, ser “civilizado” está mais relacionado à sua conexão com bens materiais e “conforto” da vida urbanizada do que à cultura em si.

Aqui nasce um conceito abstrato de cultura, relacionado ao desenvolvimento humano “íntimo”. Com isso, o conceito de “civilização” passa a ser usado para empregar o processo meramente mecânico de desenvolvimento da sociedade. Já o conceito de “cultura” passa a ser usado para apontar o processo humano no desenvolvimento da sociedade, e, portanto, começa adquirir o sentido ligado às artes, religiões, vidas pessoais, práticas de significados e valores. Apesar das diferenças, ambas as palavras eram empregadas na sociedade européia para destacar a vitória da “razão” sobre a suposta “barbaridade” e “ignorância” de povos que não

contavam com a mesma ordem social humana. As implicações colonialistas aqui são evidentes.

No século XX, no entanto, a palavra “cultura” passou por diversas transformações e debates dentro do meio acadêmico, e hoje pode significar coisas distintas dependendo da área de estudo. A característica mais importante acrescentada é o entendimento de que cultura não parte somente de quem produz, mas também de quem recebe.

Martín-Barbero (2008) afirma que é importante observar as diferentes apropriações e ressignificações que os receptores aplicam às mensagens que recebem dos meios de comunicação. Para destacar a existência dessas reapropriações, ele observa a América Latina, composta pela mestiçagem de diversas crenças e vivências que misturam o indígena, o rural, o urbano, o popular e o massivo. Com isso, o estudo da comunicação a partir das mediações se torna também uma questão cultural.

“[...] os processos políticos e sociais desta época – regimes autoritários em quase toda a América do Sul, cercados de lutas de libertação na América Central, grandes migrações de homens da política, da arte e da investigação social –, destruíram velhas certezas e abriram novas brechas, nos confrontaram com a verdade cultural desses países: a mestiçagem, que não é apenas aquele fato racial do qual viemos, mas a atual trama da modernidade e das descontinuidades culturais, de formações sociais e estruturas de sentimento, de memórias e imaginários que misturam o indígena com o rural, o rural com o urbano, o folclore com o popular e o popular com o massivo. Foi assim que a comunicação se tornou uma questão de mediações mais do que de meios, uma questão de cultura e, portanto, não só de conhecimento, mas de reconhecimento. Um reconhecimento que foi, a princípio, uma operação de deslocamento metodológico para re-ver todo o processo da comunicação a partir de seu outro lado, o da recepção, o lugar das resistências e da apropriação a partir de seus usos. Mas num segundo momento, tal reconhecimento, justamente para que esse deslocamento não virasse mera reação ou mudança teórica passageira, se transformou em re-conhecimento da história: reapropriação histórica do tempo da modernidade latino-americana e de seu descompasso, que abre uma brecha na lógica enganosa pela qual a homogeneização capitalista parece esgotar na realidade presente. Pois na América Latina a diversidade cultural não significa, como talvez na Europa e nos Estados Unidos, a dissidência contracultural ou o museu, mas a vigência, a densidade e a pluralidade das culturas populares, o espaço de um conflito profundo e uma dinâmica cultural inevitável.” (MARTÍN-BARBERO, 2018. p. 11)

Para os estudos culturais aqui empregados, a cultura não está necessariamente associada a uma sociedade “mais evoluída”, a produções materiais ou a atividades valorizadas por classes dominantes. Para Williams (2007, p. 121), cultura pode ter os seguintes significados: “i) o substantivo independente e abstrato que descreve um processo de desenvolvimento intelectual, espiritual, estético, a partir do Século 18. ii) o substantivo independente, quer seja de modo geral ou específico, indicando um modo particular de vida, quer seja de um povo, um período, um grupo ou da humanidade em geral [...]. iii) o

substantivo independente e abstrato que descreve as obras e práticas de atividade intelectual, particularmente artística”. O conceito *ii*, no caso, surge na língua inglesa no fim do século XIX e início do século XX.

Seguindo os dois primeiros conceitos, é possível apontar alguns aspectos fundamentais de constituição da cultura garimpeira roraimense. Trata-se de um grupo de pessoas que migrou para uma localidade com objetivo de conseguir sustentabilidade financeira a partir do garimpo. O conceito *ii* justifica esse processo como um modo particular de vida. Já o conceito *i* compartilha o ideal de desenvolvimento adotado a partir do século XVIII, de que é preciso mobilidade, extração e domínio da natureza na conquista do processo civilizatório. É o desenvolvimento urbano e econômico não apenas como um desejo material, mas também espiritual. A fé pela transcendência humana através da instrumentalização da natureza.

1.1 A construção da memória e a estátua do garimpeiro

Em 1967, já no terceiro ano da ditadura militar, Hélio da Costa Campos é designado pelo presidente regente Costa e Silva para o cargo de governador de Roraima. No ano seguinte, ele é abordado por Laucides Inácio de Oliveira e Walter Bastos de Melo, ambos da divisão de obras do governo local. Os dois sugeriram que Boa Vista tivesse no Centro Cívico um monumento que representasse a cidade. A imagem escolhida foi a do garimpeiro.

A Estátua do Garimpeiro tem 7,5 metros de altura e 15 de comprimento, feita de argamassa de borracha e alumínio, e fica acima de uma base de sustentação de tijolos e cimento. O monumento foi construído em 1969, durante a ditadura militar brasileira, com base no desenho arquitetônico de Laucides Inácio de Oliveira e planilha de dimensões de Francisco da Luz Moraes¹.

De forma semelhante à praça dos três poderes em Brasília, estão situadas em volta do Centro Cívico as sedes dos poderes Executivo (Palácio Senador Hélio Campos), Legislativo (Assembleia Legislativa de Roraima) e Judiciário (Tribunal de Justiça de Roraima), interligadas por uma larga rotatória que envolve a praça principal. Algumas das principais avenidas de Boa Vista partem deste ponto da cidade, o que, visto de cima, forma uma imagem de leque. No centro desta praça que interliga os poderes, está a Estátua do Garimpeiro.

Conforme catálogo disponível no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, o Monumento ao Garimpeiro

⁴ Monumento do Garimpeiro : Boa Vista, RR - Biblioteca do IBGE >: Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=441768&view=detalhes> Acesso em 05.05.2022

...é uma homenagem aos áureos tempos do ‘milagre amarelo’ e àqueles em Boa Vista que trabalharam e contribuíram para o desenvolvimento do Estado. Construído na década de 1960 pelo governador Hédio da Costa Campos, o monumento representa um homem garimpando com sua bateia

Essa descrição demonstra um aspecto celebratório da estátua aos trabalhadores braçais da garimpagem, pertencentes às classes financeiramente marginalizadas. Com isso, é possível enxergar um discurso que busca homenagear o trabalhador de baixa renda no contexto roraimense.

O personagem da estátua não está em posição desbravadora ou heróica. A postura dele é arqueada diante de uma pequena fonte artificial de água, segurando uma bateia com as duas mãos. Seu gesto simula um garimpeiro em momento de trabalho na beira de um rio. A palavra “trabalho” aqui adquire um significado especial, pois, para todos os efeitos, a imagem que o monumento demonstra é do garimpeiro como um trabalhador que faz parte do desenvolvimento econômico de Roraima por meio do trabalho braçal.

Durante a ditadura militar brasileira, conforme será visto com maiores detalhes no capítulo 2, o Governo Federal estimulou a migração de milhares de nordestinos para a região amazônica com a construção de rodovias e propagandas nas décadas de 1970 e 1980. Já na segunda metade de 1990, o crescimento populacional diminuiu devido ao fechamento de garimpos, mas ainda existia um intenso fluxo migratório por causa dos concursos públicos para os recém-criados três poderes do estado de Roraima pela Constituição de 1988. (NOGUEIRA, VERAS, SOUZA. 2013. p. 4) A Estátua do Garimpeiro é parte desse processo, e monta uma representação para unir os migrantes em torno de uma identidade compartilhada pelo desejo coletivo de extrair.

Figura 2: Estátua do Garimpeiro sobreposta com a bandeira de Roraima ao fundo



Fonte: Pedro Barbosa

O monumento pode ter mais de 50 anos, mas seus valores são contemporâneos para aqueles que se identificam como pertencentes à identidade garimpeira roraimense. Um exemplo disso é o protesto realizado por garimpeiros e empresários favoráveis à atividade no Centro Cívico, em maio de 2022, contra uma comissão de deputados federais que foram até a Assembleia Legislativa de Roraima para conversar com o então presidente da casa, o ⁵deputado estadual Jorge Melo (*Podemos*), sobre as denúncias de crimes em terra Yanomami relacionados às invasões à região⁶.

Uma das principais reivindicações de garimpeiros em protestos como este é a proibição da queima de equipamentos utilizados na garimpagem em operações da Polícia Federal na terra Yanomami. Esse desejo foi atendido por Jorge Melo, que criou um projeto de lei com este objetivo, aprovado por unanimidade na Assembleia estadual no dia 27 de junho de 2022. A lei foi sancionada pelo governador de Roraima, Antonio Denarium (Progressistas), no dia 5 de julho. O Ministério Público Federal (MPF) considera a lei inconstitucional, uma vez que não cabe ao poder público estadual regular as atividades de órgãos federais que combatem à garimpagem⁷. Em fevereiro de 2023, a lei foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em votação unânime⁸.

Aqui vemos não apenas a existência de um discurso garimpeiro roraimense com exigências políticas, mas como também o apoio de políticos locais em suas demandas, seja de forma sincera ou somente com a busca dos votos de eleitores.

Sobre a questão da estátua, Freire (1993 p. 94) observa que “monumento é um substantivo que vem do verbo latino *monere* que significa ‘fazer lembrar’”. Apenas nessa etimologia já fica claro o poder que os monumentos possuem de fixarem na memória do coletivo uma perspectiva coletiva sobre o passado. Para a autora, os monumentos criam uma

⁵

⁶ Garimpeiros protestam contra comissão de parlamentares em Roraima >: Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/POLITICA/Roraima/Garimpeiros-protestam-contracomissao-de-parlamentares-em-Roraima/86733> Acesso dia 06.07.22

⁷ Ações tentam barrar no STF lei de Roraima que proíbe destruição de equipamento do garimpo ilegal. Cristiane Prizibiszki, **Eco**, 12 de jul. 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/acoes-tentam-barrar-no-stf-lei-de-roraima-que-proibe-destruicao-de-equipamento-do-garimpo-ilegal/>

Acesso em 08 de março de 2023

⁸ STF derruba lei de Roraima que proibia destruição de bens apreendidos em operações ambientais. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=502827&ori=1#:~:text=Por%20unanimidade%2C%20o%20Plen%C3%A1rio%20do,em%20opera%C3%A7%C3%B5es%20ambientais%20no%20estado.> Acesso dia 03.03.23

teatralização social de valores, uma vez que consagram imagens da memória coletiva que vão além da vida cotidiana do mundo contemporâneo.

Gonçalves (2007), por sua vez, aponta que é possível pensar o monumento como um discurso, uma vez que ele parte de um autor posicionado e se dirige como resposta aos diferentes discursos que ocorrem no espaço público. A Estátua do Garimpeiro representa uma visão de mundo do Governo Federal em Roraima, durante a ditadura, e, portanto, ela pode ser enquadrada como uma forma de discurso que parte do poder público daquele período.

Mas como essa associação pode existir, uma vez que a estátua representa tão somente um trabalhador anônimo da garimpagem?

Primeiramente, é preciso desconstruir a “razão de ser” dos monumentos de forma geral. Conforme Le Goff (2013), monumentos são obras públicas voltadas para perpetuar memórias para futuras gerações. A ideia é transmitir valores e princípios do passado para aqueles que não estavam vivos na época em que os mesmos foram constituídos coletivamente. Com isso, os monumentos perpetuam e idealizam o passado, o que influencia a percepção da sociedade contemporânea de acontecimentos do passado, vulgo a memória coletiva. Desde a antiguidade romana, o motivo para existência dessas construções segue duas direções: a da celebração e a da memória coletiva.

Na maior parte da história da humanidade, monumentos não eram exatamente voltados a enaltecer figuras anônimas, como no caso do garimpeiro. Entretanto, Le Goff (2013) aponta como isso muda após a primeira guerra mundial (1914-1918). O historiador explica que surgiram vários túmulos na Europa voltados para soldados desconhecidos que morreram durante a guerra. Para o autor, isso representa uma procura dos poderes públicos por ultrapassar os limites da memória, uma vez que monumentos sob corpos desconhecidos proclamam a coesão da nação em torno de uma memória em comum. Na prática, soldados sobreviventes da guerra puderam sentir que fizeram parte de um importante processo histórico ao olharem para esses monumentos, e civis passaram a ser constantemente lembrados por essas construções dos sacrifícios que ocorreram durante a guerra para que o status-quo daquela realidade ocorresse.

Para Le Goff, o papel que os monumentos podem ter na construção de identidades regionais, nacionais e memórias coletivas, são pensados como forma de perpetuação da dominação de certos tipos de poderes públicos, pois: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória

coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (Le GOFF, 2013, p. 477).

Retomando Freire (1993), um aspecto que precisa ser destacado para que um monumento sirva, de fato, como uma teatralização social de valores é a sua apropriação pela população. A autora cita que é necessário que as pessoas reconheçam, ou, em alguns casos, “se reconheçam”, na figura representada. Ao longo do século XX, regimes autoritários perceberam essa necessidade, e usaram monumentos como representações simbólicas para induzir valores às massas (FREIRE, 1993, p. 96).

No caso da Estátua do Garimpeiro, construída durante um regime autoritário brasileiro, a sua representação não se restringe apenas à uma glória garimpeira do passado. Na realidade, o monumento serve como uma indução de moralidade quanto à integridade e importância que a figura do garimpeiro desempenha para a construção da sociedade roraimense naquele momento. Pode-se descrever como uma espécie de convocação para trabalhadores marginalizados integrarem a construção da nação por meio da expansão do extrativismo e assumirem a identidade garimpeira dentro da esfera pública.

O discurso nacionalista empregado na estátua, atrelado à religião e uma interpretação conveniente de memória, ajuda a construir a identidade garimpeira roraimense. É a crença na libertação espiritual pelo trabalho braçal garimpeiro como um ideal a ser preservado pelas próximas gerações em Roraima.

“As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* — um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (veja *Penguin Dictionary of Sociology*: verbete “*discourse*”). As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALL 1992, p. 13-14)

O aspecto imortal e generalista representado pela estátua pode ser associado à experiência religiosa, pois ela é uma resposta imaginativa ao sofrimento humano. Religiões justificam as angústias existenciais e tragédias em nome de uma salvação, e criam vínculos entre os vivos e os mortos através da crença na regeneração e continuidade da memória. Apesar do declínio da fé religiosa a partir do iluminismo, ela é usada até hoje para apaziguar e justificar sofrimentos. Assim, ocorre o emprego da religiosidade no discurso nacionalista. (ANDERSON, 2008. p. 37-38)

Em frente à estátua, há duas placas que fazem alusão à restauração que o monumento recebeu em 1999, com orçamento da Prefeitura de Boa Vista, na época chefiada por Ottomar de Souza Pinto. Antes de assumir o cargo no Executivo municipal, Souza Pinto já havia sido governador do então Território Federal de Roraima por convocação do presidente General João Figueiredo, de 1979 até 1983. Ottomar Pinto voltou a ser governador de Roraima de 2004 à 2007, ano em que faleceu de parada cardiorrespiratória⁹.

Em uma das placas, existe o enunciado “Homenagem da Prefeitura de Boa Vista aos velhos garimpeiros” acompanhado de uma lista com os nomes de 23 garimpeiros considerados pelo Executivo como notórios para o crescimento populacional e desenvolvimento econômico da cidade.

Figura 3: Placa pós-reforma da estátua 1



Fonte: Pedro Barbosa

Figura 4: Placa pós-reforma da estátua 2



Fonte: Pedro Barbosa

A restauração da estátua pelo poder público pode soar contraditória com a ilegalidade que ela implica pelo incentivo da exploração de minérios em Terra Indígena, porém, é preciso

⁹Morre governador de Roraima Ottomar Pinto >: Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/morre-governador-de-roraima-ottomar-pinto-641452.html> Acesso dia 07.09.22

lembrar que elas são marcadas, também, por tensões e contradições. Isso significa que é possível, neste caso, o governo do estado assumir uma posição que soa ilegal para a esfera federal, pois o espaço de diálogo aqui não está mais preso ao ideal nacional unificador da época da ditadura. As representações identitárias são sempre situacionais, relacionais e conflitivas. Agora, a representação simbólica está direcionada para a população que já está em Roraima, e não para os migrantes das décadas de 1970 e 1980.

“O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. [...] O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora 'narrativa do eu'" (HALL, 1997. p. 2-3)

A identidade do garimpeiro roraimense reconhece a própria profissão como legítima apesar da invasão de Terras Indígenas. Eles veem a si mesmos como trabalhadores, mesmo que estejam trabalhando de forma clandestina. São contradições que fazem sentido com a visão de mundo daqueles que para sobreviver dentro da idealização capitalista de desenvolvimento, encontraram em Roraima uma nova casa, e veem a expansão urbana como uma necessidade para o Estado, mesmo que isso implique violar direitos indígenas e comprometer permanentemente o meio ambiente.

Também chama atenção nas placas, acima, a dedicatória nominal a garimpeiros anciões, alguns destacados pelos apelidos, como no caso do “Monchão”, “Velho Barruda” e “Waldemar Pisa Miúdo”, que ajuda a oficializar a linguagem dos garimpeiros na forma que muitos se apresentam entre si. A expressão da memória, como todo ritual, assume uma forma publicamente expressa e socialmente aceita como uma espécie de representação dramática. Ajuda na autoestima do garimpeiro que enxerga os pares representados pelo monumento dentro dos seus próprios termos. É um manifesto da validação da figura do garimpeiro mesmo após a proibição da garimpagem. Bourdieu (2008) detalha o fenômeno do manifesto da seguinte forma:

“[...] o poder quase mágico das palavras reside na objetivação e na oficialização de fato levadas a cabo pela nomeação pública, diante de todos, e cujo principal efeito consiste em extrair a particularidade (na raiz do princípio do particularismo) imprensado ou até mesmo impensável (é exatamente o que ocorre quando o “linguajar” inominável se afirma como língua suscetível de ser falada publicamente); e a oficialização encontra sua plena realização na manifestação, ato tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) através do qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, reprimido, torna-se visível, manifesto, tanto para os outros grupos como para si mesmo, atestando sua existência enquanto grupo conhecido e reconhecido, e afirmando sua pretensão à institucionalização. O mundo social é também representação e vontade; existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto” (BOURDIEU, 2008. p. 112)

A reforma da Estátua pode ser um exemplo distante dos valores ambientais e da defesa dos direitos humanos compartilhados na atualidade, mas, até mesmo na gestão do governador Antonio Denarium, que assumiu o Governo de Roraima em 2019, há exemplos de posicionamento favorável à expansão da garimpagem no estado, que ajudaram na sua reeleição, no primeiro turno, para o cargo em 2022.

Em fevereiro de 2021, Denarium sancionou a lei estadual nº 1453/2021, que aprovou a atividade no estado com uso de mercúrio, considerado nocivo para o meio ambiente. Para evitar conflitos com a Constituição, o projeto menciona a legalização somente para o território estadual, o que exclui as Terras Indígenas. Mesmo assim, a lei foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pois foi entendido que somente a União pode regular e alterar regras referentes à garimpagem¹⁰.

Essa dinâmica entre o poder público estadual e municipal em Roraima com os garimpeiros é característica do chamado “novo espaço público”, explicada por Wilton (1999) como um espaço público formado pela presença dos condicionantes do mundo simbólico, mediação da cultura e a pluralidade de instituições que compõem a vida social.

Isso significa que o espaço público contemporâneo não parte mais dos interesses do Estado, conforme demonstrado pela construção da Estátua do Garimpeiro durante a ditadura militar, mas sim de interesses privados que são refletidos dentro do poder público. Características e objetivos em comum formam nichos que são capazes de pressionar a política e a mídia de forma que proporciona a existência de uma “exaltação do indivíduo” ao invés do bem coletivo. Dentro desses nichos, existe a troca de símbolos que dão legitimidade a suas existências, e reforçam o valor cultural dos mesmos.

¹⁰STF considera inconstitucional e derruba lei estadual que liberava garimpo em Roraima <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/09/15/stf-considera-inconstitucional-e-derruba-lei-estadual-que-libera-garimpo-em-roraima.ghtml> Acesso dia 20.09.22

No caso da Estátua, há a ressignificação do monumento para a atualidade como representante daqueles que são contrários às políticas do Governo Federal pós-ditadura militar que visam preservar as áreas mais visadas para garimpagem no estado. Existe hoje uma nova função para o monumento, não mais limitada a um “cartão-postal” de potenciais econômicos, mas também como um símbolo de resistência garimpeira. Como Freire (1993, p. 101) destaca: “A função social revigorada é que se coloca como condição de visibilidade para os monumentos”

Mas, para além de símbolo apropriado pelo discurso pró-garimpo, a Estátua do Garimpeiro também representa a marginalização da população nortista e nordestina ao longo dos séculos. A exploração trabalhista de quem vive na miséria, mas acredita que é possível ser contemplado com o extrativismo herdado dos europeus. Existem muitas promessas de ganho financeiro na Amazônia, mas até hoje elas são realidade para poucos.

“Em nenhuma outra região brasileira a população enfrenta tão duras condições de miserabilidade quanto os núcleos caboclos dispersos pela floresta, devotados do extrativismo vegetal e, agora, também ao extrativismo mineral do ouro e do estanho” (RIBEIRO, 2015. p 229)

1.3 O colonialismo pós-revolução industrial e o estereótipo do indígena

A Estátua do Garimpeiro revela uma faceta do processo extrativista em Roraima. Aquela que seduz e reforça a identidade garimpeira roraimense como essencial, humilde e com esperança pelo futuro melhor. Mas, no caso das identidades pós-modernas, elas precisam estar em oposição a algo ou alguém. Neste contexto, pode-se apontar que a identidade garimpeira roraimense existe em contraste à preservação da floresta amazônica, uma localidade historicamente conhecida por ser difícil de explorar por aqueles que são forasteiros. Ou seja, a floresta é vista como rival. Afinal, para ganhar dinheiro com o garimpo é preciso enfrentar vários riscos que a Amazônia apresenta: doenças, animais selvagens, indígenas que protegem seus territórios, escassez de recursos e outros forasteiros que podem não ser amigáveis, pois não há polícia ou fiscalização de plantão para impedir ou apaziguar conflitos armados.

Com tantos obstáculos para o ganho financeiro, é natural que a floresta seja rival. Porém, mais do que isso, a Amazônia simboliza para os garimpeiros algo que deve ser domado, controlado e contemplado pelos confortos da modernidade. A conversão da floresta para o modernismo é uma meta que jura emancipação para os garimpeiros. O desejo pela

modernidade dentro da floresta é algo que promete não apenas ganhos financeiros, mas também a libertação espiritual.

Para comprovar a espiritualidade do desmatamento como uma filosofia, recorre-se a Heidegger (2007) e a desconstrução do uso da técnica, aqui definida como um saber operacional que adapta recursos às necessidades humanas, passa a ter uma forte implicação de rivalidade contra a natureza no contexto moderno.

Após a revolução industrial, a natureza passa a ser encarada somente como uma provedora de recursos para as necessidades e confortos do homem ocidental. Antes desse fenômeno, conforme Heidegger (2007), a natureza era encarada por camponeses como algo que ainda precisaria de cuidado e proteção. Afinal, ainda é necessário semear o solo e cuidar da terra para que haja a constante garantia de frutos.

Isso muda a partir de duas características marcantes da revolução industrial. Primeiro, existe a adaptação da técnica para as linhas de produção industriais, o que acelera o processo de criação de produtos, e assim gera maior disponibilidade e demanda de produtos na sociedade. Segundo, existe o início da extração de minérios, como o carvão, dos solos para alimentar os maquinários dessas indústrias. Assim, a natureza surge na perspectiva moderna como uma inimiga. Um animal que deve ser domesticado para servir ao homem moderno.

O desabrigar imperante na técnica moderna é um desafiar <Herausfordern> que estabelece, para a natureza, a exigência de fornecer energia suscetível de ser extraída e armazenada enquanto tal. Mas o mesmo não vale para os antigos moinhos de vento? Não. Suas hélices giram, na verdade, pelo vento, permanecem imediatamente familiarizadas ao seu soprar. O moinho de vento, entretanto, não retira a energia da corrente de ar para armazená-la. Uma região da terra, em contrapartida, é desafiada por causa da demanda de carvão e minérios. A riqueza da terra desabriga-se agora como reserva mineral de carvão, o solo como espaço de depósitos minerais (HEIDEGGER, 2007, p. 381)

Além disso, é no processo migratório que se observa a desigualdade social que justifica o garimpo como desejo para as pessoas que migram. Woodwark (2000, p. 21) destaca que:

...a migração é um processo característico da desigualdade em termos de desenvolvimento [...] Essa dispersão das pessoas ao redor do globo produz identidades que são moldadas e localizadas em diferentes lugares e por diferentes lugares. Essas novas identidades podem ser desestabilizadas, mas também desestabilizadoras. O conceito de diáspora é um dos conceitos que nos permite compreender algumas dessas identidades - que não têm uma pátria e que não podem ser simplesmente atribuídas a uma única fonte.

Só que para além daqueles que migraram, é preciso destacar os principais afetados pelo extrativismo amazônico: os indígenas. A identidade garimpeira não é diretamente antagonista à identidade indígena, uma vez que é possível haver tanto indígenas que são a favor como contra a garimpagem. Mesmo assim, existe um forte antagonismo contra indígenas que querem proteger suas terras e preservar sua cultura.

Woodward (2000) destaca a diferença como uma característica que marca a presença da identidade. Quando um indivíduo se identifica como católico, por exemplo, ele está se distinguindo de todas as outras pessoas que não o são, seja por acreditarem em outra religião, ateísmo ou agnosticismo. Da mesma forma, quando uma pessoa se identifica como garimpeira ou favorável ao garimpo, ela está se distinguindo de quem é contrário às práticas e culturas do garimpo. O obstáculo para o garimpeiro conseguir ganhar dinheiro, além da própria floresta, são os defensores dela.

Ainda assim, a representação do indígena na visão garimpeira é no mínimo problemática. Isso não é culpa de alguma peculiaridade regional, mas de uma visão muito mais ampla sobre como o colonizador vê o colonizado, através do olhar de que há “selvagens puros” que precisam ser convertidos para a modernidade. Hall (1992) reforça que a ideia de uma identidade periférica pura e fechada, sem influências da modernidade que advém dos centros urbanos, é uma fantasia. A mentalidade ocidental tende a imaginar o nativo como alguém intocado pela tecnologia e os rápidos avanços da sociedade.

É desta forma que os garimpeiros em Roraima veem o “verdadeiro indígena”: aquele que está isolado, que não se locomove para os centros urbanos e não conta com apoio de aparelhos modernos. Daí que nasce a revolta desse grupo pelas demarcações de terras indígenas e outros benefícios que povos originários contam com a atual Constituição. O contato do Estado com o nativo é visto como uma “traição” dos preceitos puristas indigenistas.

No capítulo 3, há exemplos pontuais de como os indígenas, na visão dos defensores do garimpo de forma geral, não podem entrar na modernidade sem que haja desmatamento e desapropriação cultural. Talvez, o que existe aqui é um sentimento de inveja uma vez que os próprios garimpeiros tiveram que ceder parte das próprias identidades dos seus locais de origem para participarem e sobreviverem dentro da lógica capitalista presente na modernidade.

Mesmo hoje, indígenas são vítimas de estereótipos inerentes ao discurso colonialista. Bhabha (1998) destaca que o discurso colonial depende de conceitos “fixos” que diferenciam o colonizador do colonizado e criam a sensação de alteridade entre os dois. No campo

discursivo, esses conceitos são manifestados por meio dos estereótipos. Para que a colonização de Roraima ocorresse, foi preciso que se criasse a “necessidade pelo progresso” para motivar a migração em massa e subestimar tradições locais em prol de um ideal único e imutável de desenvolvimento.

Faz parte dessa construção desumanizar o indígena, o tratar como “primitivo”, “socialmente irresponsável”, “preguiçoso”, “incapaz de lidar com vícios”, entre outras características que não contam com provas científicas, mas são perpetuados no imaginário colonizador por meio de descrições superlativas que facilitam comprovações empíricas. Quando, por exemplo, alguém afirma que indígenas em geral são viciados em álcool, essa pessoa só precisou ver por conta própria alguns casos do tipo para comprovar isso na sua própria perspectiva, como se não existissem alcoólatras europeus, africanos ou asiáticos que supostamente comprovem o mesmo para outras raças ou etnias. Na prática, estereótipos não são meras simplificações, como muitos acreditam, pois sequer possuem lastro na realidade. Eles apenas aplicam características universais a grupos específicos para gerar ao colonizador a sensação de que ele conhece os colonizados.

Ao mesmo tempo, como consequência, os colonizados são condicionados a se moldarem às vontades do colonizador para evitar serem reduzidos ao estereótipo. Aqui existe a dicotomia condicionada para o colonizado, já apontada por Hall, de ou ser o “nativo puro” ou ser o “evoluído integrado à sociedade”.

“O estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade. E uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais. [...] As lendas, histórias, histórias e anedotas de uma cultura colonial oferecem ao sujeito um “Ou-Ou” primordial. Ou ele está fixado em uma consciência do corpo como uma atividade unicamente negadora ou como um novo tipo de homem, uma nova espécie. O que se nega ao sujeito colonial, tanto como colonizador quanto colonizado, e aquela forma de negação que dá acesso ao reconhecimento da diferença. E aquela possibilidade de diferença e circulação que liberaria o significante de pele/cultura das fixações da tipologia racial, da analítica do sangue, das ideologias de dominação racial e cultural ou de degeneração.” (Bhabha, 1998. p. 117)

O desejo de converter “selvagens” faz parte da própria essência da modernidade. Martín-Barbero (2018) explica que o moderno precisa estar sempre em transformação conforme a revisão e o aperfeiçoamento de técnicas. Essa visão indica um ideal único de progresso, relacionado exclusivamente às tecnologias. Com isso, a própria realidade passa a

ser confundida com as mudanças geradas pelo aperfeiçoamento da técnica. As novidades já não são mais assustadoras, mas sim coisas que naturalmente devem ser impostas.

O passado vira fardo e a novidade se torna a única fonte de legitimidade cultural. É por isso que existe a normalização do indígena como “inculto”, alguém que precisa ser salvo pela dinâmica da constante transformação do moderno. Vale aqui, no entanto, o adendo de que a transformação é meramente imagética, uma vez que ela ocorre para perpetuar o próprio sistema moderno e não para promover transformações benéficas para a sociedade, como muitos podem acreditar. As imagens de progresso passam a constituir a visão de mundo, e o mundo em si passa a ser definido pelas imagens de progresso.

Capítulo II: Histórico do garimpo no Brasil e o extrativismo da Amazônia

Até o momento, a parte teórica se mostrou importante para compreender conceitos abstratos como cultura e identidade, e seus entrelaçamentos com a Estátua do Garimpeiro, os estereótipos contra indígenas e o fluxo migratório da segunda metade do século XX que formou a população roraimense contemporânea.

No entanto, para além da filosofia que sustenta o imaginário do garimpo roraimense, é necessário observar como a garimpagem e o extrativismo ocorreram ao longo dos séculos, desde a colonização do Brasil por Portugal até o atual cenário do Brasil como colonizador de si mesmo.

Este capítulo possui foco na história. Os dados apresentados aqui são de artigos científicos, documentos oficiais e reportagens investigativas. São assuntos delicados de acompanhar, mas a pesquisa mostra que é preciso abordá-los para compreensão das trocas simbólicas que contribuíram para a construção do discurso garimpeiro roraimense como apresentado na atualidade.

2.1 O garimpeiro brasileiro

À princípio, a garimpagem brasileira nasce como um sonho português. Schwarcz e Starling (2015) observam que a coroa portuguesa desejava encontrar grandes quantidades de ouro e prata no Brasil desde meados do século XVI. Isso se deve à farta extração de metais preciosos que a Espanha já fazia em seus territórios sul-americanos.

A facilidade que os colonizadores da coroa espanhola tinham para encontrar ouro e prata, nesse período, despertou o imaginário popular europeu sobre as riquezas que poderiam ser encontradas na América do Sul, o que, inclusive, contribuiu para que houvessem invasões francesas e holandesas no continente. O exemplo mais icônico desse fenômeno social da comunicação é a lenda de El Dorado, criada para se referir à principal liderança indígena da etnia muísca, na região central da Colômbia. Exploradores espanhóis relatam que ao ser coroado como rei, os nativos cobriam o futuro soberano com ouro em pó. Subsequentemente, ele subia em uma canoa e jogava pedras preciosas no rio, como uma forma de agradar os deuses.

Com o passar do século XVI, esses relatos insuflaram desejos de europeus pelas preciosidades minerais que ouviam nessas lendas, fazendo-os imaginar que existia uma civilização coberta de ouro no meio da região onde hoje conhecemos como floresta

amazônica. Como consequência, várias foram as tentativas de encontrar esse local idealizado por aventureiros que penetraram a floresta amazônica em regiões que hoje ficam os territórios da Colômbia, Peru, Venezuela e Brasil.

No caso da coroa portuguesa, de acordo com Schwarcz e Starling (2015), já existiam relatos de descobertas de ouro desde 1561, em regiões onde hoje estão os estados de São Paulo e Paraná. Entretanto, ainda era pouco para o apetite dos portugueses, que ainda dependiam majoritariamente da escravidão e da extração de açúcar para sustentar o império no Atlântico Sul.

O garimpo passa a ganhar protagonismo na exploração portuguesa do Brasil somente a partir de 1697, quando Salvador, na época considerado a sede administrativa de Portugal na colônia, é notificada de que fora encontrado um ouro escuro e fosco misturado com cascalhos no córrego Tripuí. A descoberta desse mineral se mostrou tão relevante para Portugal que a vila pela qual passava o córrego ganhou o nome de Ouro Preto. A partir daí, muitas descobertas como essa ocorreram na região, onde, hoje, fica situado o estado que se chama Minas Gerais. Um lugar onde era possível encontrar minas de formas gerais por todo o território.

Essa descoberta foi feita por moradores da vila São Paulo, onde hoje fica a cidade mais populosa da América do Sul. A vila nasceu de missões religiosas, e já era notória antes do ouro pelas expedições de habitantes que objetivavam capturar e escravizar indígenas. Foi assim que surgiram os deslocamentos que levaram ao descobrimento de Ouro Preto. E mesmo que a coroa portuguesa quisesse manter o ouro escuro como um segredo, já era tarde demais. A partir do início do século XVII, populações litorâneas e de Portugal já sabiam da oportunidade de rápido ganho financeiro e começaram a debandar para a então pequena vila São Paulo, com o sonho de encontrar riquezas minerais nas expedições que partiam de lá. Esse foi o início da corrida pelo ouro. (SCHWARCZ E STARLING, 2015)

A reportagem “Garimpo no Brasil - Uma Breve História”, do portal da Câmara dos Deputados, cita que a expansão do território nacional no século XVII ocorreu, mesmo com a limitação teórica do Tratado de Tordesilhas, por causa de bandeirantes que partiam do litoral sudeste do país em direção ao interior, onde hoje ficam as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Esses exploradores trabalhavam para a coroa portuguesa, que arrecadava os minérios para pagar dívidas que tinha com a Inglaterra.

O termo “bandeirantes”, no entanto, só surgiria no século XVIII. Ele vem do termo “bandeira”, usado para denominar as expedições que partiam para o interior do Brasil. Isso ocorreu uma vez que as bandeiras eram usadas para ostentar o caráter militarizado, aqui

podendo ser associado a “seguro” e “disciplinado”, da organização desses grupos de viagem. (SCHWARCZ E STARLING, 2015)

O trabalho braçal do garimpo no Brasil sempre foi feito por pessoas marginalizadas. Conforme Póvoa Neto (1997 p. 45), assim que a garimpagem iniciou em larga escala no Brasil, após regulamentação da coroa portuguesa, a massa de pessoas era descrita como “aventureiros da Europa atraídos pelo ouro, mestiços livres e pobres nascidos na colônia, ex-escravos fugidos ou alforriados”.

O povo marginal era visto como indesejável para o serviço. O temor da coroa portuguesa era de que ocorressem conflitos e revoltas. Entretanto, com o passar das décadas, essa massa de nômades foi responsável por grande parte das descobertas de jazidas de ouro em regiões onde hoje estão os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O relatório *A Reinvenção do Garimpo* afirma que “com isso, a coroa portuguesa passou a incentivar a prospecção do ouro, concedendo aos descobridores de jazidas prêmios e participações sobre o achado, títulos de nobreza e cargos militares. A primeira regulamentação sobre os métodos e processos de extração do ouro foi implementada em 1730, assim como o imposto de 5.000 réis por escravo empregado”.

Isso mudou no século XVIII, quando mineradores autônomos foram colocados na clandestinidade pela primeira vez. O motivo foi a descoberta de jazidas de diamantes, mais valiosos e raros que o ouro. Portugal prontamente criou os “distritos diamantinos”, onde somente trabalhadores ligados à monarquia podiam atuar. (PÓVOA-NETO, 1997)

Mesmo assim, vários eram os casos de exploradores que atuavam nessas localidades clandestinamente em “grimpas”, nos cumes de serras. Aqueles que se aventuraram na ilegalidade eram chamados de “grimpeiros”, mas, ao longo dos anos, o termo passou a ser popularizado como “garimpeiro”

O termo “garimpeiro” surge naquele período para representar certas características e estereótipos desses autônomos, tais como “aventureiros”, “marginais”, “insubordinados” e “errantes”. Não importava o quanto a coroa portuguesa tentasse, o ouro continuava abastecendo um grande mercado ilegal. Este é o início da representação cultural do garimpeiro brasileiro, um perfil que persiste no pensamento popular mesmo após a Proclamação da República no século XIX.

“Multiplicaram-se, assim, as notícias quanto aos que, percorrendo as grimpas (cristas) das serras, extraíam diamantes clandestinamente, desafiando as autoridades coloniais. Tais grimpeiros, mais tarde garimpeiros por corruptela, foram personagens conhecidos dos cronistas da Colônia, com sua atuação registrada em todas as áreas

de mineração durante os Setecentos. Também no século XIX, os viajantes, naturalistas e cronistas estrangeiros assinalaram a persistência do garimpo ou faiscação nas antigas áreas mineradoras de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Findo o período colonial, e a legislação mineral então adotada, o garimpeiro persistiu como trabalhador que burlava as interdições territoriais à pequena mineração, ocupando novas áreas para exploração ou reaproveitando jazidas antigas. A associação tanto com a clandestinidade quanto com a mobilidade espacial - constituintes do próprio conceito de garimpo - permaneceu até os dias de hoje, ainda que nem sempre adequada às diversas formas assumidas pela atividade” (PÓVOA-NETO, 1997 p. 46)

2.2 O garimpeiro roraimense

Antes de abordar a questão do garimpo em Roraima, é fundamental entender qual a formação populacional que ocorreu ao longo dos séculos de colonização de Portugal na floresta amazônica, uma vez que isso não aconteceu à princípio por meio do extrativismo mineral.

Segundo Ribeiro (2015), a ocupação portuguesa da Amazônia inicia com a construção de fortes ao longo do sistema fluvial Solimões-Amazonas, com objetivo de expulsar franceses, holandeses e ingleses. Os reinos invasores não foram contemplados pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494, que dividiu o recém-descoberto território da América do Sul entre as coroas portuguesa e espanhola. O medo do “estrangeiro” será uma constante na história de Roraima que marca a identidade ideológica garimpeira atual.

A princípio, os portugueses tentaram escravizar indígena para obter maior produção de drogas providas do território amazônico. Aldeias inteiras foram escravizadas e feitas de refém para que homens indígenas trabalhassem em expedições portuguesas pela floresta. Mesmo assim, a resistência indígena era enorme, o que resultou em mais mortes do que escravizações de fato.

Núcleos missionários jesuítas, carmelitas e franciscanos começaram a se instalar nas regiões fluviais como uma forma mais “civilizada” de impor trabalhos e crenças aos indígenas, como a busca por recursos naturais, criação de lavouras e a construção de fortificações, casas, portos e edifícios administrativos. As missões se expandiram, e impuseram aos indígenas de diferentes etnias a homogeneização linguística aos moldes do idioma tupi, de origem litorânea, e o enquadramento cultural compulsório nos moldes das crenças religiosas e morais dos colonizadores.

Em Roraima, especificamente, os primeiros relatos portugueses são de 1639. Lá, foi implantada a capitania de São José do Rio Preto. Ingleses, espanhóis e holandeses tentaram

invadir o local, mas foram derrotados. No século XVIII, foram implementadas fazendas nacionais com rebanhos de gado para abastecimento de ocupações nos rios Amazonas e Negro. O contato de missões religiosas com indígenas era constante. (SILVEIRA, 1988)

Surge desse processo uma nova população de “locais” que tinha a herança cultural indígena, porém já contavam com a mentalidade extrativista europeia. A mestiçagem de portugueses com índias era comum e o crescimento desse povo ocorreu no século XVIII, após os jesuítas serem expulsos do Brasil. Assim, uma oligarquia local é estabelecida, e uma população formada por descendentes de indígenas desapropriados de suas comunidades e mestiços se desenvolve, tendo o tupi como língua comum. (RIBEIRO, 2015)

No século XIX, após declaração da independência do Brasil e instauração de um regime imperial, ocorreu na província do Grão-Pará a *Cabanagem*, uma das revoltas populares mais marcantes da história do Brasil. As motivações eram várias: escravidão, autoritarismo exacerbado do governo regente, discriminações, péssimas condições de vida das classes sociais mais baixas e o desejo de independência política.

Mesmo conseguindo controle da província por alguns anos, a *Cabanagem* acabou derrotada pelo império. Para Ribeiro (2015), isso não aconteceu por conta de um “fracasso” da revolta em si. Na verdade, ela poderia ser bem-sucedida se tivesse a possibilidade de instaurar um projeto alternativo de ordenação social que não precisasse de insumos europeus. A população cabana, porém, já era dependente demais de insumos como ferramentas, anzóis, sal e pólvora. Soma-se também a falta de apoio político internacional, o que impedia que o governo cabano fosse autossustentável.

Na reta final do século XIX, a revolução industrial ganha espaço em territórios europeu e norte-americano. Nesse período, a Amazônia ganhou protagonismo internacional por ser até então o único local do mundo onde era possível encontrar seringais, plantas que continham borracha, matéria prima importante para a indústria automobilística.

Assim, teve início o ciclo da borracha, que acarretou grande traslado de mão de obra nordestina para a Amazônia por meio de contratantes, uma vez que a população local era insuficiente para garantir a demanda do mercado internacional. Ribeiro (2015) estima que cerca de meio milhão de nordestinos foram levados para a Amazônia nesse processo. Para ele, “o que fazia os seringais atrativos era a propaganda oficial e toda uma rede de recrutamento mantida no sertão e nos portos, assim como a própria miserabilidade sertaneja, que não oferecia outra alternativa senão a aventura amazônica” (RIBEIRO, 2015 p. 242)

Belém e Manaus viraram grandes centros metropolitanos com portos que contavam com o fluxo de centenas de navios para levar borracha e trazer todos os tipos de novas

aparelhagens industriais. Nessas cidades, plantas arquitetônicas passaram a ter “requintes europeus”, com prédios luxuosos, sistema de esgoto e rede elétrica. No fim do século XIX, a borracha representava 40% de todas as exportações do Brasil.

O garimpo roraimense surge atrelado à decadência do ciclo da borracha na década de 1910. Após anos de tráfico de sementes de seringueira por ingleses, a borracha passou a ser comercializada de forma mais barata na Ásia. Como consequência, uma enorme crise econômica atingiu a Amazônia.

Veras (2009) explica que a crise resultou na queda de interesse pela pesca roraimense, muito consumida no Amazonas durante o ápice do ciclo da borracha. Foi neste período que minerais como ouro e diamante foram descobertos nos solos das regiões dos rios Contigo, Mau, Suapi e Tepequém, ao norte de Roraima. Isso despertou rápida mobilização de pessoas que antes já trabalhavam com a borracha. Era, afinal, uma nova oportunidade de ganho financeiro em tempos de crise. Silveira (1988) afirma que, em 1943, quando o então presidente Getúlio Vargas assinou o decreto-lei que separou a região do estado do Amazonas e delimitou o território federal de Roraima, a extração de minérios já representava 59,5% de toda a produção econômica daquela localidade.

Assim como os portugueses séculos antes e os militares, algumas décadas depois, Vargas temia invasões estrangeiras no norte do país. A preocupação dele era com britânicos e franceses, que contavam com colônias próximas de Roraima (Guiana Inglesa e Francesa). É neste período que as políticas públicas voltadas para o incentivo da migração de nordestinos começaram a acontecer, mesmo que de forma rudimentar, devido à falta de uma estrutura urbana ou sanitária apropriada em Boa Vista (VERAS, 2009).

As condições eram tão precárias que Enê Garcez, governador convocado por Vargas para o Território do Rio Branco, criou o Plano Quinquenal Territorial (de 1945 a 1949) organizando os programas de trabalho e lançando as bases de construção econômica territorial, além de apontar a necessidade de suprimento de medicamentos, bens de consumo, meios de transporte motorizados e o mínimo de saneamento básico. Na educação, a falta de estrutura mostrou resultado assustador, com mais de 95% da população do Território considerada analfabeta. A população de Boa Vista era de 5.132 habitantes segundo o governo territorial. A maioria era anêmica, desnutrida e desenvolvia doenças como sífilis, malária e tuberculose. Contudo, com o envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial, todos esses projetos ficaram em segundo plano (VERAS, 2009).

Ainda naquela época, Boa Vista era vista como a única cidade no Território de apoio para garimpeiros, uma vez que foi neste centro urbano que ocorreram as trocas de materiais

preciosos em comércios. A cidade também era um ponto de descanso, local com possibilidades para se entreter nos bares ou comprar melhores equipamentos para o garimpo. Para uma região com tamanha concentração do fluxo de minérios, muito ainda precisava ser feito pelo Governo Federal para que o comércio pudesse ganhar maior notoriedade nacional (VERAS, 2009).

Com a nova Constituição Federal de 1946, foi aprovado um plano de valorização econômica da Amazônia, de financiamento da União, com depósito de 3% da renda tributária anual por pelo menos 20 anos. Por conta disso, 2,5 mil trabalhadores de Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro foram levados para a região para auxiliar em obras de desenvolvimento urbano, e muitos contam com famílias estabelecidas em Roraima até hoje. Entretanto, ainda existiam empecilhos. A maior parte da população era garimpeira e havia a crença, entre eles, de que “o garimpeiro que usar a mão de obra para atividades que não fossem no garimpo estaria condenado a nunca mais encontrar ouro e diamante”.

Em 1948, a estrada BR-17 (que no futuro será parte da BR-174) foi construída para ligar Boa Vista com Caracarái, no sul de Roraima, como forma de contornar dificuldades de locomoção fluvial nos períodos de cheia do rio Branco. Na década de 1950, 228 famílias, na maior parte maranhenses, foram assentadas e distribuídas em três projetos de colônias agrícolas: (1) Fernando Costa, onde hoje está situado o município de Mucajaí; (2) Braz de Aguiar, onde hoje é o município do Cantá, e (3) Coronel Mota, onde hoje está o município de Alto Alegre. Devido às condições precárias de acessibilidade de Boa Vista para esses locais, somado com a alta quantidade de casos de malária, as colônias acabaram abandonadas. (SILVEIRA, 1988)

De 1944 a 1950, investimentos federais possibilitaram o Plano Urbanístico de Boa Vista, com asfaltamento das ruas, abastecimento hidráulico e construção da Praça do Centro Cívico. O projeto foi desenvolvido pela firma do engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson. Uma das principais propostas era de que houvesse um grande traçado central de integração urbana entre as ruas da cidade por meio de um radial concêntrico. O traçado, inspirado no traçado urbano de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, é o Centro Cívico. (ESTEVES, 2009).

Figura 1: Centro Cívico de Boa Vista



Fonte: Jorge Macêdo

O Censo de 1960 mostra que havia 28.304 habitantes em Roraima. Nos anos 1980, a população chega a 79.159 pessoas e, em 2000, já são 324.397 mil (DINIZ E SANTOS, 2015). O crescimento populacional de Roraima não ocorreu do dia para a noite, mas há um período na história que marcará esse fenômeno, e contribuirá para o desenvolvimento da mentalidade pró-garimpo da atualidade: a ditadura militar.

2.3 A Amazônia vista por Anúncios Publicitários na Ditadura Militar

Dentro do contexto histórico geral do Brasil, faz pouco tempo que o país conta com uma democracia de sufrágio universal. Apenas algumas décadas desde a Constituição de 1988. Por isso, a memória coletiva brasileira é até hoje extremamente marcada pela ditadura militar que antecedeu o atual regime político. Isso gera a necessidade de compreender quais as características do discurso da ditadura militar para que seja possível traçar relações com o discurso pró-garimpo contemporâneo.

O regime militar começa 19 anos após o fim de outra ditadura, protagonizada por Getúlio Vargas entre 1930 e 1945, conhecida como “estado novo” ou “era Vargas”. Nesse intervalo, houve um breve, porém intenso, período republicano marcado pela transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília, solidificação do projeto de construção de rodovias e fortes tensões políticas. João Goulart (Jango), que assumiu a presidência do Brasil em 1961, não era bem-visto pelos militares, sempre apontado por eles e outros opositores

como uma figura de esquerda que queria "implantar o comunismo" no Brasil por meio de reformas de base. Essa teoria da conspiração era reforçada pela posição que o país tinha internacionalmente em relação à Guerra Fria, de neutralidade, para que fosse possível diversificar negociações e construir uma autonomia socioeconômica. Havia também temores do alastramento do comunismo na América Latina após a revolução cubana de 1959, algo que preocupava os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Isso era, e de certa forma até hoje é, refletido na direita brasileira. (SCHWARCZ E STARLING, 2015. p.437)

Contra Jango, surgiu o envolvimento de organismos extra partidários no financiamento de campanhas eleitorais e atos políticos conservadores. Um deles, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), financiou centenas de candidatos a deputados estaduais, federais e governos estaduais, somente na eleição de 1962. Os recursos dessa entidade provinham de empresas multinacionais e do governo dos Estados Unidos.

Havia também o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), financiado por vários empresários brasileiros bem-sucedidos, responsável pela organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu meio milhão de pessoas em São Paulo no dia 19 de março de 1964. O manifesto pediu de forma coordenada por uma intervenção militar para que o Brasil não virasse um país comunista.

O pedido às Forças Armadas não era por acaso, pois já existiam relações entre militares de direita e o empresariado brasileiro que ocorriam por meio da Escola Superior de Guerra, fundada em 1949. A entidade propunha desde a década de 1950 maior participação de militares no controle da sociedade brasileira, com elaboração de modelos de desenvolvimento econômico e planos de uso de órgãos de inteligência para fins estatais. (SCHWARCZ E STARLING, 2015. p.448)

Dentro desta rede de comunicação de entidades conservadoras, havia a participação de empreiteiras especializadas em construções rodoviárias, que já contavam com forte influência política e econômica graças a projetos federais de urbanização promovidos ao longo das décadas anteriores. Nos anos após o golpe militar, em 31 de março de 1964, essas empresas se tornaram ainda mais poderosas graças à conivência do regime em garantir que trabalhadores continuem recebendo baixos salários, sem direito de greve ou sindicatos combativos. Além disso, elas passaram a dispor de enormes orçamentos provindos de recursos públicos. A partir de 1969, foi decretado a criação de uma reserva de mercado no setor de obras públicas e projetos, o que impedia que empresas estrangeiras fizessem serviços de engenharia para agências governamentais. (CAMPOS, 2021)

Os benefícios financeiros de empreiteiras privadas que apoiavam a ditadura são parte dos motivos que resultaram na elaboração da construção da rodovia Transamazônica, o projeto rodoviário mais ambicioso da ditadura.

No dia 7 de setembro de 2020, foi publicada a reportagem "Arqueologia do desastre: Há 50 anos, a ditadura promovia a invasão predatória da Amazônia, marcada por rodovias, projetos megalômanos e propaganda ufanista", no portal *Quatro Cinco Um*, um canal de jornalismo literário do grupo UOL, considerado um dos maiores produtores de conteúdo digital do Brasil.

A matéria é assinada pelo botânico Ricardo Cardim, que fez o levantamento de propagandas que exaltavam o desmatamento da Amazônia durante a época da ditadura militar no Brasil. Na reportagem, ele analisa esse conteúdo e conclui que a perspectiva apresentada é de retratação do bioma amazônico como algo "hostil", que impede o pleno desenvolvimento econômico do Brasil e por isso deveria ser enfrentado por meio de obras rodoviárias.

A partir de 1967, ano em que Costa e Silva assumiu a presidência do Brasil, o governo federal iniciou uma série de investimentos voltados para o território amazônico. Os objetivos eram vários: extração de riquezas naturais, estímulo de investimentos privados, incentivos da migração de nordestinos em situação de vulnerabilidade e a ocupação populacional do norte do país para dificultar invasões estrangeiras. Na matéria da "Arqueologia do desastre", Cardim (2020) escreve:

A ocupação efetiva [da Amazônia com estradas] começa de fato com a construção da Belém-Brasília, com os seus primeiros 550 quilômetros floresta adentro, seguindo a estratégia de integração ao Centro-Sul do Brasil estabelecida pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Com 3.400 trabalhadores divididos em onze turmas e duzentos caminhões, tratores e outras máquinas, que eram lançadas até de paraquedas nos setores de difícil acesso, a 'estrada para a onça' foi inaugurada em 31 de janeiro de 1960. Não demorou a atrair centenas de milhares de migrantes, que desbravaram as margens da rodovia e criaram novas cidades. Seus mais de 2 mil quilômetros ficaram transitáveis em 1964, mas o asfalto só foi concluído em 1973. Pela primeira vez, ir da Amazônia para outras regiões do Brasil era mais rápido que ir a países vizinhos. O movimento orquestrado de invasão da Amazônia começa realmente na década de 1970, em pleno 'milagre econômico'. O discurso da ditadura era proteger o 'vazio demográfico' e aproveitar as potenciais riquezas da região colonizando-a através de incentivos governamentais.

Uma parte importante desses investimentos foi a construção da rodovia Transamazônica. Menezes (2007) define essa estrada como um traçado transversal que corta o Brasil no sentido Leste-Oeste, ligando as regiões norte e nordeste do país por via terrestre. Ela foi construída entre 1970 e 1974, mas até hoje conta com vários trechos não pavimentados.

Na ditadura, duas justificativas eram especialmente divulgadas para a construção da estrada. Uma delas apresentava a Amazônia como uma solução prática para nordestinos afetados por secas sazonais do sertão brasileiro, uma vez que a população afetada poderia migrar para o norte do país. A outra é o desejo do governo federal de maior ocupação populacional na região amazônica, seja por medo de invasões estrangeiras ou apenas pelo desejo de exploração das riquezas nacionais da floresta, conforme destacado anteriormente por Cardim.

Para que esse projeto de povoamento da região Norte funcionasse, era necessária uma forte campanha midiática, capaz de unir interesses de setores privados com os da sociedade civil em um objetivo comum. A censura da imprensa era um dos principais mecanismos de controle da ditadura militar brasileira, e isso foi utilizado para que não houvesse a popularização de discursos críticos ao desmatamento desenfreado e a falta de sensibilidade com indígenas no projeto de urbanização da Amazônia. (ORTIZ, 1988)

Mas para além da censura, os militares criaram um discurso para pregar que o desmatamento da Amazônia seria benéfico para todos os brasileiros e que isso representaria uma emancipação do Brasil. Esse projeto estava orientado, diretamente, pela Ideologia de Segurança Nacional.

De uma certa forma, o que a Ideologia da Segurança Nacional se propõe é substituir o papel que as religiões desempenhavam nas 'sociedades tradicionais'. Nessas sociedades, o universo religioso soldava organicamente os diferentes níveis sociais, gerando uma solidariedade orgânica entre as partes, assegurando a realização de determinados objetivos. Não é por acaso, quando lemos os documentos dos militares, que toda sua apresentação gira em torno de ideias como solidariedade (no sentido durkheimiano de coesão social) e 'objetivos nacionais', isto é, as metas a serem atingidas. Procura-se garantir a integridade da nação na base de um discurso repressivo que elimina as disfunções, isto é, as práticas dissidentes, organizando-as em torno de objetivos pressupostos como comuns e desejados por todos. No entanto, como observa Joseph Comblin, esse Estado de Segurança Nacional não detém apenas o poder de repressão, mas se interessa também em desenvolver certas atividades, desde que submetidas à razão de Estado. iniciará todo um processo de gestação de uma política de cultura (ORTIZ, 1988. p.115-116)

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, houve o boom do mercado de bens culturais como livros e revistas no Brasil, estimulado por uma política adotada pela ditadura de redução de custos da produção de papel no país. Houve também o estímulo da importação de maquinarias para impressão, o que auxiliou na produção em massa de conteúdo (ORTIZ, 1988).

É neste contexto que as propagandas coletadas por Ricardo Cardim foram criadas. O questionamento que fica é: qual a forma que o discurso favorável ao desmatamento amazônico assume nesse mercado?

A primeira coisa a ser observada é a presença de imagens de construções de estrada em sete dos 15 anúncios selecionados por Cardim. Abaixo, na figura 2, é possível interpretar a implicação da Transamazônica como um caminho, uma direção que “rasga” a imensidão da floresta que desafia a locomoção terrestre. Ao redor da fotografia da estrada, a cor amarela em tom escuro predomina. Em letras garrafais, é dito “para unir os brasileiros nós rasgamos o inferno verde”.

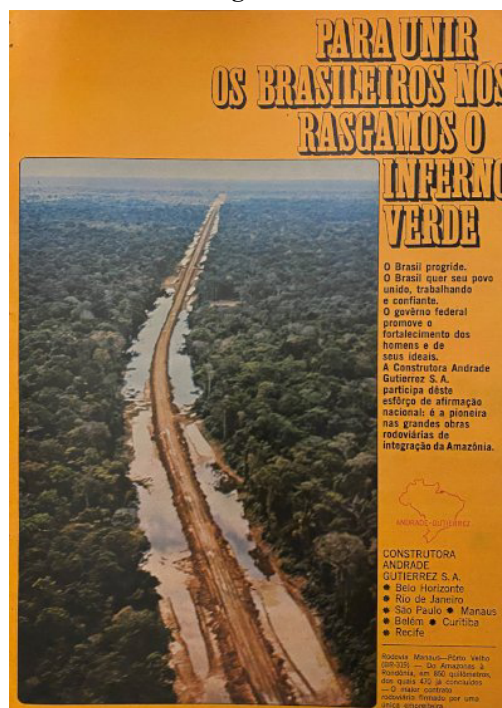
A figura 1, em contrastes de branco e vermelho, mostra o desenho de um homem extraíndo borracha de uma seringueira. Acima, há um mapa rústico da floresta amazônica brasileira mostrando os canais fluviais da região. Essas duas imagens indicam uma figura de “passado”, mais precisamente à época do ciclo de exploração da borracha, em meados do século XIX. Isso ocorre primeiro pela imagem do homem realizando o processo característico desse período, e segundo pelo mapa que mostra a única forma de rápida locomoção na Amazônia até então.

Figura 1:



Fonte: Acervo Ricardo Cardim

Figura 2:



Fonte: Acervo Ricardo Cardim

Nos dois anúncios acima, chama a atenção o termo empregado para se referir à Amazônia: “Inferno Verde”. A denominação parece fazer sentido sob a perspectiva "modernizante" desse período da ditadura, uma vez que, a floresta amazônica é apresentada por essas propagandas como um gigante que deve ser enfrentado com tecnologias, com a “civilização”.

Outra propaganda que se alinha a essa perspectiva é a destacada abaixo, na qual se lê: “rasgada na maior e mais densa floresta do mundo, a rodovia Transamazônica ligará, com seus quatro mil quilômetros, o Atlântico e o Pacífico, concretizando a investida da civilização na área mais bravia do planeta”.

Quando levamos em consideração que a floresta amazônica é destacada aqui como uma das mais densas e difíceis de explorar no mundo, é natural que a presença de obras nela seja encarada como uma vitória para o homem moderno.

Figura 3:



Fonte: Acervo Ricardo Cardim

Na imagem é possível ver a palavra “Amazônia” destacada em amarelo, o que contrasta com o verde escuro da mata na fotografia. A luz da fotografia é clara e nítida sob a estrada de barro, mas vai se tornando cada vez mais ausente à medida que vai se aproximando da floresta profunda.

Outra propaganda ajuda a demonstrar, com auxílio de uma breve contextualização histórica, as dificuldades de explorar a Amazônia, o que incentiva ainda mais a exaltação da Transamazônica. Nela, é dito: “inicia-se, afinal, a conquista e integração de um dos mais vastos territórios ainda virgens da Terra. A penetração que se iniciou há quatro séculos dos cursos navegáveis de grande bacia hidrográfica ganha ritmo intenso nos caminhões que mantêm o tráfego constante da (rodovia) Belém-Brasília”.

Figura 4:



Fonte: Acervo Ricardo Cardim

A foto aqui também chama atenção, uma vez que ela sobrepõe a construção da estrada sob as enormes árvores da floresta, fazendo com que o trabalho humano pareça pequeno perante a Amazônia. Mesmo assim, é dito em letras vermelhas e garrafais “Aqui vencemos a floresta”. Vê-se aqui uma dicotomia entre o vasto e inexplorado território contra os pequenos trabalhadores e maquinários.

No discurso da ditadura sobre o desmatamento na Amazônia, é possível observar a tentativa do regime e da iniciativa privada - beneficiada pela lógica desenvolvimentista do período - de manter controle sobre essa narrativa durante a censura e anunciar a Transamazônica como uma solução para a luta contra os inimigos aqui anunciados: a vastidão verde da floresta e a ameaça estrangeira. Apesar de não haver uma comunicação antagonista aqui a ser analisada, existe um campo a ser disputado na perspectiva dos anúncios.

Por fim, outra propaganda mostra qual a perspectiva de futuro que existe com essa “vitória” do homem sobre a natureza. O anúncio abaixo, da Construtora Queiroz Galvão, que também fez parte do processo de construção da Transamazônica, conta com um fundo preto e mostra um bebê carregado por uma mão de cabeça para baixo. Uma tesoura está pendurada com o cordão umbilical do bebê, o que indica que ele pode ter acabado de nascer. Em letras garrafais, é dito “ministro, transamazônico vai bem”. O “ministro” aqui se refere ao Mário David Andreazza, ministro dos transportes durante os governos de Costa e Silva e Médici, e principal coordenador do governo federal da construção da Transamazônica.

Figura 5:

**MINISTRO.
TRANSAMAZÔNICO
VAI BEM**



Seu nome todo é Juarez Furtado de Araújo Transamazônico. É o primeiro menino a nascer naquele admirável mundo novo que estamos ajudando a construir. A levantar dentro do maior espaço verde da terra. Onde só existiam matas. E lendas. O mito e o medo. E o recado foi dado. outro dia, ao próprio Ministro Andreazza pelo colono Joaquim Félix Araújo, pai de Transamazônico - o rapagão do 2.000. Ele nasceu exatamente onde estamos começando. Ou melhor, onde o Brasil está sendo descoberto de novo.

Benza-te Deus, Transamazônico! E não vai ser preciso esperar o ano 2.000, quando você, homem feito, estiver percorrendo esse pedaço de estrada que está nascendo antes de você dar o primeiro passo. Os 255 quilômetros de mata e pântanos que estamos ganhando são apenas uma nesga da enorme rodovia que o Brasil está construindo para você. Garotinho ainda, você vai engatinhar nela. Por esses dias, estará tudo pronto. Começamos em Altamira e já nos aproximamos de Itaituba. A viagem não termina aí. Lá na frente, outras turmas estão trabalhando. Mas, guardamos o orgulho de ter chegado primeiro com você, Transamazônico - nosso garotão do ano 2.000.

queiroz galvão

CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S. A.
TERRAPLENAGEM - PAVIMENTAÇÃO
E CONSTRUÇÃO

Fonte: Acervo Ricardo Cardim

O motivo para a imagem do bebê é explicado no texto da propaganda. “Seu nome é Juarez Furtado de Araújo Transamazônico. É o primeiro menino a nascer naquele admirável mundo novo que estamos ajudando a construir. A levantar dentro do maior espaço verde da terra. Onde só existiam matas. E lendas. O mito e o medo”.

Aqui, mais uma vez, há o reforço sobre o rival da construtora e do regime militar: “o mito e o medo das matas da Amazônia”. Existe também uma espécie de trocadilho com a palavra “Transamazônico”, uma vez que este se refere ao sobrenome do bebê mostrado no anúncio e não uma referência direta à rodovia Transamazônica. O que o nome do recém-nascido manifesta é a projeção de que a obra será considerada tão importante no futuro que até mesmo crianças terão nomes em homenagem à obra. Menciona o anúncio:

E não vai ser preciso esperar até o ano 2000 quando você, homem feito, estiver percorrendo esse pedaço de estrada que está nascendo antes de você dar o primeiro passo. [...] Garotinho ainda, você vai engatinhar nela. Por esses dias, estará tudo pronto. Começamos em Altamira e já nos aproximamos de Itaituba. A viagem não termina aí. Lá na frente, outras turmas estão trabalhando. Mas, guardamos o orgulho de ter chegado primeiro com você, Transamazônico, nosso garotão do ano 2000”

A perspectiva de futuro aqui é de que não exista mais “mistérios” no território amazônico. Isso significa uma colonização completa, o término da urbanização de uma das matas mais densas do mundo. No contexto atual, em meio aos avanços que existiram de lá para cá sobre estudos relacionados à sustentabilidade e meio ambiente, pode soar absurda a ideia de dominação ao invés de compreensão da natureza em sua complexidade para que o desenvolvimento econômico seja sustentável. Mesmo assim, com a censura favorável ao governo dominante, este era um ideal de união para os brasileiros.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a campanha pela migração de nordestinos para Roraima se mostrou bem-sucedida graças à construção da rodovia BR-174, iniciada em 1970. Essa é a única estrada que liga Roraima ao resto do país e, à medida que foi construída, possibilitou a vinda de imigrantes por via terrestre.

Durante a construção da BR-174, estima-se que cerca de 2 mil indígenas Waimiri-Atroari que viviam onde a estrada foi construída morreram. As causas das mortes são diversas: intoxicação por produtos químicos, doenças, degolamentos, tiros, explosivos e até mesmo ataques aéreos com uso de napalm¹¹. Até a criação da Constituição de 1988, não havia qualquer lei ou menção jurídica que sensibilizasse com as particularidades dos povos indígenas do Brasil ou a necessidade de preservação ambiental.

Na realidade, o que existiu durante a ditadura foi o estatuto do índio, sancionado em 1973 pelo então presidente, Emílio Médici, que decretou que povos indígenas deveriam ser integrados à legislação comum. Apesar da lei mencionar o respeito às tradições indígenas, ela é enfática na necessidade de trazer as comunidades para a modernidade, e assim explorar a Amazônia com elas¹².

“Art. 20. Em caráter excepcional e por qualquer dos motivos adiante enumerados, poderá a União intervir, se não houver solução alternativa, em área indígena, determinada a providência por decreto do Presidente da República.

1º A intervenção poderá ser decretada: a) para pôr termo à luta entre grupos tribais; b) para combater graves surtos epidêmicos, que possam acarretar o extermínio da comunidade indígena, ou qualquer mal que ponha em risco a integridade do silvícola ou do grupo tribal; c) por imposição da segurança nacional; d) **para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional;** e) para reprimir a turbacão ou esbulho em larga escala; f) **para a exploração de riquezas do subsolo de relevante interesse para a segurança e o desenvolvimento nacional”**

¹¹Waimiri-Atroari sobreviventes de genocídio relatam ataques durante obra da BR-174 >: Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/waimiri-atroari-sobreviventes-de-genocidio-relatam-ataques-durante-obra-da-br-174/> Acesso dia 08.10.22

¹² LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm Acesso dia 27.10.22

No final da década de 1970, 11.729 imigrantes chegaram ao então Território de Roraima. Esse número quase triplicou no final da década seguinte, com 33.086 imigrantes. Nos anos 1990, época de implementação de diversos concursos públicos após o reconhecimento de Roraima como um estado independente pela Constituição de 1988, outros 45.491 imigrantes atingiram o Estado. Diniz (2008) demonstrou esses dados pelo gráfico a seguir, do IBGE, sobre a origem da maior parte daqueles que chegaram em Roraima ao longo dos últimos 25 anos do século XX.

Figura 6: Dado do IBGE coletado por Diniz (2008)

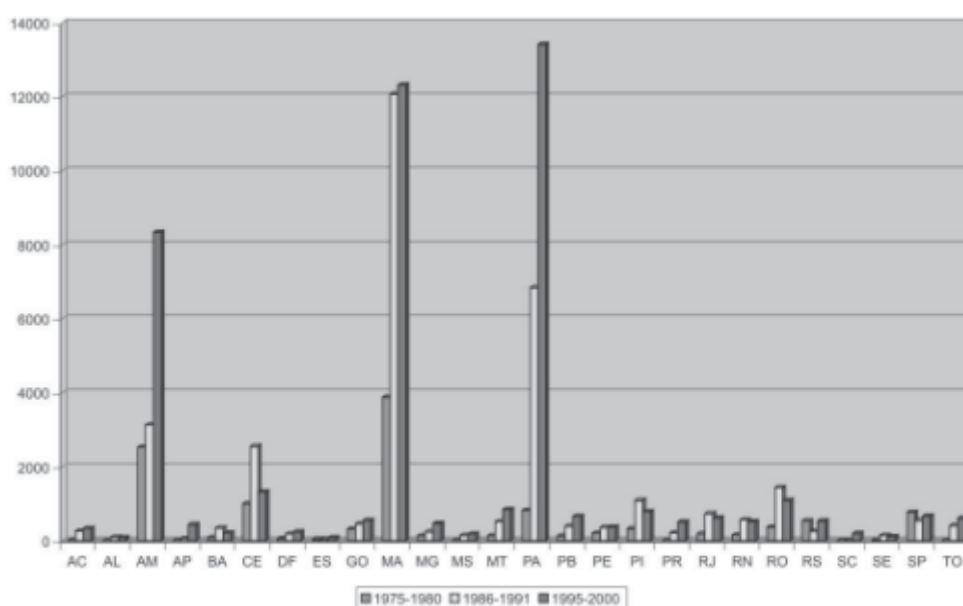


Figura 7 – Estado de origem dos imigrantes de Roraima: 1975-1980, 1986-1991, 1995-2000

Curiosamente, a maioria dos imigrantes são do Maranhão. Diniz (2008) explica que isso não é coincidência, uma vez que o Governo Federal tinha o hábito desde o ciclo da borracha de estimular trabalhadores maranhenses em condições precárias a se mudarem para Região Norte, com promessas de enriquecimento por meio da distribuição de terras e atividades econômicas ligadas ao desmatamento ambiental. Abaixo, ele também esclarece o motivo do deslocamento de pessoas do Pará e Amazonas, o segundo e terceiro estado com mais imigrantes em Roraima no século XX.

Sabe-se que, desde o ciclo da Borracha, boa parte das migrações destinadas à Região Amazônica têm origem em estados do Nordeste, sobretudo Ceará e Maranhão. Essas vinculações históricas parecem ter se perpetuado, fato que explica os fluxos migratórios ligando Fortaleza e São Luiz à Roraima. Por outro lado, vale destacar as fortes vinculações de Roraima e sua relação de dependência com as metrópoles da região Norte, sobretudo em relação à Manaus. Lembre-se que, até a década de 1940, a área hoje conhecida como Estado de Roraima, pertencia ao Estado do Amazonas,

logo, sob influência direta de Manaus. Tais fatores históricos explicam, pelo menos parcialmente, os intensos fluxos entre as metrópoles do Norte e Roraima (DINIZ, 2008 p. 208)

A garimpagem ao noroeste de Roraima atingiu um ápice nunca visto no final dos anos 1980, devido também à valorização do ouro no mercado internacional que ocorreu na época. A estimativa é de que chegou a haver mais de 40 mil garimpeiros na região naquele período. Com isso, cerca de 40% de toda a população yanomami na época morreu¹³.

2.4 A criminalização do garimpo em Terra Yanomami

Com o fim da ditadura militar e a homologação da Constituição Federal de 1988, algo mudaria radicalmente para os garimpeiros de Roraima. O garimpo em terras indígenas passa a ser considerado ilegal, uma vez que os povos originários conquistam o direito constitucional de propriedade sob os territórios na qual eles tradicionalmente ocupam¹⁴. Ao contrário do estatuto do índio da ditadura, os indígenas agora passam a ter o direito de optar se querem ou não ser integrados sem qualquer interferência do governo federal.

Em 1991, a Terra Indígena Yanomami foi oficialmente demarcada, com a homologação do então presidente Fernando Collor de Mello em 1992. Essa é a maior Terra Indígena do país em proporções territoriais, com cerca de 96 mil metros quadrados. Atualmente, 46% de todo o território roraimense é formado por terras indígenas, incluindo pontos onde há maior abundância de metais preciosos, ao norte do estado¹⁵.

Mesmo com a demarcação diminuindo invasões, elas nunca cessaram completamente e continuaram impactando a vida de indígenas. A maior prova disso é o massacre de Haximu, em agosto de 1993, que custou a vida de 16 indígenas, incluindo mulheres, crianças e idosos e até mesmo um bebê, devido a um desentendimento com garimpeiros. Este foi o primeiro crime julgado sob a Constituição de 1988 a ser considerado juridicamente como genocídio¹⁶.

¹³ Terra Yanomami sofre com segunda investida do garimpo ilegal Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/01/terra-indigena-yanomami-sofre-com-segunda-investida-do-garimpo-ilegal.ghtml> Acesso dia 25.04.23

¹⁴ Povos Indígenas: conheça os direitos previstos na Constituição Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/povos-indigenas-conheca-os-direitos-previstos-na-constituicao#:~:text=A%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%201988%20estabeleceu,da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ind%C3%ADgena%20no%20Brasil>. Acesso dia 19.10.22

¹⁵ Indígenas de Roraima formam grupos de vigilância para proteção do território Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/04/09/indigenas-de-roraima-formam-grupos-de-vigilancia-para-protecao-do-territorio/> Acesso dia 28.03.23

¹⁶ Massacre de Haximu - Memorial Ministério Público Federal de Roraima Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/rr/memorial/atuacoes-de-destaque/massacre-de-haximu> Acesso em: 11.05.23

Com o direito à terra atrelado ao acesso à saúde pública especializada para os indígenas, a população Yanomami cresceu de 9 mil em 1991 para 26.780 em 2019. Apesar desse avanço representativo, a garimpagem não deixou de existir na região. Na verdade, conforme levantamento da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), existem evidências do aumento de contaminação de indígenas por mercúrio desde março de 2016¹⁷, em parte devido à uma lei homologada anos antes, mas isso será abordado mais à frente.

Isso indica que mesmo com a proibição da atividade na terra Yanomami a partir da década de 1990, a identidade garimpeira volta a se fazer cada vez mais presente na região sob uma nova roupagem "transgressora" a partir da década de 2010. Mas como o garimpeiro da atualidade se integra como “parte do progresso e desenvolvimento do país” mesmo que, em contradição, esteja fora da lei conforme a Constituição de 1988?

Uma tentativa de compreensão desse fenômeno seria observar, de acordo com a perspectiva do garimpeiro, a contradição do próprio poder público ao mudar leis sem que sejam buscadas formas de reduzir danos. O governo federal, que um dia estimulou a garimpagem em terras indígenas, agora, sob nova Constituição, passa a considerar a atividade como ilegal nessas localidades sem nenhum tipo de programa social ou projeto para as milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade afetadas pela mudança. Apesar do Brasil agora ser uma democracia plena, os garimpeiros roraimenses não se sentem contemplados por ela ao verem uma fonte de renda comprometida.

A consequência desse processo impacta no reconhecimento das terras indígenas e dos índios como cidadãos de direitos. As discriminações contra a cultura dos povos originários contribuíram para negar a identidade étnica e abusos de poder por parte das elites locais sobre os povos indígenas. Forma-se um “ciclo vicioso”, com expressões já citadas pelos “brancos (não índios)” de que estes, por serem preguiçosos, não cuidam das terras e, consequentemente, não deveriam recebê-las. Assim, se perpetua o preconceito de garimpeiros contra indígenas favoráveis às demarcações e contrários à exploração do solo (SANTOS, 2014. p 78).

Esse tipo de preconceito antes já era enraizado por uma crença que existe há séculos no Brasil de que “índios” seriam pessoas “inferiores”, “não evoluídas”, e que naturalmente seriam forçados a largarem costumes e estilo de vida tradicionais em prol do desenvolvimento urbanístico idealizado por exploradores europeus.

¹⁷RR: Invasão de posseiros e garimpeiros em Terra Yanomami <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rr-invasao-de-posseiros-e-garimpeiros-em-terra-yanomami/#sintese> Acesso dia 09.12.22

“Terras Indígenas foram regularizadas antes da Constituição de 1988, demarcadas, na sua grande maioria e de forma muito reduzida, a partir da ideia dominante na época de que os índios constituíam populações minoritárias sobreviventes, decadentes e transitórias, cujo único futuro era a integração total à “comunhão nacional. Essa tese foi sustentada por elites políticas, econômicas e intelectuais da Academia.

As graves consequências decorridas do processo de reconhecimento das terras indígenas foram discriminações contra a cultura dos povos originários em sua totalidade, as quais contribuíram para a negação da identidade étnica e abusos de poder por parte das elites locais. A partir daí se desenvolve um ciclo vicioso, com expressões já citadas pelos brancos (não índios) ‘os índios são preguiçosos’, ‘tanta terra para pouco índio’, ‘para que demarcar terras para índios?’”(SANTOS, 2014. p 78)

Os garimpeiros não se opõem a indígenas de forma geral ou contra uma etnia específica. Pelo menos, não de forma explícita. Santos (2014) destaca que existe um grupo grande de indígenas que atua fora de suas comunidades, principalmente em Boa Vista. Essas pessoas se dispõem a diversos serviços por estarem inseridas em uma sociedade de lógica capitalista. Um exemplo disso são os indígenas que trabalham como pedreiros em construção civil, algo extremamente comum de se observar em Roraima. Dentre os serviços braçais oferecidos por indígenas neste contexto capitalista, claro, o garimpo se faz presente.

Os indígenas que estão inseridos na lógica capitalista que estimula a garimpagem não são adversários dos garimpeiros, uma vez que ambos contam com objetivos semelhantes, relacionados ao ganho financeiro, e, portanto, possuem mentalidade extrativista. Mesmo assim, não se pode afirmar que existe uma situação que se limita a ser “indígenas contra garimpeiros”.

A oposição dos garimpeiros se dá contra a mentalidade de preservação ambiental e cultural indígena. Assim como no estatuto do índio da ditadura militar, o indígena não é visto como rival quando está disposto a largar tradições para ser anexado ao extrativismo modernista.

Uma pessoa que expõe suas raízes ancestrais e usa isso como forma de se mostrar contrária a invasões de terras demarcadas é vista, por aqueles favoráveis à garimpagem, como uma pessoa retrógrada, fora da realidade ou como alguém que se aproveita da narrativa ambientalista para algum tipo de ganho individual. Desse modo, o que se vê são diversos discursos que constroem diferentes narrativas relacionadas ao problema da terra e do garimpo em Roraima.

Essa impressão ocorre da mesma forma com pessoas não-indígenas que manifestam opiniões semelhantes, pois são posicionamentos que buscam a inviabilização da garimpagem

em Roraima e são consideradas contrárias ao “progresso” da forma como esse é narrado pelo discurso dos defensores do garimpo.

Só que para além do mero desejo extrativista como um processo de “modernização” em Roraima, começou a existir - a partir da década de 1990 - uma teoria da conspiração a respeito dos indígenas Yanomami que, até hoje, é utilizado como argumento pró-garimpo na região onde habitam. Para compreensão dessa teoria da conspiração, é necessário o estudo de um livro muito específico.

2.5 “A Farsa Ianomami” : uma teoria da conspiração

“A Farsa Ianomâmi” (aqui com I no lugar do Y) foi escrito por Carlos Alberto Lima Menna Barreto, e publicado pela editora da biblioteca do Exército Brasileiro em 1995. Conforme descrito no próprio livro, Barreto nasceu em 1929 no Rio Grande do Sul oriundo de família de militares. Já como militar na reserva, foi convocado pela ditadura militar para atuar em Roraima como comandante do 2º Batalhão Especial de Fronteira de 1969 a 1971. Em 1985, pouco depois do fim da ditadura, foi secretário de segurança pública do então território federal até 1988, quando Roraima passou a ser considerado um estado pela nova Constituição. Ele morreu meses antes do livro ser publicado.

No início do livro, há um texto de apresentação do então general de divisão Carlos de Meira Mattos. O militar é considerado extremamente influente na formação de várias concepções geopolíticas do Exército Brasileiro. Pelo menos é isso que destaca uma descrição da revista de ciências militares Meira Mattos, nomeada em homenagem a ele¹⁸.

Abaixo, há uma breve descrição de algumas das convicções geopolíticas do militar, apontadas como importantes para as futuras gerações. Entre elas, existe o desejo pela “construção de uma civilização dos trópicos” no território amazônico e a integração da região para que não haja ataques de estrangeiros. Mais uma vez, o ataque à cultura indígena e o medo dos estrangeiros são parte de um discurso de desenvolvimento econômico sem maiores preocupações com impactos ambientais.

“Abaixo estão citadas as mais destacadas temáticas, entre as tantas que se dedicou, e que compõem seu legado geopolítico dedicado às futuras gerações que visualizem um Brasil potência:

¹⁸ Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/QFMM>
Acesso dia 15.04.2023

- **complexa questão de integração e defesa da Amazônia sob o enfoque geopolítico;**
- potencialidades e desafios a superar para tornar o Brasil “potência em expansão”;
- **capacidade brasileira em construir uma “Civilização nos trópicos”.**
- real consciência das discrepâncias entre as potencialidades e o subdesenvolvimento nacionais;
- **elaboração de políticas e estratégias com vistas a corrigir as vulnerabilidades citadas acima;**
- relevância do histórico “cerco hispânico” no continente sul americano;
- importância estratégica do Atlântico Sul, aqui visto como “pulmão para o mundo exterior”; e
- reafirmação do conceito que o Brasil reúne todas as condições para tornar-se potência mundial.”

No texto, Meira Mattos demonstra de forma sucinta que não compreende o sentido de se “entregar” o território Yanomami para os indígenas, que não exploram o solo, a fauna e a flora da mesma forma que o ideal de civilização que o militar possui. Ele afirma que a demanda pela demarcação “somente” pode ser fruto de um grande complô internacional contra o Brasil, uma vez que indígenas seriam “ignorantes” e, portanto, não apresentariam as mesmas convicções.

“Como reivindicar o controle político de um território brasileiro da extensão de 94.191 km² [...], para uma tribo que o habita, de 5.000 índios, no máximo, e que vive, até hoje, no mais baixo estágio de ignorância e primitivismo? Estes próprios índios ignoram as reivindicações que são feitas em seu nome, por organizações internacionais mas camadas com intenções científicas (ecologia, ambientalismo, antropologia) e que fazem uma pressão crescente no sentido de entregar a soberania dessa área aos seus habitantes. Parece absurda, estapafúrdia, a proposta dessas organizações internacionais. Só se pode entendê-la, admitindo que há um propósito velado atrás de tudo isto - a internacionalização da Amazônia, em nome da sonhada criação de áreas do interesse da humanidade, cujo controle político passará para as mãos dos países do Primeiro Mundo” (BARRETO, 1995 p. 11)

No primeiro capítulo, “a traição oficial”, Barreto sugere que não existe, de fato, um povo Yanomami. Para provar isso, ele cita que sobrevoou a região algumas vezes entre 1969 e 1971, e não conseguiu enxergar tantos indígenas devido à mata fechada. Mesmo assim, a observação meramente empírica é suficiente para o ponto que Barreto quer abordar, de que os únicos indígenas avistados por ele são aqueles que estavam sob cuidados de Organizações Não-Governamentais (ONGs) de caráter religioso ou científico, parte dos vilões da teoria da conspiração.

“Nas três vezes em que sobrevoei as montanhas cobertas de floresta que queriam dar aos ianomâmis, só encontrei índios nos famosos postos dos ‘missionários’ norte-americanos. E, pelo que então pude saber, mal chegavam aos quinhentos. No Rio Mucajá, havia dois subgrupos de xirianás; na margem direita do Uaricoera, outros dois de uaicás; no Auari, perto da Venezuela, uma maloca de maio gongues e, um pouco abaixo, outra de macus. No Parirna e em Surucucus, não havia malocas,

mas apenas o contato intermitente dos ‘missionários’ com grupos errantes de xirianás e uaicás vindos ocasionalmente da Venezuela.”

O capítulo continua com algumas reclamações a respeito da atenção internacional que foi gerada pelos indígenas Yanomami, destacando como algo prejudicial para a imagem do país no exterior. Ao final do capítulo, é citado que “a Pátria é eterna e pertence a todos. [...] O mal que hoje lhe fazem, sob a capa de proteção aos índios, será causa amanhã de justa repulsa e incontável revolta. Porque, acima de quaisquer portarias, decretos e leis, está o dever sagrado de defender-lhe a honra e a integridade com o sacrifício até da própria vida. Entregar metade de Roraima a índios que não têm pátria é trair o Brasil”

A citação é clara. Para Barreto, os indígenas não são brasileiros. Nessa visão, só existe Brasil onde há o extrativismo. Muito se repete sobre “amar o Brasil” ou “honrar a pátria” na visão militarista brasileira, principalmente durante a ditadura, mas, esse amor só se manifesta na prática pela exploração de recursos naturais. Se não há exploração ou desapropriação da diversidade cultural entre os vários povos da Amazônia, visando uma única versão de “cultura brasileira”, então não é Brasil, e, portanto, não há mais amor a se dar. Na visão militarista aqui apresentada, o Brasil ideal é o colonizador de si mesmo.

Em relação àqueles indígenas que se mudam para a capital, Boa Vista, a perspectiva é bem diferente. No capítulo 17, “a vitória da intriga”, o militar elogia os indígenas urbanizados da época em que era do Comando da Fronteira, destacando a disciplina, a boa pontaria com armas e a boa vontade deles de serem urbanos. O autor elogia os indígenas de tal forma que, para ele, esses já nem deveriam mais ser classificados como “índios”.

“Boa parte deles provinha das malocas macuxis, taulipangues e uapixanas, como nos tempos do Forte São Joaquim. Sentiam-se orgulhosos da farda verde-oliva e dava gosto ver o garbo com que a envergavam. Eram rústicos, resistentes, disciplinados e perseverantes. Tendências atávicas de um milenar passado guerreiro facilitavam seu pronto entrosamento na rotina da caserna. Não queriam mais ser chamados de índios. **A seu ver, só eram índios os selvagens do meio da floresta, andando nus e devorando-se uns aos outros. Quem, como eles, sabia ler, escrever e contar e havia jurado, diante da Bandeira, morrer pelo Brasil, não podia ser índio.**” (BARRETO. 1995. p. 108)

No mesmo capítulo, o militar conta que ficou decepcionado ao ver que, já em 1985, se deparou com indígenas em Boa Vista com desejo de preservar algumas características tradicionais. Para ele, isso significa “não ser mais brasileiro” e cita a culpa desse fenômeno ao marxismo e às cartilhas de diferentes etnias contando a versão deles de acontecimentos locais dos últimos séculos. Algo ultrajante para o militar.

“Quando voltei, quatorze anos depois, já havia eletricidade e belas avenidas, mas a gente era outra. **Os antigos soldados, vaidosos de suas fardas, estavam agora vaidosos de serem índios e lembravam com raiva de um dia terem sido brasileiros.** Não queriam mais ser vaqueiros nas fazendas e viviam , preguiçosamente, nas malocas , do gado que roubavam e do pouco que pescavam . Não deixavam os filhos frequentarem as escolas rurais para não aprenderem Português, nem Educação Moral e Cívica. Só aceitavam os professores marxistas enviados pelos padres, com cartilhas em macuxi ou uapixana e contando a História do Brasil pelo avesso, para desfigurar nossos heróis e ridicularizar nossas conquistas”

Críticas ao marxismo e demais ideologias de esquerda aparecem no capítulo 10, "A negação da fé". Como o título sugere, aqui o militar afirma que a ideologia marxista e suas vertentes são negações da religião cristã. Ele diz que nelas existe ódio à burguesia, algo que não é cristão, pois os praticantes do cristianismo supostamente amam a todos igualmente. Ironicamente, o amor cristão de Barreto não se aplica aos “selvagens”, "esquerdistas" ou até mesmo às missões cristãs nas comunidades indígenas.

No capítulo 17, Barreto continua a discorrer sobre o “plano maquiavélico da esquerda”. Ele afirma que com o fim do comunismo na União Soviética em 1991, os propagadores de ideologias de esquerda mudaram a “estratégia” e passaram a defender a natureza somente para propagar seus ideais.

O capítulo dois, menciona a obra “De Roraima ao Orinoco”, publicada em 1923 pelo etnólogo Theodor Koch-Grunberg, que fez expedição pelo rio Branco para catalogar diferentes etnias indígenas. Ele usa o livro para reforçar o ponto levantado sobre a não existência dos Yanomami, uma vez que não há menção ao nome no livro do pesquisador.

O termo “Yanomami” só passou a ser adotado no Brasil para definir um conjunto de povos isolados a partir da década de 1970¹⁹. Mesmo assim, Koch-Grunberg conseguiu ter contato com indígenas Schirishaná e Waiká, que são subgrupos de cultura Yanomami. O próprio etnólogo reconhece na obra que há ligações culturais entre os dois subgrupos, e que eles poderiam ser parte de uma mesma etnia. (DELMONEGO, CORRADO. 2015)

Já no capítulo três, “A ianomamização dos índios”, o autor questiona Cláudia Andujar, fotógrafa responsável por fotos que repercutiram internacionalmente por retratar o processo de extermínio do povo Yanomami por meio da tentativa de construção de uma rodovia em região próxima a eles²⁰. Assim como na BR-174, as mortes foram causadas por doenças e

¹⁹ Yanomami: origem, história, práticas e visões de mundo. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/02/19/Yanomami-origem-hist%C3%B3ria-pr%C3%A1ticas-e-vis%C3%B5es-de-mundo#:~:text=A%20palavra%20Yanomami%20%C3%A9%20uma.a%20partir%20dos%20anos%201970>. Acesso dia 15.04.2023

²⁰ Cláudia Andujar: a fotógrafa que revelou um povo. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/homenageados/2013/claudia-andujar> Acesso dia 15.04.2023

diversas intervenções de maquinários. Para ele, o fato dela ser uma fotógrafa e não uma antropóloga faz-se questionar a legitimidade de seus registros. O problema deste raciocínio é que, já que a fotógrafa não possui autoridade para legitimar a existência dos Yanomami, o próprio militar, que também não é antropólogo, também não teria autoridade de legitimar a não existência dos mesmos. Além disso, Cláudia não foi a única que denunciava a situação dos Yanomami naquela época, e estava acompanhada de antropólogos como Bruce Albert e Alcida Rita Ramos. (GARCEZ, 2019)

No capítulo três é onde aparece o primeiro ataque direto à Fundação do Índio (FUNAI), outro vilão da conspiração. Em meio à repercussão internacional da situação crítica dos Yanomami, Barreto acreditava que a solução estava na extinção do órgão. Nas palavras dele: “O soldado devia substituir o cientista. Era hora do Exército, não da FUNAI”

“[...] se os índios só serviam de pretexto para encobrir a invasão sub-reptícia e a conquista traiçoeira, a obrigação de defender a Pátria sobrepunha-se ao interesse antropológico. O soldado devia substituir o cientista. Era hora do Exército, não da FUNAI.

Contudo, **a FUNAI foi teimosamente mantida. Fraqueza perante os estrangeiros, preconceito contra os militares, submissão aos políticos ou tudo isso - não se sabe.** O caso é que, em vez de defender o Brasil como deviam, preferiram certas facções políticas aplaudir servilmente a pantomima ianomâmi encenada pelo Primeiro Mundo” (BARRETO, 1995. p. 32)

O autor reconhece o uso da palavra “Yanomami” para abranger vários povos isolados, porém ele não acredita que essa delimitação foi feita para englobar as características culturais comuns entre as comunidades. Para ele, isso é parte do plano estrangeiro para apropriação do território, e que o ideal seria a demarcação de pequenas terras para cada comunidade, como se não existisse a necessidade de peregrinação por quilômetros para caçar ou navegar sob os canais fluviais.

O capítulo seis, “O desmembramento do Brasil”, conta com relatos de Barreto sobre sua perspectiva a respeito da abertura de pistas de pouso em várias regiões da floresta amazônica. Ele conta que participou desse processo em 1958, ainda como capitão, e que se sente frustrado por ter que ceder as pistas para missões religiosas e científicas.

Ele ressalta que visitou pistas de pouso de Roraima em 1969 junto com o então governador do território, o militar Walmor Leal Dalcin, e que sentiu tristeza ao ver que não há maior presença do Exército na interação com os indígenas. Existe nisso uma contradição, pois ao mesmo tempo que o militar lamenta a falta da presença do Exército no contato com indígenas, ele também não gostaria que esse contato ocorresse com respeito à cultura local, considerada por ele “selvagem”. Para ele, o que faltava ali era controle do Exército, o idioma

português e uma bandeira do Brasil. Ou seja, faltavam regras e representações simbólicas de interesse militar.

“Não adiantava dizer- lhes [os membros de missões religiosas] que, embora brasileiros, não estávamos de acordo com aquilo. [...] **nada mais havia de brasileiro ali: nem o controle de quem entrava e saía, nem o idioma que se falava, nem a bandeira que se desfraldava.** No fim da visita, concordei com o comentário do governador de que teria sido ridículo e inútil pretendermos inspecionar o que, na prática, não era mais nosso.”

Há também críticas, desta vez assertivas, à própria catequização dos indígenas por missões religiosas, o que por si só já representa uma forte interferência na cultura indígena. Mesmo que haja adaptações regionais, tais como a tradução da bíblia para o idioma da comunidade, ainda assim existe a tentativa de “converter” os indígenas. Como já foi mostrado, isso é algo que ocorre há séculos, e faz parte da história do processo colonizatório e extrativista da Amazônia.

No capítulo oito, “A falácia do estatuto”, Barreto destaca porque acredita que a demarcação de terras indígenas é um erro. Primeiro, ele romantiza a “boa relação” entre indígenas e brancos ao longo da história do Brasil, algo que já é amplamente desmentido por estudos da área. Esta é uma forma de ressignificar o passado para pretensões ideológicas do presente, e assim construir um ideal de futuro moldado por um suposto passado presente no imaginário do militar. Após isso, destaca que é apenas natural que indígenas sejam anexados na sociedade urbana. Aqui é montada a dicotomia colonizadora: ou se é indígena “selvagem” ou indígena anexado à civilização e a tecnologia. Nessa mentalidade, é impossível existir um híbrido entre os dois opostos. É impossível um indígena escolher, por exemplo, ter assistência de saúde em uma comunidade sem que o mesmo mantenha tradições e características culturais de onde vive.

“Negar-lhes acesso aos benefícios do progresso científico e tecnológico, mantendo-os segregados em reservas, como animais exóticos, para divertimento público e pesquisa científica, é desrespeito intolerável aos foros humanitários que lhes são devidos pelos civilizados . **Manda a tradição brasileira trazê-los ao convívio generoso e acolhedor da sociedade, em vez de sujeitá-los ao ridículo dessa exibição ingênua de seu milenar atraso cultural**” [Barreto, 1995. p. 67]

Esse mesmo ponto é retomado no capítulo 13, “O culto à incultura”. Aqui é reforçado que é inútil cultuar práticas do passado que são ultrapassadas para o militar. Isso não se aplica, entretanto, ao cristianismo ou crenças europeias centenárias. Não há espaço para a exaltação

de características que são de fato brasileiras. Nestes moldes, a “incultura” é aquilo que é visto no território brasileiro, enquanto a “cultura” é algo apenas europeu.

“Quem fica para trás é subjugado e esquecido. Nela só importa a vanguarda. É inútil, pois, é insensato cultivar aquilo em que não se acredita, o que não serve mais, o que já não se usa. Como os costumes e práticas dos selvagens que pretendem eternizar, obrigando-os a permanecerem primitivos, numa absurda distorção do conceito de bem-comum, que não pode excluir o índio nem ninguém. Pois, a sociedade brasileira é uma só e não admite preconceitos ou privilégios.

A cultura que nela existe provém da generalidade de pensadores e artistas europeus de incontáveis gerações ancestrais: as obras-primas da pintura, a música eterna, a arquitetura monumental de antigos e contemporâneos, o teatro e a literatura consagrados em três mil anos, as maravilhas da Ciência e da Medicina, os ensinamentos dos filósofos e os exemplos dos grandes homens” (BARRETO, 1995. p. 92)

A defesa à garimpagem ocorre no capítulo 25, “O garimpo e a tecnocracia”. Primeiro, ele questiona o motivo do uso de mercúrio ser criticado séculos após processos de garimpagem já terem ocorrido no Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Nesse ponto, assim como em vários outros do livro, o militar se apoia em estudos antigos e não menciona levantamentos contemporâneos. Ou seja, ele ignora a evolução tecnológica que ocorreu para que seja possível e viável o uso de mercúrio no garimpo apenas na segunda metade do século XX, e assume erroneamente que a garimpagem sempre contou com o uso do elemento químico.

O mercúrio é capaz de unir metais e formar amálgamas. Com isso, fica mais fácil separar ouro e outros recursos preciosos de sedimentos do leito de rios e terras escavadas. Em contrapartida, o mercúrio é tóxico e capaz de se alastrar pela água atingindo plantas e peixes, contaminando quem o consome. As consequências do contágio podem ser fatais para o sistema neurológico, principalmente em crianças e idosos²¹.

Ao contrário das tradições indígenas, tratadas com desdém e espanto, Barreto respeita bastante as tradições garimpeiras. Ele aponta que é injusto julgar um garimpeiro por querer enriquecer nos moldes de antepassados bandeirantes. Não seria injusto, no caso, o prejuízo aos indígenas e à natureza com o uso do mercúrio, uma vez que a extração de minérios por si só influencia no crescimento econômico e desenvolvimento urbano de nações.

Este é o bem maior para o militar. As vidas perdidas e marginalizações resultantes da discrepante distribuição de riquezas são apenas consequências de um “saudável” desenvolvimento civilizatório. Na realidade, os efeitos colaterais do extrativismo sem o

²¹ Porque o mercúrio é usado na mineração de ouro. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/26988-porque-o-mercúrio-e-usado-na-mineracao-de-ouro/> Acesso dia 16.04.2023

devido estudo ambiental e respeito às diferentes comunidades são questionados, tratados como “exageros” ou apenas “mentiras ideológicas”. Tudo, novamente, tratado como parte dos objetivos dos vilões estrangeiros com ideologias marxistas apoiados pela Funai, ONGs, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Polícia Federal.

“Coibir a iniciativa pessoal é decretar o fim do progresso. E acabar com os ricos. Mas é, também, acabar com os pobres. A riqueza não é boa nem má, é a riqueza. É um bem, um instrumento social. Nesse sentido, é inútil e insano querer julgá-la em termos éticos. O que pode e deve ser julgado é o procedimento das pessoas ricas ou pobres. Não a riqueza em si. Nem o justo desejo de enriquecer, que ingenuamente condenam nos garimpeiros e mineradores, esquecidos de que eles apenas repetem os feitos de nossos antepassados bandeirantes e entradistas” (BARRETO, 1995. p. 158)

O militar admite que, já como secretário de segurança nos anos 1980, buscou ignorar pedidos da esfera federal de combate às atividades garimpeiras próximas de comunidades tradicionais. A atitude, celebrada por ele como algo que, finalmente, trouxe o progresso para Roraima, é um dos fatores que contribuíram para o extermínio em massa de indígenas.

No fim das contas, o “progresso” aqui é tratado como algo que deve ser imposto ao invés de estudado, negociado ou tratado como algo que favorece o bem coletivo sem efeitos colaterais que contribuam para diversos tipos de exploração trabalhista, marginalização populacional e, principalmente, o extermínio de etnias. O “amor à Roraima” que Barreto diz ter, na verdade, é o amor a um ideal de desenvolvimento que deve ser imposto sem qualquer consideração pela cultura ou diversidade do povo roraimense, levando em consideração apenas a extração e a instrumentalização do estado para um antigo ideal de progresso.

Não obstante o meu amor por Roraima, seria indigno, entretanto, violentar a consciência para permanecer no cargo. E, daí em diante, ignorei totalmente quaisquer solicitações para a retirada ou a prisão de pessoas tidas como invasoras da pretendida reserva. Com o tempo, essa atitude - dentro do possível - foi, também, adotada pela Polícia Militar. E, em meados do ano seguinte, o movimento para os garimpos na área se intensificou, chegando ao auge em fins de 87, quando os protestos internacionais aumentaram. (BARRETO, 1995. p. 160-161)

No epílogo, o militar destaca um importante aspecto da montagem de teorias da conspiração em geral: a descredibilização de meios científicos e midiáticos.

“Se isso já não é a guerra, é com certeza a véspera. Ou a preparação dela, talvez. A chamada guerra psicológica, feita pela imprensa e por agentes infiltrados, para encobrir intenções de conquista com imaginárias razões humanitárias ou falsos pretextos de apoio a direitos das minorias e outras mentiras”. (BARRETO, 1995. p. 177)

No caso da mídia, cada meio de comunicação possui uma linha editorial que determina quais posicionamentos políticos seguir. Ou seja, nenhum meio de comunicação é totalmente imparcial. Entretanto, desqualificar os meios de comunicação de forma geral, ignorando que as diferentes perspectivas de cada meio somam para constatar a veracidade de eventos reais, é o que sinaliza que para crer na teoria da “farsa Ianomami”, é preciso desqualificar a imprensa de forma conceitual. Barreto quer sinalizar que as informações do livro são as únicas que importam, e tudo o que pode ser verificado em outras fontes é parte do “complô internacional”.

Garcez (2019) observa que a mentalidade de Menna Barreto é fruto de um militarismo herdado da colonização do continente americano. Nesse processo, o extermínio e a objetificação de povos originários pelos conquistadores europeus eram justificados por uma auto afirmação identitária. Os europeus buscavam impor suas identidades para estabelecer superioridade sobre outros povos para gerar intimidação e respeito, e para eles isso justificava desumanizar os nativos.

O militarismo brasileiro sempre buscou justificar a própria identidade ao longo da história do Brasil. Para isso, herda o colonialismo europeu, e o aplica em nova roupagem com um discurso que instrumentaliza o passado como uma arma política para justificar a continuidade do processo extrativista que, para eles, será benéfico para todos. Porém, mais importante que ser algo que beneficie todos, é ser algo que justifique a “razão de ser” do militarismo brasileiro. A casta militar brasileira sempre clamou por um objetivo para além de ser somente um instrumento de preservação do status quo.

O militarismo brasileiro quer ser respeitado da mesma forma que países europeus julgam que devem ser respeitados até hoje por países historicamente colonizados. É por isso que o militarismo adota uma mentalidade de “estado permanente de guerra”, no qual sempre é preciso existir um inimigo, seja ele o indígena, o comunismo, o estrangeiro, os ativistas ambientais, os antropólogos, as ONGs ou até mesmo órgãos de fiscalização brasileiros.

2.6 O garimpo roraimense contemporâneo

Para contextualizar o garimpo roraimense até dezembro de 2022, é preciso primeiro voltar às eleições de 2018. Pela primeira vez na história da recente democracia brasileira, um candidato abertamente favorável à legalização do garimpo em Terras Indígenas foi eleito presidente. O candidato em questão recebeu 71,55% dos votos em Roraima no segundo turno

daquela eleição, sendo este o segundo estado que mais votou nele, ficando atrás apenas de Santa Catarina²². Antes disso, já existiam denúncias que evidenciaram a presença do garimpo ilegal em Terra Yanomami. Em 2016, por exemplo, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) divulgou um levantamento que constatou alta presença de mercúrio nos corpos de indígenas yanomami ainda naquela época²³. Entretanto, a partir de 2019, o fluxo de garimpeiros na Terra Yanomami aumentou significativamente.

Dois relatórios divulgados em 2022 comprovam esse fenômeno: (1) “Yanomami sob ataque”, de autoria da Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye’kwana, com assessoria técnica do Instituto Socioambiental (ISA), e (2) “A reinvenção do garimpo”, escrito pelo jornalista André Cabette Fábio, em projeto do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced) e Museu Nacional do Rio de Janeiro.

No relatório, “Yanomami sob ataque”, é citado que o desmatamento gerado pelo garimpo cresceu 3350% entre 2016 e 2020. O dado é da Mapbiomas, uma iniciativa que usa imagens via satélite da Google para fazer levantamentos do tipo. Ainda segundo o relatório, a área devastada pelo garimpo na Terra Yanomami era de 1.200 hectares em 2018. Em 2022, essa área quase triplicou, chegando a 3.272 hectares, com incremento de 1.038 hectares somente em 2021. São listados seis motivos para o aumento do garimpo nos últimos anos.

O aumento do preço do ouro no mercado internacional; 2) Falta de transparência na cadeia produtiva do ouro e falhas regulatórias que permitem fraudes na declaração de origem do metal extraído ilegalmente; 3) Fragilização das políticas ambientais e de proteção a direitos dos povos indígenas e, consequentemente, da fiscalização regular e coordenada da atividade ilícita em Terras Indígenas; 4) Agravamento da crise econômica e do desemprego no país, produzindo uma massa de mão de obra barata à ser explorada em condições de alta precariedade e periculosidade; 5) Inovações técnicas e organizacionais que permitem as estruturas do garimpo ilegal se comunicar e se locomoverem com muito mais agilidade; e 6) A política do atual governo de incentivo e apoio à atividade apesar do seu caráter ilegal, produzindo assim a expectativa de regularização da prática.

Para o relatório, com exceção do aumento do preço do ouro, os outros cinco fatores são frutos de decisões políticas e prevaricações de órgãos fiscalizadores.

É a partir desse ponto que se destaca a importância da eleição de 2018 para o cenário apresentado. Jair Bolsonaro, enquanto presidente, tentou de diversas formas incentivar a

²² Lula vence em apenas uma cidade de Roraima e Bolsonaro recebe maior percentual de votos do país no estado. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/eleicoes/2022/noticia/2022/10/31/estado-com-menor-numero-de-eleitores-no-brasil-roraima-garante-a-bolsonaro-7608percent-dos-votos-maior-percentual-do-pais.ghtml> Acesso dia 27.04.23

²³ Estudo constata contaminação por mercúrio em yanomamis. Disponível em <https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/estudo-constata-contaminacao-por-mercúrio-em-yanomamis/> Acesso dia 20.04.2023

prática do garimpo em terras indígenas. Uma delas foi através do projeto de lei (PL) 191\2020²⁴, de autoria do então presidente, do então ministro da Justiça Sérgio Moro, e do então ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque. A ideia do PL era permitir a garimpagem em terras indígenas mediante estudo técnico e autorização do presidente, sem consulta às comunidades afetadas.

Durante esse período, também existiram denúncias da Controladoria Geral da União (CGU) de que permissões de lavra garimpeira foram dadas pela Agência Nacional de Mineração sem fiscalização dos documentos de solicitação, uma vez que muitos desses se mostraram incompletos ou sem as devidas licenças ambientais²⁵. Mais à frente, será detalhado como essas permissões são utilizadas para legitimar a venda de minérios vindos de terras indígenas.

Como consequência do apoio velado e declaratório à atividade ilegal, houve graves consequências para esses povos, uma vez que a estimativa do governo federal em 2023 é de que cerca de 570 crianças na Terra Yanomami morreram por causas evitáveis entre 2019 e 2022. Por causa do mercúrio presente nos rios, que também contamina e prejudica a fauna e flora, há escassez de alimentos para cerca de 26 mil habitantes da região. Devido ao desligamento sistemático de unidades de saúde na Terra Yanomami para evitar denúncias de servidores contra garimpeiros, indígenas adoentados passaram a precisar ser transportados para Boa Vista para receber atendimento médico²⁶

Ainda conforme o relatório, “Yanomami sob ataque”, dentre as nove macrorregiões da Terra Yanomami, a mais afetada é a Uraricoera, banhada pelo rio de mesmo nome. A região concentrava 45% de todo o desmatamento detectado pelo levantamento. É nessa localidade que também se concentravam acampamentos, comércios e estruturas mais complexas no apoio ao garimpo. Isso foi possível devido à desativação de uma Base de Proteção Etnoambiental (BAPE), que deveria fiscalizar o fluxo de pessoas no rio Uraricoera. O transporte de cargas pelo caminho fluvial poderia custar até R\$2,5 mil, com o transporte de passageiros a R\$350. A logística ocorre com apoio de portos fora da Terra Yanomami, no município de Alto Alegre.

²⁴ PL 191/2020 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765> Consultado dia 25.04.23

²⁵ Bolsonaro cumpre promessa e garimpo em terras indígenas cresce 632 por cento em uma década Disponível em:

<https://observatoriodaminerao.com.br/bolsonaro-cumpre-promessa-e-garimpo-em-terras-indigenas-cresce-632-em-uma-decada/#:~:text=Jair%20Bolsonaro%2C%20que%20se%20orgulha,Funai%2C%20escalada%20para%20perseguir%20lideran%C3%A7as> Consultado dia 25.04.2023

²⁶ Equipes enviadas ao território yanomami sofrem ameaças. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/equipes-enviadas-territorio-yanomami-sofrem-ameacas> Consultado dia 25.04.2023

É nesta macrorregião que ocorreram conflitos armados entre garimpeiros e indígenas em 2021. A suspeita é de que os garimpeiros envolvidos no caso são ligados à uma facção criminosa, assunto que será abordado mais à frente. O relatório detalha que tudo começou no dia 27 de abril, quando indígenas Yanomami, da comunidade Palimiu, interceptaram cinco garimpeiros que transportavam quase mil litros de gasolina para avião e helicóptero em uma canoa no rio Uraricoera.

Os indígenas apreenderam o combustível, o que fez outros garimpeiros que estavam em outra embarcação por perto reagirem com disparos. Ninguém ficou ferido, mas os invasores quiseram vingança pela apreensão. No dia 10 de maio, garimpeiros armados foram até a comunidade Yakepraope, onde deram vários disparos indiscriminadamente. Duas crianças morreram.

Novos ataques de garimpeiros armados foram denunciados nos dias 12 e 15 de maio. No caso do último ataque, é descrito que 15 barcos invadiram Palimiu com uso de gás lacrimogêneo. No dia 1 de junho, um novo ataque, desta vez em uma unidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na estação ecológica Maracá, um local próximo do Palimiu mas já fora da Terra Yanomami. Mais um ataque com gás lacrimogêneo é denunciado na comunidade Maikohipi no dia 7 de junho. Nesse caso, houve ameaça aos indígenas que tentarem interferir nas atividades garimpeiras. Um cachorro foi assassinado como alerta.

Nos dias 14 e 17 de junho, novos ataques às comunidades. No caso do primeiro, houve tiroteio entre indígenas e garimpeiros. Os Yanomami atacados se esconderam no mato, e conseguiram evitar maiores danos. No dia 29 de junho, a Polícia Federal (PF) deflagrou a Operação Omama, voltada para defender os Yanomami dos ataques e apreender produtos do garimpo. Mesmo com a ajuda, os ataques continuaram.

No dia 08 de julho, uma embarcação de garimpeiros atirou contra mulheres que procuravam um parente desaparecido no rio próximo à comunidade de Korekorema. No dia 13 de julho, de madrugada, a comunidade Palimiu foi atacada por dois barcos de garimpeiros, que dispararam contra os indígenas. Após os ataques, os garimpeiros retornaram a seu acampamento. Já no dia 3 de agosto, as comunidades denunciam que mesmo com a operação da PF, o transporte de materiais para o garimpo no rio Uraricoera continua ocorrendo.

Na época dos ataques, lideranças de Palimiu descreveram para o Ministério Público Federal o impacto do garimpo no dia a dia dos habitantes. Segundo o relatório: “antes da invasão ‘a pescaria era boa, a caçaria era boa’, mas agora não, o rio está contaminado (xami) e a caça emagreceu (yaropë romihipë). Descreveram áreas degradadas pela atividade, tanto na

margem do rio, quanto no interior da floresta, que antes faziam parte da sua área de uso cotidiano e que hoje não podem mais ser acessadas pelas famílias. Assim, para caçar, pescar e coletar frutos devem-se deslocar para locais mais distantes, o que tem comprometido o tempo disponível para outras tarefas”.

Essa retaliação aos indígenas Yanomami não é um caso isolado. Entre outros ataques, um menos divulgado por grandes meios de comunicação foi o episódio de dezembro de 2022 no qual garimpeiros queimaram um posto de saúde indígena da comunidade Homoxi por vingança após ação da Polícia Federal que queimou helicópteros e maquinários em garimpo próximo do local²⁷.

O relatório “A reinvenção do garimpo no Brasil” busca abordar a questão garimpeira sob perspectiva estrutural. O documento explica que para um garimpo existir, é necessário que ele tenha um “dono”. Geralmente, essa pessoa ganha a alcunha por ser dona do maquinário usado na extração de minérios. O “dono”, que raramente aparece no garimpo, contrata um “gerente” para organizar a moradia dos contratados, estabelecer regras e fiscalizar comércios e funcionários. Sobre o perfil dos funcionários em garimpos ilegais, um levantamento apresentado pelo relatório, do Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) de 2008, estima que a maioria são homens com experiência na agricultura ou construção civil e de baixo nível de escolaridade, com muitos analfabetos ou com ensino fundamental incompleto. Os contratados trabalham cerca de 60 horas por semana e recebem de 20% a 30% da produção.

Parte do dinheiro recebido pelos contratados é gasto no próprio garimpo com alimentos, roupas, bebidas e demais serviços como restaurantes, bares e prostíbulos. A economia funciona à base de gramas de ouro, o que inflaciona os preços dos comércios. Para o relatório, esse é um tipo de relação análoga à escravidão.

Em Roraima, os garimpeiros contratados já chegam na Terra Yanomami endividados com os “donos”. É que o transporte de Boa Vista para a região só é possível por avião, cujo serviço de traslado costuma custar entre R\$10 mil e R\$12 mil. Ou seja, o contratado chega no trabalho obrigado a trabalhar para pagar pela sua ida e mais o custo de sua volta para Boa Vista. Valdir José do Nascimento, conhecido como Japão, conta com um comércio milionário de transporte aéreo no estado, e foi apontado pelo Ministério Público Federal como “o maior fomentador do garimpo ilícito em Terra Yanomami” por oferecer seus serviços para transporte

²⁷ Incendio em unidade de saúde de TI Yanomami revela ineficiência em operações contra garimpeiros Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/12/incendio-em-unidade-de-saude-de-ti-yanomami-revela-ineficiencia-em-operacoes-contra-garimpeiros/> Acesso em: 10.05.23

de pessoas e diversos outros insumos para os garimpos. Uma de suas empresas, a Icarai Turismo Táxi Aéreo, teve contratos firmados com o Ministério da Saúde para o atendimento na Terra Yanomami durante a pandemia. A companhia já recebeu R\$24,3 milhões dos cofres públicos, sendo que R\$17 milhões foram no governo Jair Bolsonaro. O piloto Thiago Cappelle também foi denunciado pelo Ministério Público Federal por organização criminosa em 2020, e presta serviços para políticos roraimenses como o senador Chico Rodrigues e a família Campos, que conta com dois ex-governadores²⁸.

Para que os minérios extraídos passem a circular no mercado de forma legal, é preciso primeiro uma “lavagem”. O relatório detalha que isso pode ocorrer com ajuda da lei 12.844/2013, sancionada pela então presidente Dilma Rousseff, que contribuiu para que um novo ciclo de extração ilegal de ouro tivesse início na Amazonia. O esquema funciona da seguinte forma: uma pessoa que possui autorização de lavra garimpeira (fora de territórios indígenas) alega que a extração dos minérios ocorreu na região autorizada, e autoriza o transporte dos minérios para um posto de compra autorizado com a bandeira da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM). Na região norte existem dois postos, um em Manaus, no Amazonas, e outro em Itaituba, no Pará.

No esquema, qualquer pessoa pode ir até o posto e vender minérios alegando que a extração ocorreu em um solo com Permissão de Lavra Garimpeira Regular (PLG). A instituição financeira ou estabelecimento que comprar os minérios pode utilizar títulos minerários legais para cadastrar uma transação com o vendedor. Ou, ainda, o próprio vendedor pode declarar que extraiu os minérios em uma área com título legalizado. As notas fiscais guardadas pelas DTVMs são todas impressas, o que facilita ainda mais a lavagem dos minérios.

Conforme o relatório, no Brasil é mais fácil vender ouro ilegal do que adquirir remédios controlados em drogarias, que contam com fiscalização informatizada. Existe ainda o princípio de “boa fé no vendedor” que compradores podem alegar, o que os isenta o comprador de responsabilidade pelo comércio de ouro ilegal.

“A Lei 12.844 de 2013 contribuiu para impulsionar o garimpo ilegal ao facilitar a lavagem de ouro no Brasil. Ela determina que o transporte do ouro dentro da região garimpeira (a área sobre a qual vigora a permissão de lavra garimpeira) pode ser feito pelo garimpeiro, por seus parceiros, ‘membros da cadeia produtiva’ e ‘respectivos mandatários’. A cadeia produtiva inclui ‘piloto de avião, comerciantes de suprimentos ao garimpo, fornecedores de óleo combustível, equipamentos e outros agentes’” (FÁBIO, 2022. p. 76)

²⁸ Quanto fatura um piloto de aeronaves no garimpo Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/quanto-fatura-um-piloto-de-aeronaves-no-garimpo/> Acesso em: 10.10.22

Em Roraima, a única pessoa que possui a PLG é o empresário e minerador Rodrigo Martins de Mello, conhecido como Rodrigo Cataratas. Ele lidera um movimento pró-garimpo no estado chamado “Garimpo é legal”, e chegou a ser candidato a deputado federal em 2022. Em dezembro desse ano, após perder a eleição, o empresário foi denunciado pelo Ministério Público Federal por suspeita de chefiar garimpos na Terra Yanomami com uso de 23 aeronaves e infra estruturas para exploração de minérios e acomodação de comércios. A suspeita da Polícia Federal é que a organização criminosa movimentou mais de R\$200 milhões em dois anos, além de 3 milhões de litros de gasolina em somente um ano e meio²⁹.

Desde a década de 1980, a lavagem de minérios em Roraima ocorre tradicionalmente por meio de joalherias de fachada, criadas apenas para comprar minérios de garimpeiros e revender para as DTVMs alegando extração em território autorizado. No Centro de Boa Vista existe a “rua do ouro”, um conjunto de joalherias voltadas para essa atividade há quase 40 anos. Os sites de jornalismo investigativo independente Amazônia Real e Repórter Brasil publicaram em parceria reportagens a respeito desse comércio, e outros aspectos presentes na estrutura do garimpo ilegal Roraima, em uma série de reportagens publicadas em 2021 sob o nome “Ouro do sangue Yanomami”³⁰.

Em maio de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) votou por unanimidade pela suspensão do mecanismo de “boa fé do vendedor” que não culpabiliza compradores do ouro ilegal, e determinou que a União crie outro marco normativo para fiscalização do mercado de ouro no Brasil³¹.

O garimpo também é atraente para facções criminosas, uma vez que lavagens de dinheiro são mais fáceis por meio dos minérios ilegais. Segundo o relatório, facções em toda a América Latina costumam se associarem ao garimpo ilegal pois a facilidade também é presente em países vizinhos ao Brasil. Nos garimpos ilegais de Roraima, há evidências de envolvimento da facção Primeiro Comando da Capital (PCC), criada em São Paulo no início dos anos 1990. Em 2013, a facção chegou à Roraima e em poucos anos estabeleceu domínio na rota de tráfico de drogas e armas no estado, considerada fundamental pois abre oportunidades de comércio com a Venezuela e a Guiana. Para além da lavagem de dinheiro,

²⁹ Empresário bolsonarista é denunciado sob suspeita de chefiar garimpo em área Yanomami Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/12/empresario-bolsonarista-e-denunciado-sob-suspeita-de-chefiar-garimpo-em-area-yanomami.shtml> Acesso dia 27.04.23

³⁰ Ouro do sangue Yanomami. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/garimpo-ilegal/> Acesso dia 27.04.23

³¹ Por unanimidade, STF mantém suspensão de boa fé do vendedor de ouro Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/por-unanimidade-stf-mantem-suspensao-de-bo-fé-no-comercio-de-ouro/> Acesso em: 10.05.23

os garimpos também são utilizados pelo PCC para esconder foragidos, transportar e vender drogas e armas, exploração de trabalho análogo à escravidão, tráfico humano e tráfico sexual. A facção é aliada de donos de maquinários e ajuda na segurança dos garimpeiros, além de também contribuir no transporte de insumos, como no caso que gerou o conflito armado com os indígenas³².

Nas eleições de 2022 para presidente, Luis Inácio Lula da Silva derrotou Jair Bolsonaro, que buscava a reeleição. Ao contrário do então presidente, Lula declarou ser contrário ao garimpo em terras indígenas. É possível que essa manifestação tenha sido prejudicial para Lula em Roraima, pois o então presidente favorável ao garimpo obteve 76,08% dos votos no segundo turno, tornando este o estado que proporcionalmente mais votou no candidato à reeleição. A única cidade roraimense em que Lula ganhou o pleito foi o Uiramutã, considerado o município com a maior população proporcionalmente indígena do estado³³.

Em janeiro de 2023, Lula visitou Roraima para averiguar a situação dos indígenas Yanomami, e comprovou o cenário de desnutrição e contaminação de mercúrio dos afetados. É a partir deste momento que a coleta de dados no capítulo 3 iniciou, e maiores detalhes sobre a intensificação do combate do governo federal ao garimpo e demais desdobramentos pós-visita serão esclarecidos por lá.

2.7 A questão venezuelana

Conforme será visto no capítulo 3, um argumento bastante usado entre defensores do garimpo em terra indígena é atribuir causas de alguns desses conflitos à Venezuela. Como foi visto na análise do livro “Farsa Ianomami”, é comum que a defesa da garimpagem esteja entrelaçada com o militarismo brasileiro e ataques a ideologias de esquerda, como é o caso das políticas públicas do governo venezuelano.

O uso da Venezuela como um argumento em si não surge apenas por causa do posicionamento de direita inerente ao discurso pró-garimpo. Desde 2015, Roraima é palco de uma enorme crise migratória de venezuelanos, e isso abre uma significativa brecha para que

³² PCC atua como síndico do garimpo ilegal em Terra Yanomami Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/pcc-atua-como-sindico-do-garimpo-ilegal-em-terra-yanomami-area-teve-13-mortes-esta-semana/> Acesso em 10.05.23

³³ Estado com menor número de eleitores no Brasil garante à Bolsonaro 76.08% dos votos, maior percentual do país <https://g1.globo.com/rr/roraima/eleicoes/2022/noticia/2022/10/31/estado-com-menor-numero-de-eleitores-no-brasil-roraima-garante-a-bolsonaro-7608percent-dos-votos-maior-percentual-do-pais.ghtml> Acesso dia 27.04.23

problemas sociais causados pelo garimpo sejam atribuídos aos imigrantes. Mas, antes de abordar a crise em si, é preciso compreender a história político-econômica da Venezuela das últimas décadas.

Com o fim da guerra fria no início da década de 1990, e a consolidação dos Estados Unidos como a principal potência político-econômica do planeta, a sociedade venezuelana iniciou um processo de insurgência contra políticos apoiadores do neoliberalismo, uma ideologia que prega que o dever do estado é somente prover espaço para que a economia seja controlada por iniciativas privadas, sem intervenções de políticas públicas governamentais. Dentre os movimentos que surgiram contra essa ideologia, era notável o protagonismo do então tenente-coronel Hugo Chávez. O militar chegou a tentar um golpe de estado contra o então presidente André Pérez em 1992, mas falhou. Pérez sofreu um processo de impeachment no ano seguinte, e Rafael Caldera Rodríguez foi eleito de forma indireta no congresso para o cargo. Durante o governo Caldera, houve colapso do sistema bancário devido à baixa exportação de petróleo. A crise agravou ainda mais após a implementação de reformas neoliberais do Fundo Monetário Internacional (FMI). Chávez, que chegou a ser preso pela tentativa de golpe, mas foi solto pouco tempo depois, mudou a estratégia e decidiu disputar as eleições de 1998 com uma forte campanha eleitoral que evidenciava os problemas da crise econômica e suas causas entrelaçadas às reformas neoliberais. O militar foi eleito presidente, e assim iniciou um período de 14 anos conhecido como “Era Chávez”.

Em 2000, o presidente conseguiu a aprovação legislativa de uma nova Constituição. Nela, algumas das principais mudanças são a unificação do sistema legislativo em apenas uma câmara legislativa (sem hierarquização entre Senado e Câmara dos Deputados, como ocorre no Brasil), reforma do sistema judiciário com eleições para juízes, esvaziamento do sistema bipartidário e o estabelecimento de cinco poderes públicos: os três convencionais (executivo, legislativo, judiciário) somados o poder cidadão e o poder eleitoral. Novas eleições foram estabelecidas para aquele ano com mandatários de seis anos. Hugo Chávez ganhou o pleito. (BASTOS, OBREGÓN. 2018)

Já em 2001, o então presidente promulgou 49 Leis Habitantes, voltadas para reverter políticas neoliberais. Entre as leis mais radicais, destacam-se a Lei da Pesca, que beneficiou pequenos produtores do setor e criou entraves para a indústria pesqueira, a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, criada visando uma reforma agrária para redistribuição de terras, e a Lei Hidrocarbonetos, que aumentou a regulamentação e fiscalização estatal sobre a indústria petroleira e abriu brechas para reverter privatizações de governos anteriores.

Em retaliação às medidas socialistas, os favoráveis ao neoliberalismo montaram oposição ao Chávez e realizaram greves e paralisações com demandas de que o então presidente renuncie. No dia 11 de abril de 2002, em uma manobra política inesperada, Chávez se entregou aos líderes dos protestos e foi preso. A atitude gerou comoção na população venezuelana, que clamou o retorno de Chávez para a presidência. Dois dias depois, por pressão popular, as Forças Armadas reconduziram o militar de volta para o cargo. Para apaziguar os ânimos da oposição, Chávez criou abertura política para livre expressão de críticas e buscou aproximação de setores econômicos por ele considerados como “golpistas”. Mesmo assim, a oposição a Chávez buscou deslegitimar e derrubar o governo várias vezes até 2006, ano em que decidiram abandonar o cenário político por falta de apoio popular. (BASTOS, OBREGÓN. 2018)

Chávez conseguiu a reeleição em 2006 graças ao comportamento positivo da economia venezuelana, a queda do desemprego e a criação de programas sociais com uso de fundos arrecadados pela produção de petróleo que beneficiaram as populações mais vulneráveis com acesso à produtos essenciais a baixo custo, unidades de saúde populares, alfabetização, escola e profissionalização para o mercado de trabalho. (CAICEDO, BAQUERO. 2016) Apesar da boa fase da Venezuela, a percepção pública do então presidente começou a mudar em 2007, quando ele negou a concessão de licença da Rede Caracas de Televisão, acusando a emissora de ser uma mídia golpista. No mesmo ano, Chávez falhou na tentativa de aprovar reformas constitucionais que aumentariam seu poder. A partir daí, uma nova oposição surgiu para criticar as atitudes totalitaristas do então presidente, que se mostrou bem-sucedida nas eleições parlamentares de 2011, ocupando uma grande parcela do legislativo.

Mesmo com o crescimento da oposição, Chávez ainda conseguiu aprovar algumas reformas constitucionais, incluindo a possibilidade de reeleição ilimitada. Em 2012, foi reeleito presidente pela terceira vez, mas não pôde assumir formalmente o cargo pois estava em Cuba tratando de um câncer. Ele faleceu no dia 5 de março de 2013, mas antes disso já havia apontado Nicolás Maduro como sucessor no cargo. (BASTOS, OBREGÓN. 2018)

Uma nova eleição para presidente ocorreu, e Maduro venceu com pouco mais de 50% dos votos, o que mesmo com o resultado apertado consolidou a continuidade do “projeto chavista” para as camadas de baixa renda. Havia, entretanto, um grande problema. Com a crise econômica de 2008, houve redução na compra de petróleo no mercado internacional. A Venezuela é um país cuja economia sempre foi majoritariamente dependente do petróleo. Com a falta de outros pilares econômicos, as desvalorizações do produto afetam diretamente a economia do país. Para piorar, os programas sociais ficam comprometidos, uma vez que são

financiados por fundos ligados ao petróleo. Os problemas com a commodity não acabaram por aí, e mais uma crise surgiu em meados de 2014 devido a falta de demanda do produto no mercado internacional. Isso ocorreu graças ao desenvolvimento de novas jazidas nos Estados Unidos e a extração exagerada de petróleo que desequilibrou o mercado com excesso do produto³⁴

Com a vitória de Maduro, a oposição passou a adotar o discurso de que a eleição foi fraudada. Porém, em 2013, uma auditoria requerida pelos opositores comprovou que não existiram intervenções. Nesse cenário, Maduro se recusou a investir no tom conciliatório de Chávez do primeiro mandato, e passou a subir o tom autoritário adotando postura conservadora em relação ao mandatário anterior. Os discursos do presidente se referindo a opositores como conspiracionistas radicalizou ainda mais os dois lados da política venezuelana, o que gerou intensos protestos e confrontos.

A falta de carisma do Maduro, que passou a usar do poder militar para demonstrar dominância ao invés de ter contato mais direto com o povo, se refletiu nas eleições parlamentares de 2015, que contaram pela primeira vez com a hegemonia da oposição sob o legislativo. Com isso, iniciou-se uma briga entre o legislativo e o executivo pelo controle de pautas políticas e influência no judiciário. Enquanto isso ocorria, a situação econômica da Venezuela piorava com queda do Produto Interno Bruto (PIB) e uma inflação cavalgar.

Além da diminuição do preço do petróleo, medidas adotadas por Maduro para mitigar a crise, como a limitação de lucros no setor comercial para que preços de produtos sejam mantidos baixos e a distribuição de cestas básicas, agravaram ainda mais o cenário econômico. O resultado foi a sabotagem de várias empresas de diversos setores à economia venezuelana, o que gerou escassez de produtos básicos de consumo e jogou a população para o mapa da fome. (BASTOS, OBREGÓN. 2018). É a partir deste cenário em 2015 que se inicia a crise migratória venezuelana em Roraima.

Segundo a UNICEF, entre 2015 e 2019, o Brasil recebeu 178 mil solicitações de refúgio e residência temporária no país. A maioria das solicitações são de imigrantes venezuelanos que cruzam a fronteira com o Brasil pela cidade de Pacaraima, ao norte de Roraima, com objetivo de fugir da fome. O inesperado fluxo migratório representou grandes gargalos para o executivo estadual, que chegou a decretar emergência na saúde pública nos municípios de Pacaraima e Boa Vista devido à alta demanda por atendimentos, o que gerou

³⁴ Preços do petróleo se aproximam do fundo do poço de 2008 Disponível em: <https://exame.com/economia/precos-do-petroleo-se-aproximam-do-fundo-do-poco-de-2008/> Acesso dia 28.04.2023

escassez de insumos. Milhares desses imigrantes se tornaram moradores de rua nas duas cidades. O principal ponto de concentração dos refugiados é os arredores da rodoviária de Boa Vista, que já chegou a contar com 3,3 mil pessoas em situação de rua. (SOUZA e ALFAYA. 2022)

Foi somente em 2018 que o Governo Federal percebeu a gravidade da crise e implementou o programa “Operação Acolhida”, feito com auxílio do Exército Brasileiro, para ofertar alimentação, moradia, cadastro de documentos, serviços de saúde e a transferência de imigrantes para trabalhos fixos em outros estados. A estimativa é de que, até 2022, 41 mil pessoas foram contempladas por alguns desses serviços, em um investimento público que chegou a R\$631 milhões. (SOUZA, ALFAYA. 2022)

Sem o devido conhecimento quanto aos pormenores da crise venezuelana, pode ser fácil apenas observar a fome de imigrantes e assumir que isso se deve ao fato de que o governo venezuelano é socialista, o que ignora o crescimento econômico do país nos anos 2000, e também esconde a dependência econômica do país em somente um insumo somada com erros políticos estratégicos do governo Maduro. A ignorância desses aspectos dá força na defesa de pautas conservadoras e cria oposição àqueles que defendem políticas públicas e sociais.

Capítulo III: O posicionamento pró-garimpo no Instagram em meio às denúncias na Terra Yanomami

Com o contexto contemporâneo do garimpo roraimense pós-Constituição de 1988 em mente, já é possível entender alguns dos principais acontecimentos e interpretações que podem vir a se transformar em argumentos do discurso garimpeiro de Roraima.

A contextualização do primeiro e segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 até 2010) não foi feita, mas, como já foi destacado, as características militaristas e conservadoras de direita presentes no discurso garimpeiro de Roraima, é natural que haja rejeição a Lula, considerado o político de esquerda mais influente do país na atualidade.

Ainda assim, é preciso mencionar que Lula foi preso em 2017 acusado de receber um apartamento no Guarujá, litoral de São Paulo, em troca da promoção de interesses da empreiteira OAS na Petrobras. Lula era apontado como líder das pesquisas para a eleição do ano seguinte, mas teve seu registro eleitoral negado pelo Tribunal Superior Eleitoral por estar preso. Como consequência, a eleição para presidente foi ganha pelo candidato que era até então apontado em segundo lugar nas pesquisas, Jair Bolsonaro.

O juiz federal que condenou Lula, Sérgio Moro, virou ministro da justiça e segurança pública de Bolsonaro logo após o político ganhar as eleições de 2018. Moro, no entanto, se desentendeu com o então presidente e pediu demissão do cargo em 2019, acusando Bolsonaro de tentar interferir politicamente na Polícia Federal para impedir investigações contra parentes e parceiros políticos³⁵.

Ainda em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que condenações em segunda instância são inconstitucionais e réus só podem ser presos após encerramento dos processos judiciais, quando não há mais instâncias a se recorrer. Este era o caso de Lula, que foi solto em novembro daquele ano. Em 2021, o STF entendeu que o julgamento de Lula por Sérgio Moro foi tendencioso, uma vez que o juiz assumiu cargo público de um adversário político logo após contribuir para impossibilitar a candidatura do mesmo.

Além disso, ainda em 2019, houve também o vazamento de conversas particulares do juiz com procuradores do Ministério Público Federal (MPF), que comprovaram que decisões judiciais eram negociadas de antemão, muitas vezes sem provas substanciais, com motivações políticas³⁶. As condenações de Lula foram anuladas, e pouco tempo depois arquivadas. Por

³⁵ Relembre trajetória de Sérgio Moro, ex-ministro e ex-juiz que filiou-se ao Podemos Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relembre-trajetoria-de-sergio-moro-ex-ministro-e-ex-juiz-que-filiou-se-ao-podemos/> Acesso dia 05.05.23

³⁶ As mensagens secretas da Lava Jato Disponível em: <https://www.intercept.com.br/series/mensagens-lava-jato/> Acesso dia 05.05.23

tanto, até o presente momento de 2023, Lula é considerado inocente e não deve mais nada a Justiça³⁷. Apesar disso, será comum observar nesta pesquisa argumentos que o chamam de ladrão ou corrupto, o que indica a descrença dos discursos nas decisões do STF, o principal órgão judiciário do país. O Supremo também já foi atacado constantemente por Bolsonaro³⁸, o que motiva ainda mais apoiadores a terem descrença no órgão.

Mas para além de descrições do contexto de origem dos discursos pró-garimpo roraimenses, é importante compreender como esse discurso é reconfigurado nos ambientes comunicacionais contemporâneos: as redes sociais.

Esses novos espaços podem ser definidos a partir dos fluxos de informação que circulam pela infraestrutura da comunicação digital, ou seja, trata-se de espaços construídos pela integração de diferentes atores e recursos disponíveis na internet. (LÉVY, 1999) Neles, conforme Recuero (2012), a comunicação pela escrita é predominante, mas é adaptada pelos atores para simular a forma oralizada do diálogo. Essa adaptação, feita com ajuda de emojis, expressões populares e gírias, é útil para que os atores consigam expressar sentimentos subliminares difíceis de serem destacados meramente pela escrita, como a ironia. No virtual, ao contrário do mundo material, é possível replicar comentários ou ideais infinitamente, ter acesso simultâneo aos mais diversos tipos de diálogos em fóruns ou postagens, e consultar constantemente discursos que reforçam ideais previamente estabelecidos, o que torna a persistência uma característica importante dos atores que participam da comunicação digital. A persistência é reforçada pela natureza convicta dos atores em quererem se fazer compreendidos no espaço virtual. Todos que comentam ou postam em redes sociais querem demonstrar algo de sua própria vivência ou capacidade retórica, e a insistência em martelar certos argumentos repetidamente é um dos principais fatores que constitui a peculiaridade das conversas mediadas virtualmente.

No caso do Instagram, cada postagem de um usuário serve como contexto para as conversações. São elas que pautam os assuntos que serão discutidos nas seções de comentários. É nesta plataforma que também é possível observar a natureza assíncrona das conversações em comentários, que podem se estender por dias.

Recuero (2012) salienta que apesar de contextos serem dados por cada postagem em si, há também a negociação de qual o verdadeiro macrocontexto daquilo que está sendo dito

³⁷ Lula eleito presidente: relembre trajetória política do petista Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63065528> Acesso dia 05.05.23

³⁸ Ataque de ira de Bolsonaro preocupa até aliados que criticam STF Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2022/06/08/ataque-de-ira-de-bolsonaro-preocupa-ate-aliados-que-criticam-stf.ghtml> Acesso dia 05.05.23

pela postagem. Por exemplo, se há uma acusação na Justiça de corrupção direcionada a um político, alguns podem assumir que a Justiça está fazendo um trabalho necessário, enquanto outros podem assumir que se trata de uma perseguição. O embate entre esses dois lados é a “negociação” sobre qual o macrocontexto correto.

“O contexto representa, talvez, o maior problema para a conversação em rede. Justamente porque as redes sociais são multimodais, negociadas e construídas como espaços conversacionais apropriados pelos grupos, definir e negociar o contexto é uma necessidade para a conversação em rede. Como já explicamos, a mediação implica uma compreensão apenas parcial do interlocutor com quem se fala, isto é, uma percepção de audiência, a audiência imaginada ou invisível. Além disso, com a interconexão proporcionada pelos sites de rede social, podemos observar também que as audiências são mais amplas e mais interconectadas, o que ocasiona problemas de contextos diferentes” (RECUERO, 2012. p. 146)

O interesse em entrar em embates para provar um ponto na internet surge com objetivo de agregar maior capital social e capital simbólico, ou seja, adquirir prestígio entre possíveis usuários-espectadores. No Instagram, o público que pode ver um certo comentário é mutante. Se o perfil não for bloqueado para não-seguidores, qualquer pessoa que acesse qualquer publicação dele pode ver qualquer comentário de qualquer outro usuário. E mesmo que o perfil seja bloqueado, ainda existe um público de seguidores que pode ou não ver os comentários. Com isso, comentários nas redes sociais passam a servir como formas de expressão que também podem estar em busca de reconhecimento por corroborar com certo posicionamento ou não. É uma relação paradoxal, na qual ao mesmo tempo em que se busca conexão com algumas pessoas, também há a necessidade ser visto como diferente de outras. Enquanto isso ocorre, há a disputa pelo sentido de um determinado dado ou narrativa.

3.1 Metodologia

A teoria ator-rede (TAR), formulada a princípio pelo sociólogo francês Bruno Latour na década de 1990, entende que os atores, sejam eles humanos ou não, estão interligados a uma rede de elementos materiais e não materiais. Isso significa que os conhecimentos e convicções de cada ator são construídos e compartilhados através de complexos processos de mediação e materialidade. Essa interação acontece dentro de um tempo-espaco que aqui é referido como uma construção social específica: a “rede” (LE MOS, 2013. p. 34-35).

A TAR é enfática no que tange a observar os actantes de análise sem que haja suposições sobre quem ou o que são. Essa característica busca pela ruptura de conceitos

tradicionais da sociologia, voltados para classificações e categorizações prévias e, somente depois, a análise das relações. (LEMOS, 2013. p. 41)

Nesta dissertação, os levantamentos teóricos e contextos históricos dos capítulos anteriores ocorrem a partir do reconhecimento da existência das representações garimpeiras em Roraima. As manifestações identitárias articuladas no presente estão entrelaçadas em um discurso que tem raízes históricas na região e que vive um processo constante de reconfiguração em torno de um imaginário coletivo.

Como método de análise dessa rede, a TAR propõe a construção de uma cartografia de controvérsias. A metodologia consiste na identificação daqueles que fazem parte de uma controvérsia e o modo pelo qual atuam.

Nesta dissertação, a controvérsia ocorre em torno do debate sobre o acesso ou não da garimpagem às terras Yanomami, focando especificamente na forma que ela ocorre no interior do próprio discurso pró-garimpo. Conforme já visto sobre o conceito de identidade na pós-modernidade, é possível haver controvérsias mesmo entre pessoas que compartilham opiniões semelhantes a certos assuntos.

Nesse sentido, alguém pode defender o garimpo alegando a possibilidade de desenvolvimento econômico ou pregando a teoria da conspiração de que se as terras indígenas não forem "ocupadas" serão "entregues" para estrangeiros. Uma pessoa pode acreditar em ambos os argumentos, somente um deles ou talvez defenda a legalização da garimpagem na Terra Yanomami por ainda outro motivo. É uma questão de qual a prioridade manifestada por cada um em resposta aos acontecimentos noticiados.

A metodologia do presente estudo, a Cartografia de Controvérsias, deve ser adotada pela observação passiva. Ou seja, neste caso, todo o conteúdo de postagens e comentários aqui expressos são autênticos, sem nenhum tipo de interferência ou influência do pesquisador. Por isso, há a necessidade nesta metodologia de manter a mente aberta para compreender as nuances dos discursos.

Sobre essa questão, Venturini (2010, p. 3) é enfático ao mencionar que tratar os discursos de forma totalmente imparcial não apenas é idealmente impossível como também pode gerar desinformações e o desrespeito à ciência. Na análise apresentada abaixo, este pesquisador vai destacar a presença de uma série de informações objetivamente falsas nos discursos analisados.

Na Cartografia, os atores que participam da controvérsia não são apenas os comentaristas. Na realidade, os atores formadores de opinião são igualmente importantes. É

por isso que postagens com falas do atual e do ex-presidente, além de entidades indígenas e garimpeiros nas terras Yanomami, sobre o garimpo em Roraima são importantes aqui.

A forma ideal de aplicar a metodologia é ter em mente que as partes analisadas devem ser observadas segundo três critérios: representatividade, influência e interesses.

Na prática, é a identificação da representatividade, devido à repetição de certos argumentos, que deve ser destacada, pois as retóricas mais comuns são aquelas que mais permeiam o imaginário coletivo (VENTURINI, 2010, p. 3).

No que tange à aplicação da metodologia na pesquisa, Stangl (2016. p. 184-185) sugere uma forma didática de realizá-la por meio de 12 passos. Não haverá nesta dissertação uma aplicação literal dessas etapas, uma vez que parte delas já foi trabalhada ao longo dos capítulos anteriores. Mesmo assim, é fundamental listar os passos para que haja compreensão das diretrizes que guiam o presente estudo.

Passo 1 - temperatura:

Identificação da relevância do tema para a atualidade ou em contexto histórico. Matérias jornalísticas ou bancos de dados de grandes jornais são úteis para isso.

Passo 2 - visualização:

Entender o alcance e desdobramentos da controvérsia a ser estudada. No presente estudo, os impactos a serem observados estão dentro de duas contas de Instagram, pois elas representam aqui o nicho roraimense de recepção de notícias a respeito do garimpo.

Passo 3 - cronologia:

Criar uma linha do tempo da controvérsia. A complexidade da identidade garimpeira roraimense fez isso ocorrer de mais de uma forma, com o contexto histórico tanto do garimpo no Brasil como na Amazônia. A controvérsia, no sentido de haver o debate acalorado sobre o tema, de fato surge em Roraima com a demarcação da Terra Indígena Yanomami. Há ainda a contextualização do aumento do garimpo na região desde 2019, algo que por si só pauta a controvérsia no contexto contemporâneo.

Passo 4 - diagrama ator-rede:

Identificar as fontes de posições e oposições sobre a controvérsia. Ao longo do capítulo 2, houve a tentativa de identificar discursos que contribuíram para as diferentes ramificações do posicionamento favorável ao garimpo no contexto roraimense.

Passo 5 - desdobramentos:

Apontar os subtemas abordados dentro da controvérsia. Eles serão expostos ao longo da análise dos dados coletados, uma vez que cada publicação de Instagram se torna responsável por pautar os diversos desdobramentos da percepção garimpeira.

Passo 6 - fronteiras: apontar os riscos da controvérsia para a sociedade. Já destacado ao longo deste projeto.

Passo 7 e 8 - microdiscursos e macrodiscursos: Curadoria de comentários na internet (micro) e de posicionamentos de grandes meios de comunicação e formadores de opinião (macro) sobre a controvérsia. Algo que aqui será visto ao longo da análise.

Passo 9 - geolocalização: Apontar geograficamente os eventos da controvérsia a ser estudada. Aqui isso está presente desde o título da dissertação.

Passo 10 - glossário: Se necessário, a criação de glossário para termos recorrentes usados na controvérsia.

Passo 11 - acervo: Criar um acervo particular de conteúdos sobre a controvérsia para auxiliar no levantamento de dados.

Passo 12 - apresentação: Reunir os passos anteriores para que haja a construção de um texto satisfatório sobre o levantamento. É possível que imagens sejam importantes para isso, como é o caso da presente dissertação.

Os passos acima não precisam ser seguidos de forma rigorosa, mas servem aqui para demonstrar com maior clareza os fundamentos da pesquisa baseada na noção de Cartografia de Controvérsias.

3.2 As páginas “notícias24hrr” e “roraima24h”

As duas páginas de Instagram que compõem o campo de análise da presente pesquisa são *Notícias 24h Roraima* (representada pelo @notícias24hrr) e *Roraima 24h* (representada

pelo @roraima24h). Curiosamente, são nomes muito parecidos, mas cada página possui uma dinâmica de controvérsias própria.

A página *Notícias 24h Roraima* conta com 100 mil seguidores. Um número impressionante levando em consideração que a população do estado, segundo estimativa do Censo 2022, é de 634 mil pessoas³⁹. A página repercute notícias locais do jornal *Roraima em Tempo*, portal *G1 Roraima*, blog do *Expedito Perônico* e *Diário Roraimense*. O perfil segue diversos portais de notícias nacionais, tais como o jornal O Globo, Band Jornalismo, revista Veja, jornal Folha de S. Paulo, Metrôpoles, jornal O Povo, revista IstoÉ, Globo News, jornal Estado de São Paulo, portal R7, O Antagonista, Jovem Pan News, Gazeta Brasil e Conexão Política.

Esses dois últimos já receberam acusações de publicar notícias falsas para incentivar o questionamento da democracia e do processo eleitoral brasileiro, além de informações equivocadas durante a pandemia da Covid-19, de forma alinhada com os posicionamentos do ex-presidente Jair Bolsonaro⁴⁰. Já a Jovem Pan passa por um inquérito instaurado pelo Ministério Público Federal (MPF) por disseminar conteúdos desinformativos de forma sistemática para incentivar atos antidemocráticos após Bolsonaro perder as eleições de 2022. Isso já sinaliza de antemão qual o posicionamento político que a página assume.

Entre os 55 perfis que a página segue, destacam-se políticos como o prefeito de Boa Vista, Arthur Henrique (MDB), a ex-prefeita Teresa Surita (MDB), o deputado federal Zé Haroldo (PSD) e seu pai o ex-deputado federal Haroldo Cathedral, e o vereador de Boa Vista Bruno Perez (MDB).

Além das notícias repercutidas, a página também posta propagandas para a Prefeitura de Boa Vista, Zé Haroldo, Bruno Perez e comércios locais. Os stories deste perfil são dedicados a essas propagandas.

Já o *Roraima 24h* conta com 47,2 mil seguidores. Entre notícias locais, repercute majoritariamente os jornais *Folha de Boa Vista* e o portal *G1 Roraima*. A página segue 238 outros perfis, o que inclui jornalistas, celebridades locais, páginas de humor, comércios, bandas de forró e políticos roraimenses. Dentro dessa última categoria, são seguidos o ex-deputado federal e atual ministro do Tribunal de Contas da União Jhonatan de Jesus, o deputado federal Gabriel Mota (Republicanos), o vereador de Boa Vista Dr. Ilderson (PTB), a

³⁹ População de Roraima cresce 40,6% e atinge 634 mil habitantes, mostra prévia do Censo 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/12/28/populacao-de-roraima-cresce-406percent-e-atinge-634-mil-habitantes-mostra-previa-do-censo-2022.ghtml> Acesso dia 07.05.23

⁴⁰ Como sete sites lucram com anúncios no google ao publicar desinformação sobre pandemia. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/como-sete-sites-lucraram-com-anuncios-no-google-ao-publicar-desinformacao-sobre-pandemia/> Acesso dia 08.05.23

vereadora de Boa Vista Aline Rezende (PRTB), o vereador por Manaus Capitão Carpê (Republicanos), o vereador por Boa Vista Subtenente Velton (União Brasil), o vereador por Boa Vista Genilson Costa (Solidariedade), a deputada estadual Tayla Perez (Republicanos), o deputado estadual Marcinho Belota (PRTB), o vereador por Boa Vista Ítalo Otávio (Republicanos), a vereadora por Boa Vista Tuti Lopez (PL), o vereador por Boa Vista Inspetor Daniel Mangabeira (Rede) e a prefeita de Amajari, município de Roraima, Núbia Lima, que foi eleita em 2020 pelo MDB mas saiu do partido após declarar apoio à reeleição do governador Antonio Denarium (PP)⁴¹.

O perfil também repercute notícias de meios de comunicação acusados de propagar notícias enganosas para benefício do ex-presidente, tais como Conexão Política, Revista Oeste, Gazeta Brasil e Brasil 200. Apesar disso, há rivalidade entre os políticos locais seguidos pela Roraima 24h e os seguidos por Notícias 24h Roraima. Na Roraima 24h há também propagandas constantes para comércios patrocinadores e repercussão de postagens dos políticos citados.

Apesar dos posicionamentos políticos adotados pelos perfis, que servem como mediadores para que a comunicação garimpeira ocorra, isso não significa que não existam comentários de roraimenses contra o garimpo, por mais que sejam minoritários.

Mesmo assim, é preciso reforçar que o discurso que será analisado é o de defesa da atividade ilegal. Afinal, até mesmo em relação às páginas de Instagram aqui analisadas, é possível perceber posicionamentos ideológicos diferentes sob aspecto regional, mesmo que exista concordância quanto o discurso favorável ao ex-presidente Jair Bolsonaro que apoia o garimpo ilegal.

3.3 Coleta de dados (20 de janeiro - 20 de março de 2023)

No dia 20 de janeiro de 2023, o presidente Lula anunciou em redes sociais que iria visitar Roraima, especificando que a intenção era averiguar a situação de desnutrição dos Yanomami. Não há menção direta ao garimpo. Na página “notícias 24h Roraima”, a usuária “leidilane_sp” postou nos comentários que duvida da intenção de Lula em averiguar esse problema, e acredita, na verdade, que o presidente quer se apropriar das riquezas naturais de Roraima e explorar com os “amigos internacionais”. Aqui temos a primeira referência à teoria

⁴¹ Prefeita de Amajari deixa o MDB e anuncia o apoio a Denarium Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/ELElcOES-2022/ELElcOES-2022/Prefeita-de-Amajari-deixa-o-MDB-e-anuncia-a-poio-a-Denarium/89856> Acesso dia 08.05.23

conspiratória explorada pelo livro “Farsa Ianomami”, com destaque na crença de “apropriação internacional” da Terra Yanomami.

À medida que a análise do material apresentado abaixo for ocorrendo, será comum observar a crença de roraimenses de que Lula é um agente do grande e maquiavélico “complô internacional”.

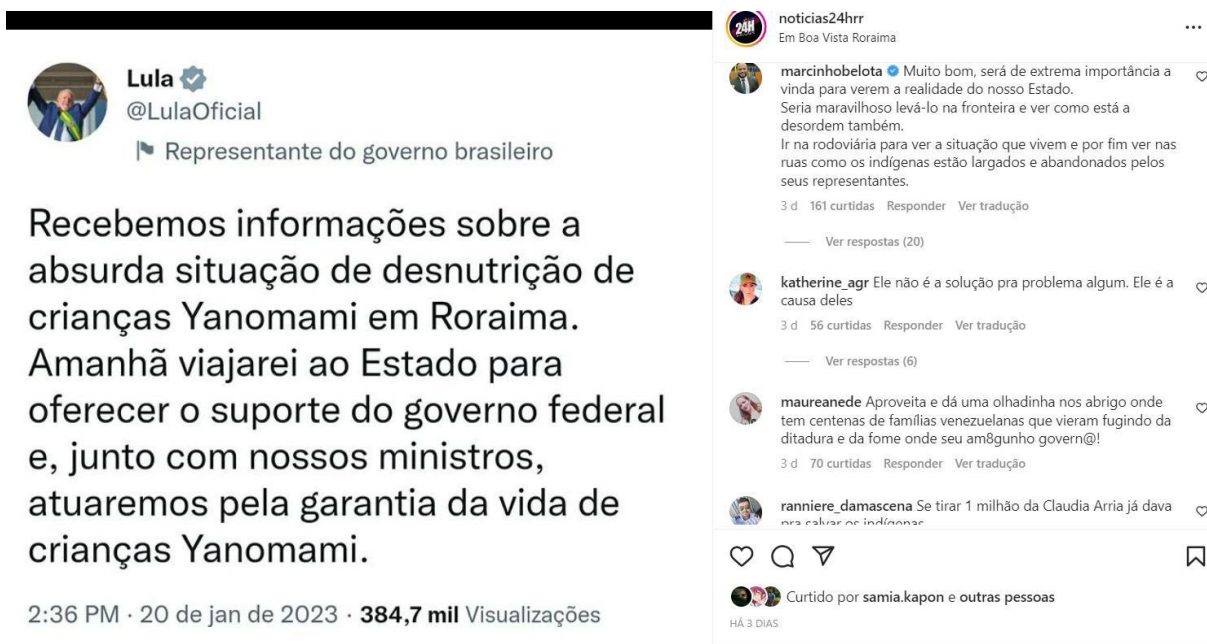
Outros comentários buscam desacreditar a desnutrição Yanomami em si, na crença de que tal problema na verdade não existe. É o caso de “stive_eder”, que comenta com uso de ironia “Noffa, absurda situação de crianças yanomamis em estado de desnutrição, segundo Lula, devem ser mais de ‘trocentas milhões’ de crianças yanomamis nessa situação! kkkkk ! O hõmi é bom de inventar números kkk! Ainda bem que o ‘amor venceu’”. Essa última frase é referência à campanha eleitoral de Lula, que colocava o então candidato como um representante do amor contra o medo.



Há também comentários daqueles que buscam desviar o foco do presidente para priorizar o problema do fluxo de imigrantes venezuelanos no estado (ao invés da desnutrição dos indígenas).

O perfil “marcinhobelota”, em tom respeitoso, mesmo que não seja possível evidenciar se de forma irônica ou não, comenta “Muito bom, será de extrema importância a vinda para verem a realidade do nosso Estado. Seria maravilhoso levá-lo na fronteira e ver como está a desordem também. Ir na rodoviária para ver a situação que vivem e por fim ver nas ruas como os indígenas estão largados e abandonados pelos representantes”. De certa

forma, é possível entender a legitimidade de muitos exigirem que Lula observe a questão dos imigrantes moradores de rua, uma vez que é uma problemática mais presente no cotidiano urbano de Boa Vista, e, portanto, no dia a dia de muitos que comentam as postagens dos perfis aqui analisados.



No perfil *Roraima24h*, alguns comentários usam outra argumentação pró-garimpo. Neste caso, é a retórica que busca atribuir o problema da desnutrição aos próprios indígenas ou a órgãos de fiscalização (ao invés do mercúrio que prejudica a fauna e flora). Em postagem do dia 20 de janeiro que mostra reportagem da Folha de Boa Vista com o título “Lula explica visita a Roraima: ‘absurda desnutrição de crianças yanomami’”, o usuário “sousa.adalto” escreve em caixa alta, para demonstrar agressividade: “CLARO OS PAIS DELES VIVEM BEBENDO CACHAÇA, POR ISSO AS CRIANÇAS ESTÃO DESNUTRIDAS”. Já a usuária “brunabvrebeka” comenta “A funai e pra quer mesmo? Só pra comer dinheiro público?”. Ela esquece, ou não acredita, que a fiscalização da Fundação do Índio (Funai) foi sistematicamente enfraquecida durante o governo Bolsonaro para facilitar atividades ligadas ao garimpo ilegal⁴².

⁴² Bolsonaro enfraquece Funai e joga sombra sobre futuro socioambiental do país Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/28/politica/1546015511_662269.html Acesso em: 10.05.23



Lula explica visita a Roraima: 'absurda desnutrição de crianças yanomami'

Na comitiva, já estão confirmados os nomes do ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias e da ministra dos Povos Originários, Sônia Guajajara.

3 d · Ver tradução

edsonmacedo_jr Podia levar os petistas daqui embora com ele.

3 d · 36 curtidas · Ver tradução

— Ver respostas (6)

brunabvrebeca A funai e pra quer mesmo? Só pra comer dinheiro público? Pq recurso é passado pra eles!!! Bora investigar isso aí viu. Algo de errado não está certo

2 d · 4 curtidas · Ver tradução

fabiolafernandabarros Sempre existiu isso... Infelizmente tem haver com a cultura e alimentação deles mesmo. Nada haver com governo...por que investimento vem e é muito.

3 d · 15 curtidas · Ver tradução

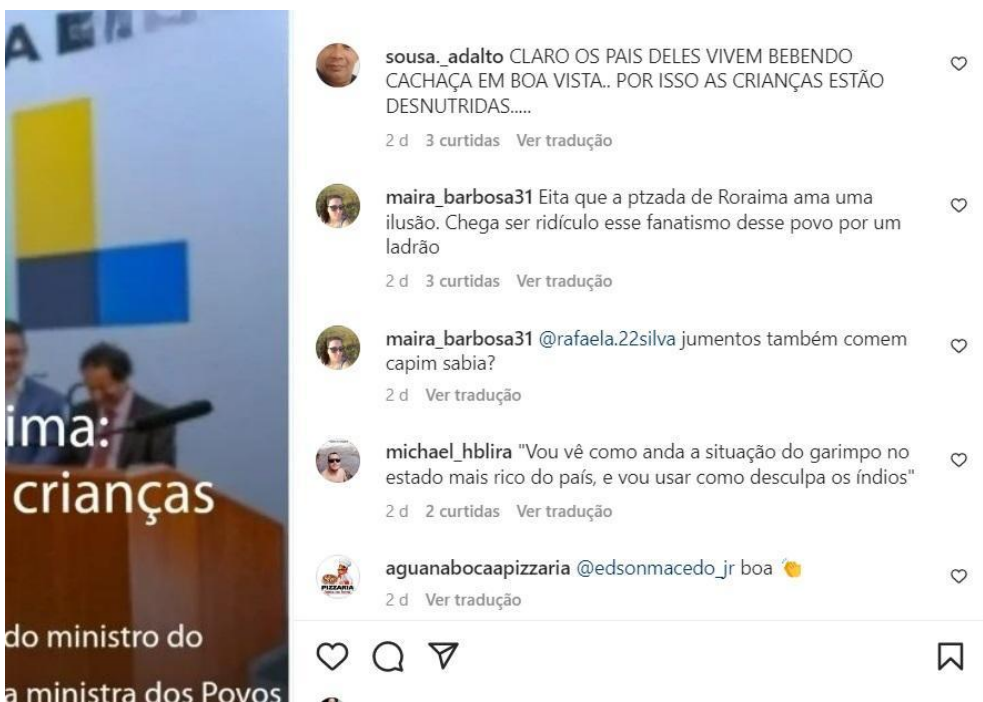
— Ver respostas (1)

rafaela.22silva Seja bem vindo Presidentel!! Vocês querendo ou não, ele é o atual presidente do Brasil!! Bolsonaro já era, fujão.

Curtido por jamawapichana e outras pessoas

HÁ 3 DIAS

Os comentários nesta publicação foram limitados.



ima: crianças

do ministro do

a ministra dos Povos

sousa_adalto CLARO OS PAIS DELES VIVEM BEBENDO CACHAÇA EM BOA VISTA.. POR ISSO AS CRIANÇAS ESTÃO DESNUTRIDAS.....

2 d · 3 curtidas · Ver tradução

maira_barbosa31 Eita que a ptzada de Roraima ama uma ilusão. Chega ser ridículo esse fanatismo desse povo por um ladrão

2 d · 3 curtidas · Ver tradução

maira_barbosa31 @rafaela.22silva jumentos também comem capim sabia?

2 d · Ver tradução

michael_hblira "Vou vê como anda a situação do garimpo no estado mais rico do país, e vou usar como desculpa os índios"

2 d · 2 curtidas · Ver tradução

aguanabocaapizzaria @edsonmacedo_jr boa 🍕

2 d · Ver tradução

Também, na página *Roraima 24hrs*, há uma postagem no dia 21 de janeiro do portal Brasil 200 usando a Revista Oeste como fonte. Ambos já foram apontados aqui como suspeitos de propagação de notícias falsas em alinhamento ideológico ao ex-presidente. O título: "Senador quer CPI para abrir caixa-preta das ONGs na Amazônia". Mais uma vez, a teoria da "Farsa Ianomami" se manifesta sob roupagem contemporânea, o que gera apoios na sessão de comentários.



Dia 21 de janeiro também foi quando Lula foi para Boa Vista, em Roraima, visitar uma instalação da Casa de Saúde Indígena (Casai). No perfil *notícias24hr Roraima*, é publicado uma postagem com reportagem do G1 de título “Lula promete transporte e atendimento médico a indígenas Yanomami, e acabar com garimpo ilegal”. Na imagem abaixo, “yara3935” manifesta a frustração que os roraimenses sentem ao serem reduzidos nacionalmente ao estereótipo de que Roraima é um estado que “não tem civilização” ou “só tem índios e mato”. Na imagem abaixo, também aparece a preocupação em relação a falta de oportunidades de emprego no estado, que faz com que muitos optem pelo garimpo como forma de sustento financeiro. “rebecaaquino” cita que Lula deveria gerar empregos no estado para que garimpeiros possam ter sustento sem que seja preciso envolvimento com a atividade ilegal.



— Acesse o site da Justiça Eleitoral para encontrar informações oficiais sobre as



Já em publicação no mesmo dia do perfil *Roraima 24hrs*, com reportagem do G1 de título “Lula promete transporte e atendimento médico a indígenas Yanomami, e acabar com garimpo ilegal”, o medo do estrangeiro é mais uma vez reforçado, mas chama atenção o comentário de “carlospadilharr”, que afirma “Para acabar com o garimpo ilegal é tão simples. É só legalizar, e todo mundo ganha com isso, até mesmo os indígenas”. Ao contrário de comentários que costumam ser excludentes aos Yanomami e tratar o povo indígena como obstáculo a ser superado, este sugere que os indígenas devem ser anexados ao extrativismo, nos moldes do estatuto do índio na ditadura militar.



Os comentários nesta publicação foram limitados.

No dia 22 de janeiro, *notícias 24hrs Roraima* publicou uma reportagem do portal local Blog do Perônico com o título “Bolsonaro diz que crise sanitária entre os Yanomamis é ‘farsa da esquerda’”. Entre os comentários, a narrativa de responsabilizar ONGs serve como massa de manobra para que o ex-presidente não seja considerado culpado pela situação dos Yanomami. É mais fácil responsabilizar órgãos internacionais ou de fiscalização do que o ex-presidente pois foi ele que possibilitou o aumento do garimpo ilegal na Terra Yanomami, obviamente visto como positivo pelos apoiadores. Se a culpa da desnutrição em massa for atribuída ao garimpo, há peso na consciência quanto aos impactos da atividade ilegal. Porém, se for possível atribuir essa culpa a outros fatores, mesmo que não sendo verídicos ou apenas arbitrários, é possível apoiar a garimpagem sem sentimento de estar sendo “cumplice” do genocídio Yanomami.

De quebra, o discurso atribui a ideologias de esquerda a responsabilidade de fazer “manipulações” através de discursos que prometem o bem coletivo mas na verdade seriam apenas para o benefício de alguns. Isso gera maior motivação para não só odiar aqueles contrários ao garimpo, como também as ideias de esquerda de forma geral. Assim, quando a preservação do meio ambiente é citada como meta, os apoiadores do garimpo ilegal olham para ela como apenas parte de um discurso manipulativo que não irá de fato cumprir esse papel. E, dessa forma, é montada a estrutura da retórica garimpeira, que precisa se apoiar no militarismo e ideias considerados de direita para se ver como legitimada dentro do debate político.



peronico.com.br
Bolsonaro diz crise sanitária entre os Yanomamis e “farsa da esquerda”.

noticias24hrs
Roraima

geisalesales Isso é verdade, sempre existiu isso daí e nunca foi feito nada, o dinheiro é repassado p entidades fazer o q é certo e nada é feito,, ele tá querendo se promover em Roraima, só q não já conhecemos a realidade daqui.
1 d 2 curtidas Responder Ver tradução

decororaima Se nem os líderes deles mesmo se importam com eles ! Pois vivem perambulando bêbados aqui na cidade !!
1 d 2 curtidas Responder Ver tradução

kellycarvalho0366 É como e faça mesmo e lá o interesse deles e pq lá na terra indígena tem muito riqueza AFF só não ver quem não quer
1 d 4 curtidas Responder Ver tradução

tatahzona_plus_rr Concorde em número, gênero e grau com BOLSONARO à tantos interesses próprio como da vez passada, demarcações de terra e muitos estrangeiros “integrantes de ONGs” nas áreas indígenas, e a situação dos indígenas não era muito das boas também não. Os indígenas têm representantes e organizações que têm verbas para as necessidades dos mesmos, e porque vivem na situação que vivem? Enfim, a hinorria

Curtido por karlppereira e outras pessoas
HÁ 1 DIA

Adicione um comentário... Publicar

A ideia de manipulação como discurso para abranger todos e contemplar poucos também é defendida em comentários de outra postagem da página, desta vez do dia 24 de janeiro. A postagem repercutiu uma matéria do jornal Roraima em Tempo de título “‘Praticamente campos de concentração’ diz secretário de saúde indígena sobre Casai em Boa Vista e Polo Base Surucucu”.

Para que essa ideia seja aceita, o preconceito contra indígenas é destilado de diversas formas. Um dos comentários, do usuário “jrmoralrr” diz “Tem um aí nessa foto que se diz representante dos yanomamis, tá fofinho né, só viajando e comendo do bem e do melhor” acompanhado de um emoji de riso histérico. Outro comentário, do “franciscoaraujo.araujo”, vai além e usa o argumento do “bom nativo”, já trazido por Stuart Hall na parte teórica, afirmando que indígenas não precisam de maiores cuidados de saúde pois, na visão dele, os indígenas deveriam viver sem nenhuma assistência social já que querem ter direito à terra sem desmatamento. Mais uma vez, nesse discurso não existe meio termo, ou o indígena é “puro” ou integrado com o extrativismo.



‘Praticamente campos de concentração’, diz secretário de Saúde Indígena sobre Casai em Boa Vista e Polo Base Surucucu

noticias24hrr Roraima

rinaldi_igor Cadê os AirPods e o iPhone do Júnior yanomami? kkkkk agora ele tá sem nada tadinho
3 d 5 curtidas Responder Ver tradução

Ver respostas (2)

jrmoralrr Tem um aí nessa foto que se diz representante dos yanomamis, tá fofinho né, só viajando comendo do bem e do melhor 🤪
2 d 2 curtidas Responder Ver tradução

franciscoaraujo.araujo Pensei que indígenas não precisassem de dinheiro, só de terra mesmo!
2 d 1 curtida Responder Ver tradução

rosyanebezerra53 Júnior Yanomami cara limpa 🤪🤪🤪
2 d 1 curtida Responder Ver tradução

carlinhos.dograu Manda eles pra lá pra anda descalço sem roupa com frio com fome, aí sim eles vão ver o sofrimento do povo indígena gente índio e gente vê se vc entende
3 d 1 curtida Responder Ver tradução

Curtido por japinha_delle30379 e outras pessoas
HÁ 3 DIAS

Adicione um comentário... Publicar

Na página *Roraima24h*, há a publicação de uma notícia falsa a respeito dos Yanomami no dia 30 de janeiro. A manchete é do portal Conexão Política, com o título “Deputado venezuelano diz que yanomamis desnutridos vieram do seu país para o Brasil”. Essa notícia

serve para alimentar a retórica de que os Yanomami com fome na verdade são venezuelanos que migraram para Roraima, insinuando que o problema não existe no Brasil. Essa desculpa se torna conveniente também no ponto de vista político, por jogar culpa da problemática para o governo venezuelano, que segue políticas de esquerda. Entre os meios de comunicação que desmentiram essa informação, está o jornal Estado de São Paulo⁴³ e a agência de checagem Aos Fatos⁴⁴.



Na página *notícias 24h Roraima*, há uma publicação do dia 27 de janeiro de uma entrevista da Folha de São Paulo com a liderança yanomami Davi Kopenawa com o título “A vida das crianças é mais valiosa do que o ouro”. Desde a década de 1970, Davi assume o protagonismo de ser a principal liderança que denuncia o desmatamento, a violência e os abusos de invasores na Terra Yanomami tanto para autoridades e jornalistas brasileiros quanto internacionais⁴⁵. Como consequência, ele se torna uma figura central de ataques do discurso pró-garimpo.

Para que haja descredibilização, algo semelhante ao que é feito com Lula se repete aqui. Ou seja, propagar a ideia de preservação do meio ambiente pregada pelo líder na

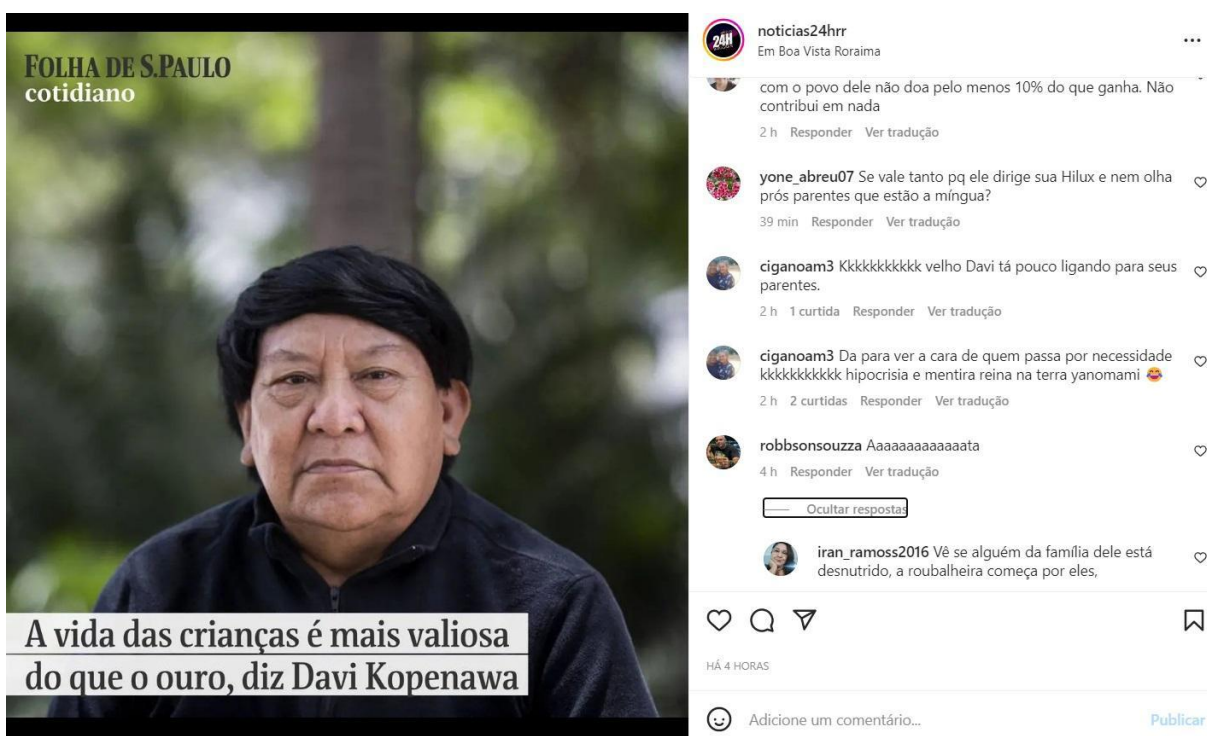
⁴³ Yanomamis em situação de desnutrição são brasileiros, não venezuelanos Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/yanomamis-desnutricao-venezuelanos-brasileiros-maduro-lula/> Acesso em: 10.05.23

⁴⁴ É mentira que Yanomamis com desnutrição grave sejam venezuelanos Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/falso-yanomamis-venezuela/> Acesso em: 10.05.23

⁴⁵ Davi Kopenawa: biografia Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/davi-kopenawa> Acesso em: 11.05.23

verdade é uma fachada para benefício próprio. Para que isso soe verídico, os defensores do garimpo apontam características estéticas, como o fato do indígena não apresentar desnutrição, e destilam a ideia de que indígenas com celular ou quaisquer acesso à tecnologia estaria sendo hipócrita por não se comprometer com a imagem “pura” do Yanomami.

Algumas vezes, para desqualificar indígenas ativistas, comentários nas páginas do Instagram citam coisas como “se diz indígena mas dirige uma Hilux”, em referência à marca de automóveis, como no caso da usuária “yone_abreu07” na imagem abaixo. O argumento não possui lastro na realidade, mas funciona como uma frase de efeito para a crença de que para ser indígena não se pode ter qualquer contato com o mundo contemporâneo. O curioso é que o discurso se torna conveniente para o garimpeiro pois caso indígenas de fato estejam isolados e sem nenhum aparato tecnológico da forma que pregam ser o “ideal”, fica mais difícil para comunidades denunciarem ataques. Da mesma forma, quando o discurso pró-garimpo diz que indígenas não precisam de assistência médica, é para que na prática não haja servidores em terras indígenas que possam denunciar invasões. A falta de assistência em saúde também ajuda a tornar as comunidades mais vulneráveis à influência dos invasores, pois somente estes passariam a ter medicamentos e demais recursos.



O dia 31 de janeiro marca o início da retirada de garimpeiros em 2023. Neste dia, Lula assinou um decreto que autoriza a Aeronáutica a controlar o espaço aéreo sobre a terra

Yanomami. No capítulo passado, já foi apontado que o transporte aéreo de insumos e pessoas é fundamental para a manutenção dos garimpos de Roraima. O decreto também autorizou a reabertura de postos de fiscalização da Fundação Nacional do Índio (Funai) e unidades básicas de saúde fechadas nos últimos anos⁴⁶.

Na postagem do *notícias 24h Roraima* sobre o decreto, com matéria do portal Uol, inicia um discurso apocalíptico quanto às consequências do combate ao garimpo. Aqui, há a preocupação de que a economia de Roraima irá estagnar sem o garimpo ilegal. Um dos comentários na imagem abaixo, de “adrya_fernandes23”, sugere em tom irônico a criação de um auxílio para os garimpeiros. Ela diz “faz auxilio pros garimpeiros que a gente sai e vai pra casa [emoji de risada com lágr e emoji de sorriso com bochechas rosadas] até porque tratam a gente como bandidos né , então lança um auxilio garimpeiro [emoji de sorriso com os dentes aparecendo]”.

Mais interessante é o comentário na imagem abaixo de “dayved_hudson” que diz apoiar a retirada dos garimpeiros, o que não caberia aqui como discurso pró-garimpo. Entretanto, há o uso da teoria conspiratória presente na “Farsa Ianomami” associando o Lula a interesses estrangeiros de “invadir” a floresta amazônica. Este usuário conta com um posicionamento peculiar, pois é contra o garimpo mas ao mesmo tempo utiliza de uma retórica garimpeira para atacar Lula, em uma interessante apropriação de discursos distintos. Isso demonstra o conhecimento dessa conspiração como algo popular, que possui lastro no imaginário roraimense para além de somente aqueles que defendem a legalização do garimpo.

⁴⁶ Lula assina decreto com medidas contra garimpo ilegal em terra Yanomami Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/30/lula-assina-decreto-com-medidas-contra-garimpo-ilegal-em-terra-yanomami.htm> Acesso em: 11.05.23



No dia 1º fevereiro, a página *Roraima 24h* repercutiu uma matéria da Folha de Boa Vista que coletou depoimento de Jailson Mesquita, articulador político do movimento “Garimpo é legal”, em resposta ao anúncio de Lula. O título da matéria: “‘é exagero’, dizem garimpeiros sobre uso de forças armadas em operação”.

Na reportagem, Jailson diz que entidades como o Ibama e a Polícia Federal nunca foram atacadas por garimpeiros, o que contraria denúncias de tiroteios e ataques a comunidades indígenas e bases de fiscalização nos anos anteriores⁴⁷. Talvez a intenção aqui seja vincular esses atos ao PCC, tratando a facção como algo separado dos garimpeiros convencionais. Conforme já foi destacado no capítulo anterior, o PCC é um fator determinante para a manutenção de garimpos com estruturas mais sofisticadas na Terra Yanomami.

A vinculação do PCC com o garimpo costuma ser abordada pelos defensores da atividade ilegal de forma seletiva, relacionando ou distanciando as duas coisas da forma que for conveniente. Por exemplo, o usuário “jhemerson_vendedor” cita “Em questão de armamento os garimpeiros estão muito mais preparados, porém não querem derramar sangue pois as autoridades também têm família e só estão cumprindo ordens. Eu seria a favor de um

⁴⁷ “É exagero”, dizem garimpeiros sobre uso das forças armadas em operação Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/-E-exagero---dizem-garimpeiros-sobre-uso-das-forcas-armadas-em-operacao/94857> <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/-E-exagero---dizem-garimpeiros-sobre-uso-das-forcas-armadas-em-operacao/94857> Acesso em: 15.05.23

conflito armado!”. O armamento dos garimpos só é possível graças ao apoio do PCC, entretanto isso é deliberadamente ignorado para destacar que os invasores não querem derramar sangue, o que distancia os garimpeiros das atitudes da facção no garimpo neste discurso. Porém, ainda assim, o comentário anuncia o desejo de existir um conflito armado contra o governo federal dentro da Terra Yanomami.



No dia 4 de fevereiro, a página *Roraima24h* publicou um vídeo de garimpeiros dando cestas básicas e remédios para indígenas Yanomami. A descrição do vídeo diz “Garimpeira relata sobre realidade que muitos garimpeiros ajudam com alimentos e remédios para os povos indígenas”. Ao contrário da maior parte das postagens sobre garimpo na página, aqui é possível ver uma quantidade substancial de comentários contrários à atividade ilegal. Provavelmente isso ocorra devido à natureza veladamente favorável ao garimpo da postagem, algo que não fica tão evidente quando a página apenas posta notícias de meios de comunicação.

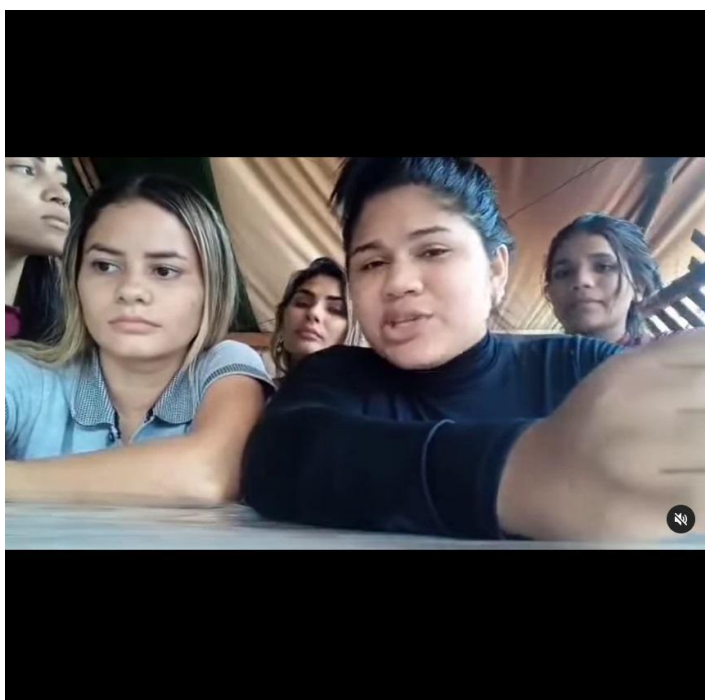
Aqui surge outro argumento do discurso pró-garimpo, que é encabeçado pela tese de que os Yanomami dependem dos garimpeiros para receber insumos. Essa retórica não é totalmente infundada, uma vez que o desligamento sistemático de postos de saúde e fiscalização entre 2019 e 2022, somado com a presença de mercúrio na fauna e flora, torna a

situação dos indígenas desesperadora. Com a contaminação de caças, comprometimento de plantações e falta de medicamentos, alguns indígenas chegam a implorar por insumos básicos para garimpeiros. O problema desse argumento, no entanto, é que ele esconde que os garimpeiros estão na terra Yanomami justamente contribuindo para as problemáticas que fazem com que os indígenas implorem por ajuda. A natureza altruísta das doações para os indígenas não soluciona os problemas sistêmicos que criaram a necessidade por essa ajuda, mas criam uma imagem mais empática para aqueles que trabalham no garimpo, o que ajuda na construção do imaginário popular de que garimpeiros são pais de família, honestos, solidários, entre outras virtudes.



A partir de 4 de fevereiro, várias publicações nos dois perfis mostram o início da saída de garimpeiros da terra Yanomami devido ao bloqueio do espaço aéreo da região. O objetivo das postagens é demonstrar o drama dos invasores, obrigados a sair da terra demarcada por barco e a pé.

Um dos posts, do *notícias 24hrr*, trata-se de um vídeo de um grupo de mulheres pedindo por ajuda.



noticias24hrr
Roraima

noticias24hrr Na região do leite em área de garimpo em Roraima garimpeiras pedem socorro pra saírem das regiões de garimpo por causa do conflito com indígenas.
2 d

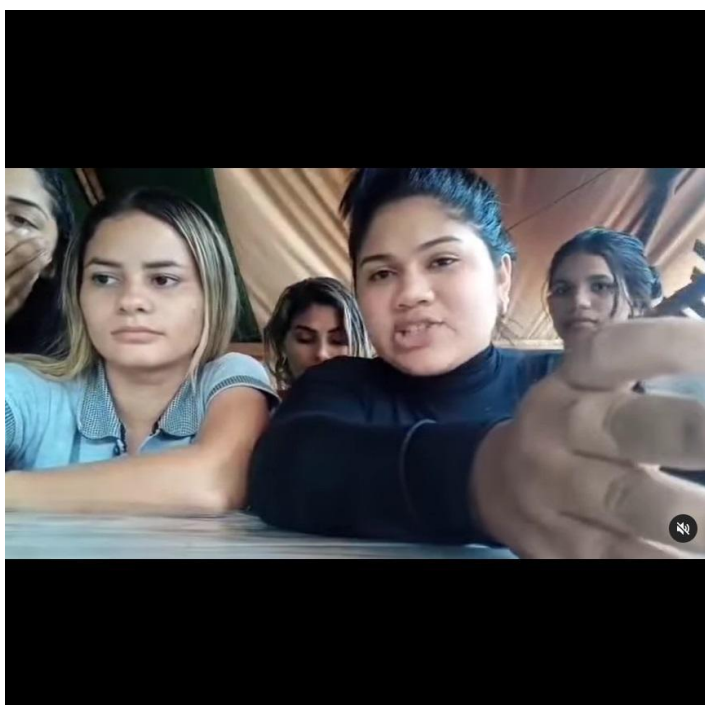
+

ryanperes05 Daqui 6 meses quando acabar esse fogo vão lá e filmem os indígenas e vão ver como vão estar do mesmo jeito ! O intuito é só roubar como sempre! Turma do 9 dedos
2 d 26 curtidas Responder Ver tradução

marlobessa Acho incrível a capacidade das pessoas de criticar as outras, não conheço ninguém desses garimpos, mas a pessoa tá pedindo resgate, as pessoas vem falar besteira do que faziam lá, acho incrível que a maioria das críticas aqui ainda veem das mulheres. Penso q oq elas faziam lá é problema delas, e mais, cada mulher faz oq quer do seu corpo, aí vejo as próprias mulheres criticando, tirando onda, aí se um homem falar, o homem é machista, e essas mulheres são o que então?
2 d 24 curtidas Responder Ver tradução

Curtido por **thamyresdresch_ e outras pessoas**
HÁ 2 DIAS

Adicione um comentário... [Publicar](#)



noticias24hrr
Roraima

noticias24hrr Na região do leite em área de garimpo em Roraima garimpeiras pedem socorro pra saírem das regiões de garimpo por causa do conflito com indígenas.
2 d 108 curtidas Responder Ver tradução

Ver respostas (3)

oliveiradesousap2 Como chegaram e oque fazem ou faziam na região não importa aos meros e perfeitos mortais. Mas, a situação em si quebra alguns princípios fundamentais. Tais ele como o da Dignidade Humana. Não é digno o governo favorecer um povo e deixar desamparado outro!! Injusto !! #FORALULA
2 d 93 curtidas Responder Ver tradução

Ver respostas (2)

nayrinha.brandao9 Chegamos ao um ponto onde a vida do ser humano passa a ser questionada,será que elas valem a pena ser resgatadas?será que a vida dela vale menos que dos demais em questão? O cenário é de vários juizes,e nada de soluções. Parem,estamos falando de vidas humanas,vejo gente faltando morrer por causa de bicho,mas quando parte para o seu semelhante são os primeiros a pedir o sangue...elas precisam de ajuda..
2 d 66 curtidas Responder Ver tradução

Curtido por **thamyresdresch_ e outras pessoas**
HÁ 2 DIAS

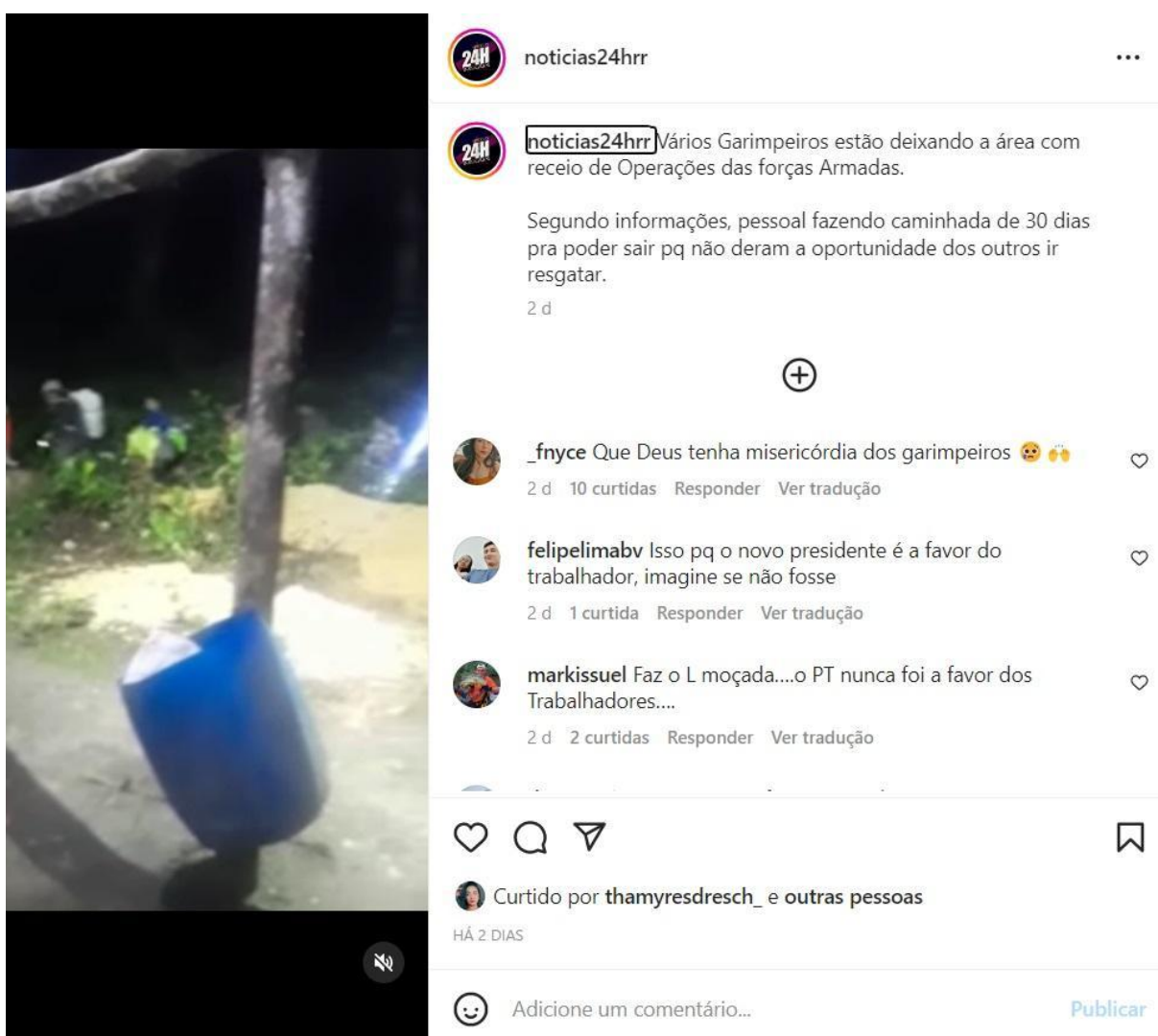
Adicione um comentário... [Publicar](#)

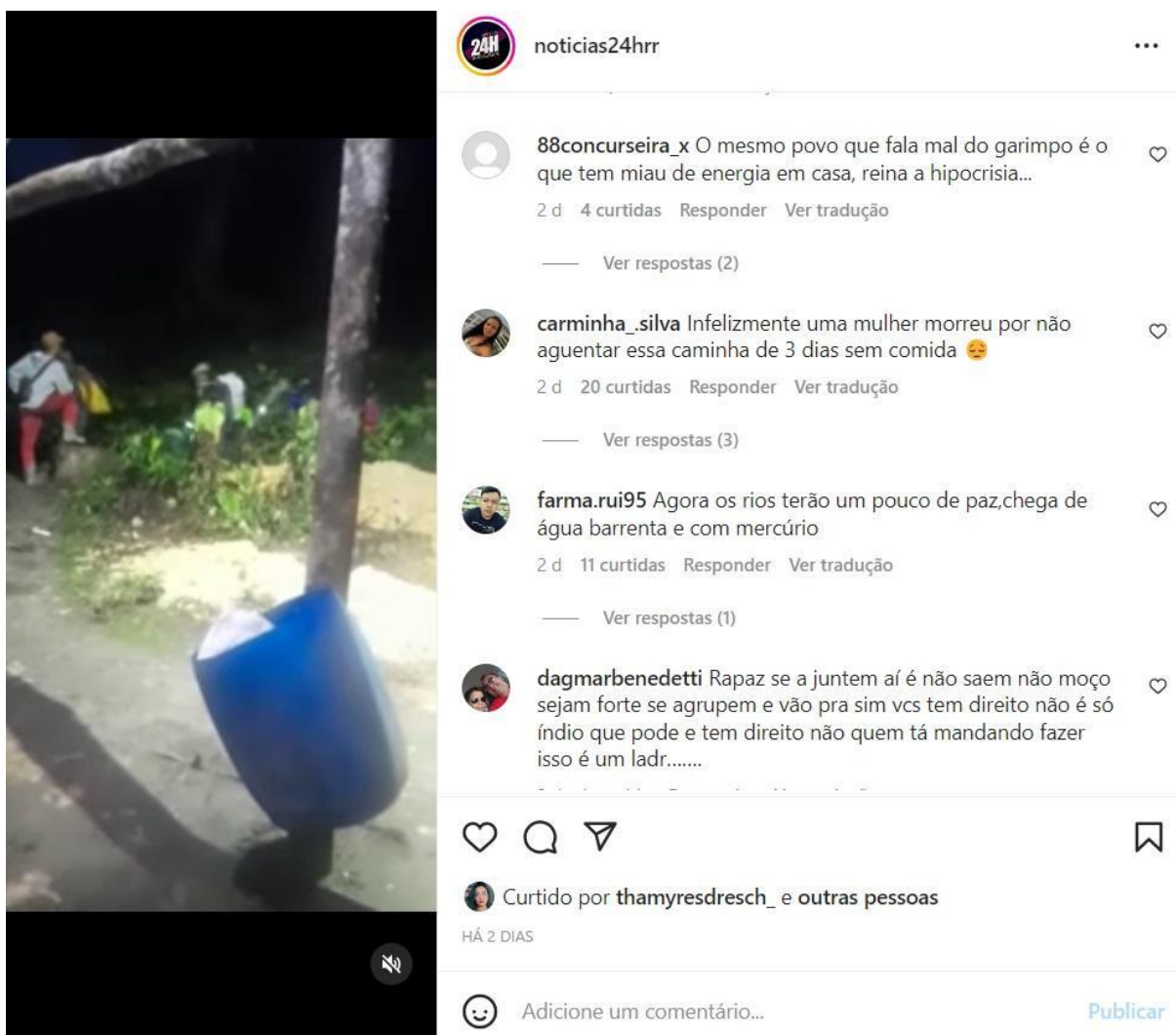
Em postagens como essa, o flerte aos direitos humanos é comum entre os defensores dos garimpeiros. É o caso de “marlobessa”, que comenta “Acho incrível a capacidade das

pessoas de criticar as outras, não conheço ninguém desses garimpos, mas a pessoa tá pedindo resgate [...]”. Há também a alusão a uma vertente argumentativa que prega que o que cada pessoa faz é de responsabilidade dela, o que será repetido por outros comentários mais a frente, quando surgirem reportagens a respeito da prostituição nos garimpos.

Quem também flerta com os direitos humanos é o “oliveiradesousap2”, que destaca não ser digno que o Governo Federal dê amparo para alguns, como é o caso dos indígenas Yanomami, e deixe outros à própria sorte. Isso é usado como retórica para fazer oposição a Lula, destacado pela “#FORALULA”.

Outro vídeo de denúncia repercutido na página no mesmo dia conta com a seguinte descrição: “Vários garimpeiros estão deixando a área com receio de operações das forças armadas. Segundo informações, pessoal fazendo caminhada de 30 dias pra poder sair pq não deram a oportunidade dos outros ir resgatar”. A associação do garimpeiro ao trabalho faz com que na lógica pró-garimpo Lula seja visto como alguém que não apóia trabalhadores.





O comentário de “dagmarbenedetti” é enfático na crença de que os garimpeiros têm direito de explorar a Terra Yanomami mesmo que não seja constitucional, e diz que os invasores deveriam ficar na região para lutar por isso. Associar Lula à figura de um ladrão ajuda na crença de que na verdade as instituições federais estão corrompidas, e, portanto, não devem ser levadas a sério. Ele afirma “Rapaz se juntem aí é não saem não moço sejam forte se agrupem e vão pra sim vcs tem direito não é só índio que pode e ter direito não quem tá mandando fazer isso é um ladr...”.

Em outra postagem, ainda do mesmo dia na mesma página, um comentário serve para representar outro tipo de retórica. Aquela que prega que só quem já foi para a região de garimpo tem capacidade de comentar sobre o assunto. Dentro do garimpo, conforme já foi esclarecido nesta dissertação, também existem indígenas apoiadores da atividade. Isso cria a perspectiva de que “todos” os indígenas apoiam o garimpo, e na verdade somente uma minoria é contrária. A cobertura midiática dos conflitos armados da terra Yanomami já

provam o contrário, mas elas também podem ser desacreditadas por essa retórica pois “quem escreveu a reportagem nunca foi lá”.

A postagem em questão conta com a descrição “Vários garimpeiros estão deixando a área com receio da Operação das forças Armadas”. O argumento é de “joaovitorbaima7”, que diz: “[...] mercúrio é caro pra tá jogando em água, 90% dos comentários de pessoas que nunca foram lá não sabem nem como que é a cultura dos índios de lá que só estão vivos pelos garimpeiros, o mesmo governo que abandonou os índios é o mesmo que querem tirar os garimpeiros, o garimpo é tão ruim né vai em todas as comunidades indígenas da região e pergunta a cada índio se querem que o garimpo acabe kkkkkk ata você não sabe da realidade por completo né nunca foi lá [...] só quem viveu a verdadeira realidade é que pode interferir nela”. O objetivo dessa retórica, além de desacreditar quem nunca foi a um garimpo, é apresentar uma forma de aferir a realidade que parte apenas dos garimpeiros, e não das consequências da atividade.



 **noticias24hrr**
Roraima



joaovitorbaima7 Pra quem não sabe o estado que tu pisa foi construído por garimpeiros, chega é pergunta pros grandes empresários que não mexem mais com garimpo como foi que eles cresceram no estado, é gente para de hipocrisia falando que mercúrio tá sujando as águas ou matando gente, vcs não sabem nem como os garimpeiros utilizam o mercúrio, mercúrio é caro pra tá jogando em água, 90% dos comentários de pessoas que nunca foram lá não sabem nem como que é a cultura dos índios de lá que só estão vivos pelos garimpeiros, o mesmo governo que abandonou os índios é o mesmo que querem tirar os garimpeiros, garimpo é tão ruim né vai em todas as comunidades indígenas da região é pergunta a cada índio se querem que o garimpo acabe kkkkkk ata você não sabe não sabe da realidade por completo né nunca foi lá, desculpa a palavra mais muitos aqui são só a Matrix comentando oque não sabe, só quem viveu a verdadeira realidade é que pode interferir nela, já sabemos oque vai acontecer não precisa ninguém fazer alvoroço

1 d 1 curtida Responder Ver tradução



jardeniaferreira_ Jura que a poluição vai parar ? Claro que não, a diferença é que os gringos e etc vai meter no bolso e passar direto, sem gastar nenhum real na terrinha local 😂

2 d Responder Ver tradução



Curtido por **thamyresdresch_** e outras pessoas

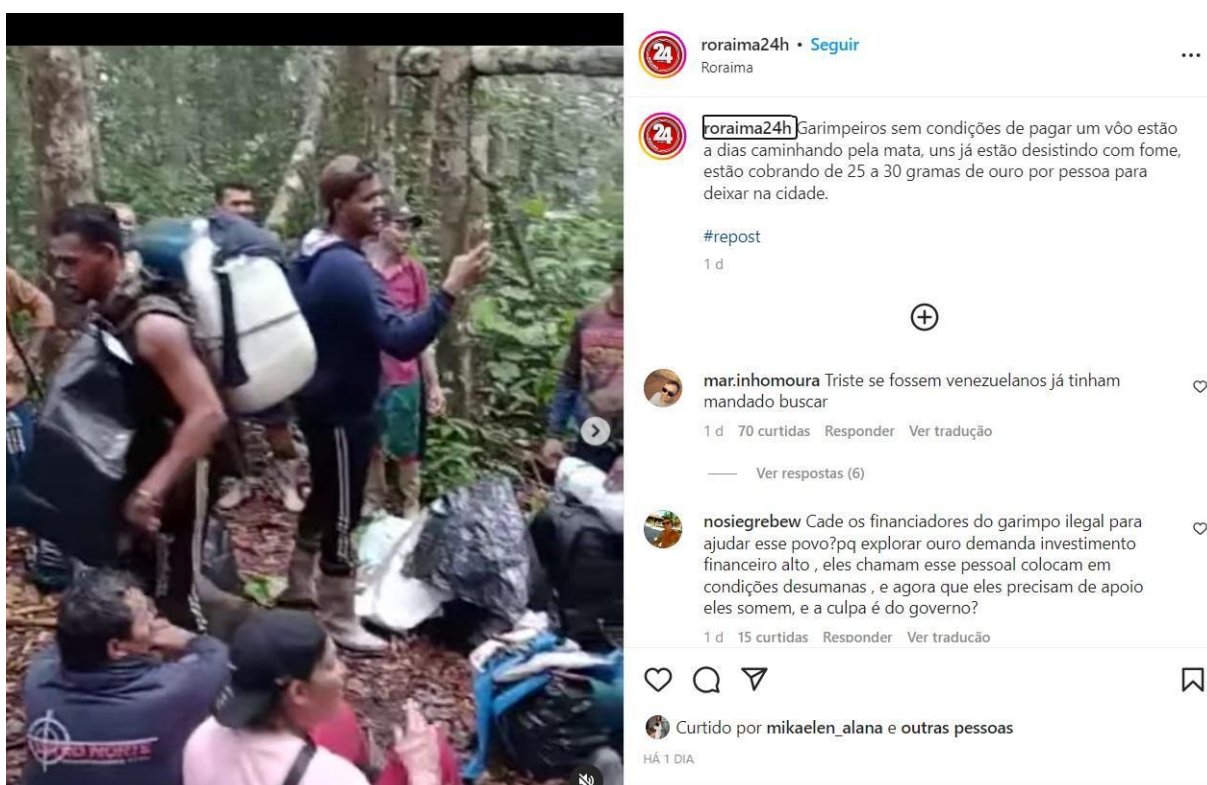
HÁ 2 DIAS



Adicione um comentário...

Publicar

As postagens com vídeos de garimpeiros também estão presentes na página *Roraima 24h*. Uma delas, do dia 9 de fevereiro, conta com a descrição “Garimpeiros sem condições de pegar voo estão a dias caminhando pela mata, uns já estão desistindo com fome, estão cobrando 25g a 30g de ouro por pessoa para deixar na cidade”. Ainda nesse período, os voos particulares na Terra Yanomami estavam proibidos pela Força Aérea Brasileira. Devido ao aumento da fiscalização, o preço do transporte aéreo para Boa Vista ficou mais caro, pois representa maiores riscos para os pilotos e donos das aeronaves.

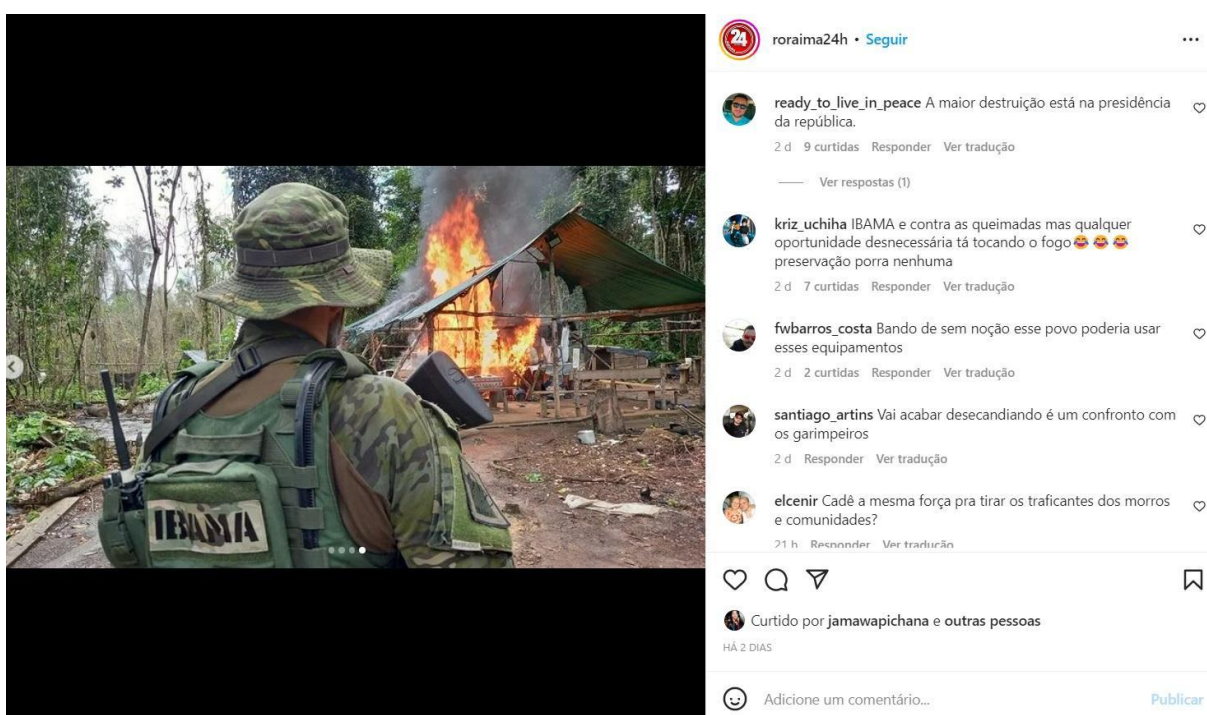


O primeiro comentário da postagem acima, de “mar.inhomoura”, diz “Triste se fossem venezuelanos já tinham mandado buscar”. Aqui, mais uma vez, a referência à Venezuela. Só que neste caso o objetivo da comparação é diferente do simples “atribuir a culpa”. O que ocorre aqui é uma referência à Operação Acolhida, voltada para o recebimento de refugiados venezuelanos em Roraima. O argumento exige que os garimpeiros sejam tratados da mesma forma que outros grupos marginalizados.

Na mesma página, no dia 12 de fevereiro, houve a postagem de uma notícia do G1 de título “Ibama queima avião, helicóptero e maquinários de garimpeiros na Terra Yanomami”. “kriz_uchiha” comenta “IBAMA e contra as queimadas mas qualquer oportunidade desnecessária tá tocando o fogo [três emojis de risada com lágrimas] preservação porra

nenhuma”. De forma semelhante, “fwbarros_costa” comenta “Bando de sem noção esse povo poderia usar esses equipamentos”. Em quaisquer postagens a respeito de maquinários queimados pelo Ibama, há comentários que questionam qual a necessidade da atitude e se ela também não contribui para a poluição do meio ambiente. Com isso, o discurso pró-garimpo coloca em xeque a credibilidade do órgão para os que concordam com o posicionamento.

O Ibama se baseia no decreto 6.514, de 2008, que autoriza o órgão a queimar maquinários quando não é possível transportá-los para serem apreendidos devido dificuldades oferecidas pelas florestas ou evitar o reaproveitamento indevido, o que pode acontecer quando produtos apreendidos são leiloados ou liberados por decisões judiciais favoráveis aos donos⁴⁸. Ambas as situações são realidade para o Ibama na Terra Yanomami.



A imagem acima reúne ainda três comentários de perspectivas diferentes contra o Ibama. Há um comentário que busca desviar a atenção do garimpo ilegal para outros problemas sociais, feito por “elcénir”, outro que se refere aos garimpeiros como pessoas com as quais não se deve se meter, de “santiago_artins”, e outro que busca apontar Lula como um problema maior, por “ready_to_live_in_peace”.

⁴⁸ Por que o governo resolveu voltar a queimar equipamentos do garimpo. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/por-que-o-governo-resolveu-voltar-a-queimar-equipamentos-do-garimpo> Acesso em: 03.06.23

No dia 13 de fevereiro, outra notícia do G1. Desta vez, repercutida na *noticias24hrr*, a respeito da liberação da saída de garimpeiros por barcos. Alguns comentários apontaram essa notícia como mentirosa, pois barcos ainda são apreendidos. Aqui, não é possível saber se há de fato abuso das autoridades, uma vez que conforme o próprio subtítulo desta reportagem, as embarcações liberadas são somente aquelas que estão sem cargas, para impedir que os garimpeiros levem minérios.

O comentário de “djeany_marcolino17” diz “Seria bom se fosse sem Humilhar, Bater e pegar o ouro Dos garimpeiros também .”.

Garimpo ilegal

Governo federal libera acesso de barcos para retirada de garimpeiros da Terra Yanomami

Estão autorizados os barcos que estão apenas com o piloto e o proeiro, sem carga e que estejam subindo ou descendo o rio para buscar garimpeiros e outras pessoas. A liberação ocorre para retirada pacífica dos invasores.



noticias24hrr
Roraima

roxodoar Só mentira lá encima no rio tão prendendo as canoas do pessoal
1 d Responder Ver tradução

djeany_marcolino17 Seria Bom se fosse sem Humilhar, Bater e pegar o ouro Dos garimpeiros também .
1 d Responder Ver tradução

_anthoni_00 É uma mãe
1 d Responder Ver tradução

cidamelolinda8 Tem que liberar mesmo. Demorou.
1 d 1 curtida Responder Ver tradução

costa_wellen 🙏 graças Deus 🙏
1 d 2 curtidas Responder Ver tradução

djeany_marcolino17 Quase que Acredito.
1 d Responder Ver tradução

Curtido por petri.cor.art e outras pessoas
HÁ 1 DIA

Adicione um comentário... **Publicar**

Outra postagem no mesmo dia que mostra a resistência dos garimpeiros em perder os minérios extraídos é uma com a descrição “Atenção @governodobrasil e ministro @flaviiodino O governo federal determinou a saída dos trabalhadores dos garimpos das terras indígenas, porém quando vão sair são recebidos a bala. Isso é transgressões aos direitos humanos” contém um vídeo de um garimpeiro falando sobre o assunto. Surge uma discussão no comentário de “guijuliao_ofc” que diz “Pode sair !! Mas q levar o ouro aí não pode meu ffr”.

A “jessicaa_oliveira”, que admite ser garimpeira, retruca “ah queria era ver vc com seu ouro que trabalhou igual um fdp pra depois vc ter que joga na agua. Pq nao pode leva pra sua casa pra vc compra oque precisa [emoji de risada com lágrimas] cada uma”. Já a retórica do “calebe10350” é “foi bem tua mãe que estava lá né ralando pra te sustentar? Vc e mas um dos filhos do lula, fica só mamando no governo, deixa o cara trazer ouro dele oxi, o invejoso e fogo”.



roraima24h • Seguir

roraima24h Atenção @governodobrasil e ministro @flaviodino O governo federal determinou a saída dos trabalhadores dos garimpos das terras indígenas, porém quando vão sair são recebidos a bala. Isso é transgressões aos direitos humanos.
1 d

guijuliao_ofc Pode passar !! Mas q levar o ouro aí num pode meu fi
1 d 5 curtidas Responder Ver tradução

Ver respostas (9)

jessicaa_oliveira @finos_revestimentos3d isso é verdade ! Mas ouro aonde ta ? Aonde ele coloca ? Joga na agua ? Juraaaaa
4 h Responder Ver tradução

guijuliao_ofc @jessicaa_oliveira ah e esse cara q aí q ir embora não!! Cono ele fala aí no vídeo!! Q só q ir embora!! Se quisesse ir já tinha ido!!kkkkkk
3 h Responder Ver tradução

jessicaa_oliveira @guijuliao_ofc mas no vídeo ele fala que a polícia começa embacar lá nos americanos

Curtido por rafah_andre e outras pessoas
HÁ 1 DIA

Adicione um comentário... **Publicar**



roraima24h • Seguir

jessicaa_olliveira @guijuliao_ofc ah queria era ver vc com seu ouro que trabalhou igual um fdp pra depois vc ter que joga na agua. Pq nao pode leva pra sua casa pra vc compra oque precisa 🤔 cada uma

1 d 2 curtidas Responder Ver tradução

guijuliao_ofc @jessicaa_olliveira tá errado então não pode !!! É ilegal , então vc diz q o cara pode cometer crime !! Vc e Lula? Pois des q eu saiba sair com ouro de dentro da terra indígena e crime!!

1 d 2 curtidas Responder Ver tradução

jessicaa_olliveira @guijuliao_ofc aiaiaia eu sou e garimpeira meu filho .. Ei vc e de onde ? Boa Vista gira por conta de garimpo meu filho .. primeira malaria e cachoeira vc vem correndo pro bracinho da mamaezinha 🤔 e tu que ta fazendo teu L vai la compra sua picanha 🤔🤔🤔🤔

1 d 1 curtida Responder Ver tradução

calebe1035 @guijuliao_ofc foi bem tua mãe que estava lá né ralando pra te sustentar? Vc e mas um dos filhos do lula, fica só mamando no governo, deixa o cara trazer o ouro dele oxi, o invejoso e fogo.

1 d 2 curtidas Responder Ver tradução

Curtido por rafah_andre e outras pessoas

HÁ 1 DIA

Adicione um comentário... [Publicar](#)

Ainda na *Roraima24h*, no dia 16 de fevereiro, uma postagem de um release da Polícia Rodoviária Federal de título “PRF e Ibama apreendem mais de 4 toneladas de minérios em Depósito em Boa Vista”. Nos comentários dessa apreensão, há críticas a quem denunciou o transporte dessa carga. O “thiagojustino” questiona “quem foi o linguarudo”, enquanto “glauciavanessa.adv” comenta “sempre tem um X9 [emoji de sorriso com preocupação]. É evidente que os comentários contam com um certo tom de brincadeira, mas perpetuam o incentivo ao silêncio necessário para ser garimpeiro de forma ilegal.



Enquanto isso, na página *noticias24hrr*, uma postagem do dia 18 de fevereiro ajuda a compreender as diferentes visões roraimenses do indígena Yanomami em si, sem relacionar com lideranças específicas. Nela está repercutida uma matéria do Roraima em Tempo de título “Chico Rodrigues chama indígenas Yanomami de ‘primitivos’”.

Chico Rodrigues, conforme já abordado no capítulo anterior, é um senador de Roraima que conta com acusações de envolvimento administrativo no garimpo. Em 2020, ele ficou nacionalmente conhecido após ser flagrado pela Polícia Federal com R\$33 mil em dinheiro na cueca durante uma busca e apreensão. A operação apurava desvio de recursos públicos para combate à Covid-19. Nesse mesmo episódio, uma pedra de minério foi apreendida. O senador, que é abertamente favorável ao garimpo, já teve uma aeronave em seu nome apreendida na Terra Yanomami em 2018. Ainda em fevereiro de 2023, ele causou controvérsias ao ser eleito presidente da Comissão Temporária sobre a Situação dos Yanomami do Senado⁴⁹.

Retomando para a perspectiva sobre o indígena, há alguns comentários que defendem que na verdade Chico é o “primitivo” por ter colocado dinheiro na cueca. Outros, no entanto, defendem o ponto de vista do senador. A “luizafonsogarcia0707” afirma “Ele quis dizer que essa etnia desenvolveu poucos conhecimentos próprios para dominar a natureza. Realmente

⁴⁹Dinheiro na cueca e pró-garimpo: senador presidirá comissão dos Yanomami. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/02/16/quem-e-chico-rodrigues-senador-flagrado-dinheiro-cueca-comissao-yanomami.htm> Acesso em: 05.06.23

são considerados um dos mais primitivos do planeta .deixem de mimimi wokers chatos .”. Aqui um exemplo de como a visão “pura” do indígena descrita na parte teórica é manifestada na realidade.



Outro comentário, de “meck_cardoso”, afirma “E pode ser chamado d originário? Que não deixa de ser a mesma coisa .. quem fez a 4ª série sabe muito bem disso !”. O “augusto_f22” conta que “... bom errada infelizmente ele não está! Ha os que tem um convívio estabelecido e a maioria nas áreas e os que são RESGATADOS não tem noção de civilidade”.

No dia 20 de fevereiro, a página *Roraima24h* repercutiu uma matéria do Blog do Perônico com título “Operação militar da Defesa contra o garimpo ilegal em Roraima custará R\$302 milhões”. A intenção do título é clara: incentivar a reação garimpeira para apontar o gasto do governo federal como absurdo ou desproporcional. E é justo isso o que acontece nos comentários. Alguns dos usuários dão sugestões do que fazer com esse montante. É o caso de “carlospadilharr”, que afirma “Se esse dinheiro e dividir com os garimpeiros e com os índios, todo mundo sai do garimpo e nunca mais falta comida pros índios. kkkkkkk resumindo, não tem nada a ver com tirar garimpeiro, tem haver em como pegar o dinheiro do povo kkkkkkk”. Já “brendorios” afirma “Porque não pegar esse valor absurdo e criar o bolsa garimpeiro!!”. Alguns comentários ao longo do espaço de tempo do presente levantamento citam a necessidade de um “bolsa garimpeiro”, uma espécie de benefício para os garimpeiros

expulsos da Terra Yanomami, pois muitos se vêem inviabilizados sem o sustento ilegal. Isso é algo que denuncia a problemática trabalhista em Roraima, onde, conforme o rastro dos comentários demonstra, há poucas oportunidades de trabalho formal ou legalizado.



As tensões entre Ibama e garimpeiros escalaram com o passar dos dias. No dia 24 de fevereiro, uma matéria do G1 com o título “Garimpeiros armados atacam base do Ibama na Terra Yanomami e invasor é atingido” foi repercutida na "Roraima 24h". O ferido foi levado para atendimento médico, internado e depois detido pela Polícia Federal⁵⁰.

Parte dos comentários buscou justificar o ataque ou dizer que se trata de uma informação falsa, pois na verdade o Ibama é que estaria atacando os garimpeiros. É possível interpretar que isso seja referência à abordagem truculenta já mencionada por alguns comentários anteriormente. Na questão da justificativa, o comentário do “1552_eman” destaca: “Falam que é pra gente sair mas eles não deixam ficam oprimindo batendo tomando as coisas como vamos sair”. Uma referência à truculência das abordagens do órgão e o fato deles não deixarem os garimpeiros saírem com minérios e demais recursos de valor.

⁵⁰ Garimpeiros atacam base do Ibama na terra Yanomami; Houve tiroteio com um ferido e detido. Disponível em: <https://www.terra.com.br/planeta/sustentabilidade/garimpeiros-atacam-base-do-ibama-na-terra-yanomami-houve-tiroteio-com-um-ferido-e-detido.8223d54c98e3f6403c4aee2558177783pb514nu8.html> Acesso em: 05.06.23

Garimpeiros armados atacam base do Ibama na Terra Yanomami e invasor é baleado

Criminosos desciam o rio em sete voadeiras de 12 metros carregadas de cassiterita quando houve ataque a fiscais do Ibama. Local é o mesmo onde garimpeiros abriram fogo contra a Polícia Federal em maio de 2021.



roraima24h • Seguir
Roraima

annabrenda97 Essa notícia é falsa, eles q atiraram contra os garimpeiros q tava vindo embora.
1 d 1 curtida Responder Ver tradução

Ver respostas (1)

tatianalacerda60 Falam p sair e n deixa povo sair..
1 d 1 curtida Responder Ver tradução

1552.eman O IBAMA que está atirando em quem passar junto com a polícia cadê o direitos humanos
10 h Responder Ver tradução

cilene7604 Vim so comentar e dizer que não tenho nada com isso 😂😂😂 nem com ibama e nem contra as pessoas trabalhadoras pais de família 😂😂😂
1 d Responder Ver tradução

1552.eman Falam que é pra gente sai mais eles não deixam ficam oprimindo batendo tomando as coisas como vamos sai
10 h Responder Ver tradução

Curtido por neylane_nn03 e outras pessoas
HÁ 1 DIA

Adicione um comentário... Publicar

A base atacada foi reativada apenas quatro dias antes do ataque, e não se tratou de um evento isolado. Até 16 de maio de 2023, a unidade do Ibama registrou cinco ataques, sejam eles a tiros ou apenas planos de sabotagem do cabo de aço que impede a passagem de barcos⁵¹.

Ainda sobre o Chico Rodrigues, a página “notícias24hrr” repercutiu uma notícia do G1 no dia 28 de fevereiro com o título “Conselho Indígena pede afastamento de Chico Rodrigues da presidência da comissão sobre crise Yanomami”. Aqui é possível ver a defesa ao senador por parte do discurso garimpeiro como forma de antagonizar o Conselho Indígena de Roraima (CIR), responsável pelo pedido.

⁵¹ Base do Ibama é alvo de quinto atentado em terra Yanomami Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/base-do-ibama-e-alvo-de-quinto-atentado-em-terra-indigena-yanomami> Acesso em: 05.06.23

Em ofício

Conselho Indígena pede afastamento de Chico Rodrigues da presidência de Comissão sobre crise Yanomami

Conselho Indígena de Roraima (CIR) enviou ofício afirmando que há 'conflito de interesses' na participação do senador, escolhido como presidente da comissão sobre Crise Yanomami. Documento foi enviado ao Senado, Procuradoria-Geral da República e Ministério Público Federal.



notícias24hrr
Roraima

...



victormatos376 País que tem um descondenado como presidente, o que é trinta mil na cueca!



4 d 2 curtidas Responder Ver tradução



mayllsonfeitosa Rapaz, a quadrilha que está articulando tudo isso, a esquerda, estão com medo do senador mostrar a verdade, que a crise é uma grande farsa



4 d Responder Ver tradução



elzivanmota5 Kkkkk e muito medo, uma hora a verdade aparece



3 d Responder Ver tradução



mirvania_silva Estão com medo de ele abrir o bico



4 d Responder Ver tradução



queziacarvalho3 Kkkkkkk



5 d Responder



victormatos376 Será que na visita surpresa, o senador viu a maluca dasarrumada. Acho que tem boi na linha.



Curtido por joaovjtor_ e outras pessoas

HÁ 5 DIAS



Adicione um comentário...

Publicar

Quando o caso do dinheiro na cueca é levantado, a retórica consiste em minimizar o flagrante. É isso que faz “victormatos376” com o comentário “País que tem um descondenado como presidente, o que é trinta mil na cueca!”. O discurso a ser sustentado é de que existe medo de que Chico “descubra” a conspiração dos indígenas com estrangeiros, que supostamente seria mediada pela “esquerda”. É isso que evidencia o comentário de “mayllsonfeitosa”, que diz: “Rapaz, a quadrilha que está articulando tudo isso, a esquerda, estão com medo do senador mostrar a verdade, que a crise é uma grande farsa”.

No início de março há a diminuição de postagens sobre garimpo em ambos os grupos. Ainda há alguns vídeos-denúncia e reportagens repercutidas, mas os tipos de argumentos apresentados são os mesmos que já foram levantados até aqui. A partir de 15 de março, no entanto, houve um novo assunto que começou a circular nos meios de comunicação: a prostituição nos garimpos, muitas vezes de menores de idade.

Essa movimentação iniciou no *notícias24hrr*, com a repercussão de uma matéria do Roraima em Tempo com o título “Adolescente desaparecida é resgatada na Terra Yanomami”. Na íntegra, a reportagem mostra que uma jovem de 15 anos recebeu a proposta de trabalhar

como cozinheira no garimpo, mas acabou por precisar se prostituir. Ela passou cerca de 20 dias na região⁵².



Adolescente desaparecida é resgatada na Terra Indígena Yanomami

Jovem relatou que recebeu uma proposta para ser cozinheira no garimpo através de um contato em uma rede social

noticias24hrr
Roraima

eliadson.ig Ela podia ter dito qualquer outra coisa, péssima escolha de palavras. 😡😡😡

1 d 1 curtida Responder Ver tradução

fernandapaixao082 Kkkk consinhar? contava outra essa aí não colou ..

1 d 1 curtida Responder Ver tradução

brunoosousa.rr Essa história de ir p ser cozinheira 😡😡

1 d 3 curtidas Responder Ver tradução

_juci_sousa_ Triste realidade

1 d Responder Ver tradução

jaquelinylima_s Seiii ! História mal contada !!!

1 d Responder Ver tradução

ednaferreirah Tudo cozinheira kkkkk

1 d 1 curtida Responder Ver tradução

Curtido por **monteiro_aleff** e outras pessoas

HÁ 1 DIA

Adicione um comentário...

Publicar

A primeira reação ao caso é descredibilizar a vítima. Alguns dos usuários, acima todos de perfil feminino, duvidam que a vítima tenha sido chamada para trabalhar na cozinha, e buscam tirar sarro da situação.

Mais tarde, no mesmo dia, comentários em post de uma reportagem do G1 sobre o assunto, com título “Adolescente resgatada diz que era obrigada a fazer até 16 programas por noite em garimpo na Terra Yanomami”, buscam diminuir a importância do depoimento da jovem por meio da retórica de que “ela sabia o que estava fazendo”, e, portanto, a denúncia de prostituição de menores no garimpo não deve ser levada tão a sério. A “karoline_alcantara8120” busca legitimar esse argumento como sendo uma verdade que a população roraimense como um todo reconhece ao comentar “[...] piada atrás de piada o pior é que quem não é daqui olha a notícia e acredita mesmo kkkkkkk”.

⁵² Adolescente desaparecida é resgatada na terra indígena Yanomami. Disponível em: <https://roraimaemtempo.com.br/policia/adolescente-desaparecida-e-resgatada-na-terra-indigena-yanomami/>
Acesso em: 05.06.23

Exploração sexual

Adolescente resgatada diz que era obrigada a fazer até 16 programas por noite em garimpos na Terra Yanomami

Menina relatou ao Conselho Tutelar rotina de exploração sexual após ser atraída com promessa para trabalhar como cozinheira na Terra Yanomami. Ela foi resgatada pela Polícia Federal durante fiscalização a barcos de invasores no rio Mucajá.



Também, no dia 16 de março, houve a publicação de uma notícia do G1, só que sobre outro assunto. O título da reportagem repercutida é “Antenas da Starlink são apreendidas em garimpo ilegal na terra Yanomami”. A empresa Starlink é do bilionário Elon Musk, que anunciou em maio de 2022 que levaria serviço de internet para 19 mil escolas na floresta amazônica. Até hoje, essa disponibilização só ocorreu em três, mas as antenas do serviço têm sido vendidas para garimpeiros⁵³.

⁵³ Garimpo ilegal e poucas escolas: como internet de Musk chegou na Amazonia. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/06/05/como-esta-internet-de-elon-musk-um-ano-apos-visita-ao-brasil.amp.htm> Acesso em: 05.06.23

Braço da SpaceX, do bilionário Elon Musk

Antenas da Starlink são apreendidas em garimpo ilegal na Terra Yanomami

Equipamentos foram encontrados durante operações do Ibama e da Polícia Rodoviária Federal, na floresta amazônica.



O discurso garimpeiro busca legitimar a presença das antenas da empresa nos garimpos. O “johnsoares” argumenta “[...] a empresa tem presença em todos os países do mundo, imagina o tanto de antena que tem espalhada, aí o cara aqui em Roraima que com certeza não representa nada quer explicações de que o produto deles está fazendo em Roraima? Piada isso! [dois emojis de risada com lágrimas]”. A “andrya_fernandes23” comenta “A minha Starlink não pode ser bloqueada não, os Yanomami usam ela toda noite aqui no meu barraco pra assistir o Kwai e vê o Lula mentindo pra eles kkkkkkk”.

Ainda sobre a prostituição, no dia 20 de março, a *roraima24hrr* repercutiu outra notícia do G1, de título “Irmãs suspeitas de recrutar meninas para prostituição na Terra Yanomami são levadas à cadeia”. Cabe destacar o comentário de “auzierello” que gerou discussão. Nele, ela afirma “pf querendo achar culpado, as moleca foram pq quiseram, sabiam muito bem o que iam fazer, palhaçada isso, agora se dizem aliciadas, aí aí cada uma”.

Na segunda imagem abaixo, a “m.eduarda022” comenta “verdade, eu mesma fui, paguei passagem, minha net, as coisas tudo certinho, e nem por isso sair falando que tava sendo explorada, isso é uma vergonha falar isso, essa tava era lisa lá dentro, sem ouro, pq ficar com o outro de graça, e depois veio com essa pra sair de graça lá de dentro, é sobre isso e pronto [emoji de coração em chamas]”.

Investigação federal

Irmã suspeitas de recrutar meninas para prostituição na Terra Yanomami são levadas à cadeia

Francisca de Fátima Guimarães Gomes, de 40 anos, e Marilene Guimarães Gomes, de 44, foram presas pela PF na operação Palácios. Estão foragidos o marido de Marilene, Márcio Conceição Vieira, outra investigada, Thaliny Nascimento Andrade.



Investigação federal

Irmã suspeitas de recrutar meninas para prostituição na Terra Yanomami são levadas à cadeia

Francisca de Fátima Guimarães Gomes, de 40 anos, e Marilene Guimarães Gomes, de 44, foram presas pela PF na operação Palácios. Estão foragidos o marido de Marilene, Márcio Conceição Vieira, outra investigada, Thaliny Nascimento Andrade.



A Roraima24h só postaria notícias sobre os casos de prostituição a partir do dia 20 de março, última dia de recorte do presente levantamento. Antes disso, no dia 16, houve a

repercussão de uma entrevista do governador de Roraima, Antonio Denarium, à revista Veja. O título da matéria é “Governador de RR: ‘Garimpeiros também são seres humanos, nossos amigos’”.

Alguns dos comentários favoráveis à declaração buscaram criar a associação de que os garimpeiros são mais “amigos” da população roraimense do que os indígenas. O principal dele é de “david.mss17”, que postou um longo comentário que pode ser visto na íntegra na imagem abaixo. Vale destacar o início dele, que diz “A realidade é que os garimpeiros são mais nossos amigos que os indígenas, que mas atrapalham o desenvolvimento do estado que ajudam. Roraima só é atrasada do jeito que é porq pra agradar ONG a França e alguns outros países europeus, deram as terras além do que os índios precisam aqui, e esquecem que existe gente morando e precisando sobreviver”.



A única notícia repercutida por “Roraima24h” sobre a denúncia de prostituição de menores é do G1, de título “Jovens eram obrigadas a esconder menstruação para se prostituir”.

Exploração sexual

Jovens eram obrigadas a esconder menstruação para se prostituir



roraima24h • Seguir
Roraima



henriquesantos.ra Com tanta informação as pessoas ainda caem nesse golpe

2 sem 3 curtidas Ver tradução



Ocultar respostas



katinha_lima_reserva_ @henriquesantos.ra kkkk golpe e elas

2 sem Ver tradução



rayane_dani Erro inocente, faltou informação.

2 sem 5 curtidas Ver tradução



_pamziita Ah me poupe dessa matéria ridícula. Essas plocs vão por vontade própria mesmo, vão na ganância. E dão mesmo por 1/2 gramas de ouro. E não, nos CABARÉS não forçam a fazer nada. É essa de esconder menstruação é pra não deixar de fazer dinheiro. ESSA SIM É A VERDADE. Olha essa jaca aqui @gabriella_tavares_2411 kkkkkkkkkk

2 sem 6 curtidas Ver tradução



Curtido por rafah_andre e outras pessoas

MARÇO 20

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Exploração sexual

Jovens eram obrigadas a esconder menstruação para se prostituir



roraima24h • Seguir
Roraima



_tabuadecarnee Igual a mentira que inventaram sobre a @sandragomesguimares conheço ela ,ela nunca foi capaz de obriga ninguém fazer nada , e outra se ela usar nome falso nas redes sociais,e pq ela não gostava do nome dela , pq dès de quando ela trabalhava de faxineira na academia @academia_lifepower todo mundo conhecia ela como Sandra ,nunca pelo nome verdadeiro,só os amigos mas próximo sabia o nome dela ,agora esse povo mentiroso fica inventando histórias sobre elas ,estão fazendo uma grande injustiça com elas ...

2 sem 1 curtida Ver tradução



cacildamoreirafontinele Esse povo tem uma visita como escondi uma menstruação eu quero aprender 🤔🤔🤔🤔🤔🤔

2 sem 1 curtida Ver tradução



liz_iandra KKKK agora pronto, todo mundo era obrigado a fazer as coisas lá

2 sem 1 curtida Ver tradução



Curtido por rafah_andre e outras pessoas

MARÇO 20

Os comentários nesta publicação foram limitados.

Chama atenção, por fim, o comentário de “_tabuadecarnee”, que busca legitimar a exploração de menores ao afirmar que conhece umas das mulheres presas acusadas de retrucar as jovens. Esse usuário busca o argumento de que as pessoas não a conhecem propriamente

para julgá-la. Ele afirma “[...] ela nunca foi capaz de obriga ninguém fazer nada, e outra se ela usar nome falso nas redes sociais, e pq ela nao gostava do nome dela , pq dê de quando ela trabalhava de faxineira na academia @academia_lifepower todo mundo conhecia ela como Sandra, nunca pelo nome verdadeiro, só os amigos mas próximo sabia o nome dela ,agora esse povo mentiroso fica inventando histórias sobre elas ,estão fazendo uma grande injustiça com elas ...”.

3.4 Categorizando o discurso pró-garimpo roraimense

Com os comentários selecionados de 29 postagens nos perfis *noticias24hrr* e *Roraima24h*, é possível selecionar os argumentos do discurso pró-garimpo mais recorrentes e assim categorizar as diferentes retóricas e as representações necessárias para que elas ocorram. No caso não seria um “mapa” no sentido literal proposto pela metodologia da Cartografia de Controvérsias, mas sim uma lista dos argumentos que gradativamente entram na percepção de mundo garimpeira. A listagem ocorre a partir da retórica mais “convidativa” para a mais “autoritária”. Vale ressaltar que um comentário pode abranger mais de um tipo de argumento.

Argumentos:

- 1 - O garimpeiro como trabalhador e pai de família com virtudes que recorre ao garimpo por falta de empregabilidade em Roraima
- 2 - O garimpo como único potencial de desenvolvimento econômico de Roraima
 - 2.1 - O ambientalismo colocado como limitador do desenvolvimento
- 3 - O garimpeiro como vítima de conspiração internacional
 - 3.1 - Políticos e figuras consideradas “de esquerda” como parte da teoria, junto com o Ibama e lideranças indígenas e ambientalistas
 - 3.2 - A descredibilização de ideologias consideradas “de esquerda”
- 4 - O garimpeiro como alguém que nega ou subestima problemas causados pelo garimpo e faz transferências de responsabilidade ou muda o foco do assunto
 - 4.1 - A descredibilização de órgãos de fiscalização e uso da Venezuela como causas únicas de problemas
- 5 - O garimpeiro como agente modernista de transformação cultural que deve “salvar” indígenas e moldar uma concepção urbana de Roraima
- 6 - O garimpeiro como autoridade para falar de garimpo (para desqualificar críticos)

O argumento 1 surge em retórica à ilegalidade do garimpo em terras indígenas. Entre críticos do garimpo, é comum que essa lógica crie a priori a relação de que os garimpeiros na Terra Yanomami são bandidos, pois estão cometendo crime ao invadir o território. Para o discurso pró-garimpo refutar isso, usa termos como “trabalhador” e “pai de família” constantemente para demonstrar que os garimpeiros contam são pessoas espiritualizadas e dotadas de virtudes. O uso da Estátua do Garimpeiro também é fundamental, pois auxilia na construção da memória para os garimpeiros, que se veem representados no monumento e parte da história do desenvolvimento urbano do estado.

Aqui o discurso pró-garimpo apela para o lado emocional, algo comum de observar em debates. Aristóteles cita na obra “Retórica” que o uso da emoção é um dos três meios de persuasão da refutação. Os outros dois são a imposição de autoridade e credibilidade, que será visto no argumento 6, e o uso da lógica, visível no argumento 2. (JÚNIOR, 2005. p. 37)

Aristóteles categoriza três aspectos principais relacionados ao apelo emocional, referido por ele como *pathos*. São estes: prudência, virtude e a benevolência. A prudência nessa categorização consiste no orador demonstrar sensatez e pleno uso de suas faculdades mentais para despertar confiança. A virtude é manifestada pelo orador através de argumentos com linguagem emocionalmente carregada, muitas vezes com o uso de histórias, exemplos e metáforas. O objetivo é que a vivência e visão de mundo do orador sejam vistas como virtuosas, e por tanto valiosas. A benevolência consiste na criação de empatia com o público por meio da narração de vivências pessoais, evocação de memórias coletivas e a descrições emotivas universais, capazes de fazer o público se colocar no lugar do orador. (ARISTÓTELES. p. 159-161)

A figura do garimpeiro como trabalhador mostra virtude. Apresentar o garimpo como “somente” uma sustentação financeira demonstra a prudência do garimpeiro. E a família é utilizada como benevolência. Esta é a “vidraça” do garimpeiro, a imagem que ele busca solidificar até mesmo em opositores.

O argumento 2 é o mais pragmático entre os seis, geralmente voltado para debates mais racionais sobre o tema. Ele não é inteiramente falso, pois há injeções de capital em comércios locais frutos do lucro de garimpeiros e donos de maquinários. O que é falso, entretanto, é a promessa de desenvolvimento econômico, um termo conceitualmente voltado para a promoção do bem-estar coletivo por meio da economia.

Há estudos que apontam que os impactos socioeconômicos da garimpagem são pequenos, uma vez que a maior parte do lucro arrecadado acaba nas mãos de apenas alguns

donos de maquinários. Além disso, os efeitos do dinheiro de garimpo são de curta duração para outros beneficiados devido à natureza meramente extrativista da atividade. O Instituto Socioambiental (ISA) publicou em 2022 um estudo que constata que municípios da região norte do país afetados pelo garimpo contam com Índice de Progresso Social (IPS) inferior à média da Amazônia Legal⁵⁴. Já o Instituto Escolhas aponta que os impactos do garimpo no Produto Interno Bruto (PIB) duram no máximo cinco anos⁵⁵, pois uma vez que os minérios se tornam escassos, não há mais onde extrair lucros, e outras formas de ganho financeiro com a fauna e flora ficam comprometidas devido o desmatamento.

Ou seja, o garimpo pode até trazer uma renda momentânea, mas sem a garantia de estabilidade financeira para trabalhadores marginalizados, estados ou municípios. Afinal, um comércio não é mantido somente com ganhos financeiros momentâneos, é preciso que o consumo seja constante. Sem estabilidade, não há crescimento econômico ou desenvolvimento social real. A consequência é um estado cuja maior parte da população depende de trabalhos informais para sobreviver.

Em 2022, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou que 46,16% da população roraimense vive com menos de R\$500 por mês. No ano anterior, o percentual já chegava a quase 44%⁵⁶. O dado tem como um dos fatores a crise migratória venezuelana iniciada em 2015, mas mesmo com a suposta ajuda do garimpo ilegal é possível apontar que a situação econômica da população não melhora de um ano para o outro.

Da racionalidade para a conspiração, o argumento 3 é a teoria da “farsa ianomami” repetida várias vezes sob diferentes perspectivas ao longo dos comentários analisados. Nos anos 1990, a teoria era usada para implicar que os Yanomami não existem. Hoje, já sendo impossível negar a existência desse povo, ela é ressignificada para implicar que na realidade o povo Yanomami é vítima de massa de manobra de iniciativas estrangeiras.

No contexto de janeiro-março de 2023, ela enquadra Lula e Ibama como membros do grande “complô internacional contra os brasileiros”. É a partir deste argumento que surge a desconfiança pelas intenções de preservação ambiental pregadas por lideranças indígenas.

⁵⁴ ISA comprova que garimpo impede progresso social da Amazônia. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/estudo-do-isa-comprova-que-garimpo-impede-progresso-social-da-amazonia> Acesso dia 28.04.23

⁵⁵ Qual o real impacto socioeconômico da exploração de ouro e diamante na Amazonia Disponível em: <https://escolhas.org/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo-Qual-o-real-impacto-socioecon%C3%B4mico-da-explora%C3%A7%C3%A3o-de-ouro-e-diamantes-na-Amaz%C3%B4nia-.pdf> Acesso dia 28.04.23

⁵⁶ Índice de pobreza chega a 46% e moradores dependem de ONGs para se alimentar em RR Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/rraima/noticia/2022/08/31/indice-de-pobreza-chega-a-46percent-e-moradores-depender-de-ajuda-de-ongs-para-se-alimentar-em-rr.ghtml> Acesso dia 28.03.23

Munido deste argumento, o discurso anti desmatamento passa a significar uma farsa para os garimpeiros, e, portanto, algo que deveria ser evitado.

Um garimpeiro pode até não acreditar na teoria como um todo, mas é possível usar alguns elementos dela para alegar perseguição e intenções vorazes. É aqui que surge as acusações de hipocrisia do Ibama por queimar maquinários, ou o discurso de que Lula só decretou o uso das Forças Armadas na Terra Yanomami por “vingança” por ele ter recebido um percentual baixo de votos em Roraima nas eleições de 2022. Enquadra-se ainda nesse argumento o medo de ideologias de esquerda, também destacado no livro “farsa ianomami”. O medo de tais ideologias é justificado pela descrença nelas de forma generalizada.

Quaisquer discursos que pregam o bem-estar coletivo são considerados aproveitadores, dotados de metas sem possibilidade de serem aplicadas na sociedade ou com o perigo de criar uma sociedade “preguiçosa”. É aí que surgem os discursos focados no individualismo, que passam a ser exaltados e usados como justificativa de problemáticas do garimpo, algo que será visto no argumento 4.

A eficiência da teoria conspiracionista sobre os Yanomami revela o porquê de sua existência. Mesmo sem contar com evidências concretas, ela serve como retórica que justifica vários dos atos anti ambientais defendidos. Em apenas uma teoria, é possível reunir um discurso que antagoniza lideranças indígenas, ONGs, a “esquerda” e órgãos de fiscalização, como o Ibama, de uma vez só. Para refutar a conspiração, como já foi visto no capítulo anterior, é necessário desconstruir todos esses elementos, o que torna o assunto muito mais complexo do que um simples “é tudo um grande complô internacional com a esquerda, Ibama e lideranças indígenas contra os brasileiros”, muito mais fácil de decorar e repercutir. Mesmo assim, é necessário para a sociedade roraimense pautar a farsa da “farsa ianomami”.

Os argumentos 4 e 6 são casos peculiares pois consistem em retóricas recorrentes no cotidiano para a maior parte dos debates. São retóricas que pessoas de qualquer posicionamento já utilizaram ao menos uma vez na vida. A transferência de responsabilidade, mudança de foco argumentativo e o uso de autoridade são tão comuns que já foram destacados ainda no século XIX pelo filósofo Arthur Schopenhauer na obra *Dialética Erística*, também conhecida como *A Arte de Ter Razão* (2022). O livro explora estratégias para refutar argumentos e vencer debates. Ao todo, são 38 estratégias, que segundo o autor podem ser utilizadas para refutações mesmo que de forma desonesta ou faltando com a verdade.

O caso do argumento 4 combina com os estratégias 3, 18, 23, 28 e 29. Em resumo: o estratégia 3 é tomar uma afirmação como relativa, e assim conduzir o assunto para outro contexto; o estratégia 18 prega o desvio da atenção de um assunto para o outro; o

estratégia 28 pontua a descredibilização de fontes oficiais através do apelo ao senso comum; e o estratégia 29 aponta a possibilidade de pular para assuntos arbitrários em torno de um mesmo objeto de discussão.

O estratégia 3 é visto em comentários a respeito da ajuda humanitária aos indígenas com desnutrição. Se eles recebem ajuda e o governo federal usa isso para parecer caridoso, o discurso pró-garimpo logo refuta “e quanto aos venezuelanos?”, o que muda o contexto do assunto ajuda humanitária. Na reportagem em que mostra uma base da Funai na Terra Yanomami sendo atacada, o raciocínio é invertido no discurso garimpeiro para que haja mudança de assunto, como no estratégia 18. Para eles, é a Funai que está atacando, sendo agressiva, e, portanto, passa a não ser mais interessante para esse debate discutir os detalhes do ataque em questão.

O estratégia 28 é recorrente em várias das postagens analisadas por buscar descredibilizar órgãos oficiais e meios de comunicação como o G1. No caso das denúncias de prostituição de menores, é reforçado que “quem vive em Roraima sabe que a realidade não é assim”. Ainda sobre a prostituição de menores, o estratégia 29 aparece em comentários que minimizam o crime. Nesta retórica, são as menores de idade que são responsabilizadas. “Elas sabiam onde estavam se envolvendo” muda o assunto de exploração sistemática de menores para o caso pessoal da denunciante, o que representa um assunto arbitrário no debate que a denúncia traz. Mas isso ocorre ainda em torno do mesmo objeto de discussão, a denúncia em si.

Já o argumento 5 resgata o extrativismo fruto da colonização do Brasil e o modernismo iniciado pela revolução industrial. Essas linhas de pensamentos já foram abordadas no primeiro capítulo, e são materializadas no contemporâneo através deste argumento. O ideal de que é somente indígena aquele que está em seu “estado puro”, isolado no meio da floresta, sem celular ou demais aparatos tecnológicos aparece aqui. E com isso os comentários a respeito de uma suposta hipocrisia de lideranças indígenas por ter bens materiais como um carro, também. Assim como as críticas a doações de alimentos pelo governo federal e a assistência em saúde necessária para a preservação da vida dos indígenas em meio às invasões. Ao mesmo tempo, é nesse mesmo argumento que surgem os comentários de que os ditos “indígenas em estado puro” precisam ser “resgatados”, anexados ao modernismo. Ou seja, independente da perspectiva de dentro deste argumento, sempre é necessário “fazer algo” em relação aos indígenas, o que demonstra descontentamento pela preservação cultural e ambiental dos mesmos. É aqui que rege o desejo pelo

“desenvolvimento” de Roraima, o sonho de que o estado já não seja mais vinculado aos indígenas.

Por fim, o argumento 6 é a transformação do garimpeiro em figura de autoridade no assunto garimpo. A lógica é simples; “você não pode comentar sobre o garimpo pois nunca esteve em um” ou “você não sabe qual a realidade na Terra Yanomami pois nunca foi lá. Eu fui, e, portanto, sei deste assunto melhor do que você”. O problema desta argumentação é claro: as perspectivas e vivências no garimpo são diferentes das de uma comunidade indígena. E essas também são diferentes das de fiscalizadores que trabalham na região. São visões particulares que não agregam o sentimento geral de quem está na Terra Yanomami.

O estratagema 30 de Schopenhauer é voltado para o argumento de autoridade. Ele explica que o uso da autoridade serve para inibir que os espectadores busquem as próprias conclusões dentro de um assunto. Se o orador é dotado de uma experiência em algum assunto, no caso aqui a garimpagem, então é ele que conta com a palavra final sobre o tema.

“A concordância torna-se, agora, um dever. A partir de agora, os poucos que são capazes de julgar calam-se: e aqueles que falam são incapazes de formar opiniões e juízos próprios, sendo o mero eco da opinião alheia e, no entanto, as defendem com tamanho zelo e intolerância. Pois, nas pessoas que pensam diferentes delas, eles não odeiam apenas a opinião diversa da professada por elas, mas, antes, a presunção de querer formular o próprio julgamento - o que elas jamais empreendem e do que, secretamente, estão conscientes” (SCHOPENHAUER, 2022. p.44)

Dentre os argumentos apresentados, o 1º é o que mais apela para o necessário debate a respeito da marginalização de pessoas que optam pela exploração trabalhista do garimpo por falta de oportunidades de emprego em Roraima. Muitos dos garimpeiros são analfabetos, outros não contam nem com o ensino fundamental completo. Esta é uma população que é historicamente esquecida pelo poder público, e que hoje tem parte de sua renda comprometida pela exploração dos donos de maquinários que impõem dívidas aos convocados. Mas, ainda é melhor se permitir a exploração do que ficar sem renda alguma.

Essa problemática relacionada ao garimpo foi reconhecida até mesmo pelo ministro dos direitos humanos Silvío Almeida em fevereiro de 2023. Ele ressalta que o governo federal tem como obrigação não apenas intervir para acabar com o garimpo ilegal em Roraima, mas também incentivar o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis para evitar tanto o desmatamento quanto explorações trabalhistas como as que estão presentes na garimpagem. Nas palavras dele: “O que acontece é resultado de uma ausência do estado brasileiro no sentido de estabelecer os parâmetros de regulação que permitam reprodução ordenada da vida...o que a gente precisa entender é como mudar a dinâmica de intervenção do estado

brasileiro no sentido de garantir as condições para uma atividade econômica que seja sustentável, que seja boa para a vida das comunidades"⁵⁷.

O garimpo é visto como única forma de trabalho para pessoas marginalizadas em Roraima devido à uma longa construção histórica. Mas a perpetuação dessa mentalidade é incentivada pelos políticos e empresários roraimenses que se beneficiam muito mais do garimpo do que os próprios garimpeiros. Os políticos de Roraima preferem reforçar a necessidade do garimpo ilegal como única forma de desenvolvimento econômico do estado ao invés de reconhecerem que existem alternativas sustentáveis. Mas, para quem já se beneficia de uma atividade sem interferências fiscais, e ainda com a possibilidade de lavar dinheiro no mercado de minérios, seria difícil que eles passem a não mais incentivar.

Neste ponto, é importante que a Polícia Federal, o Ibama e o sistema judiciário combatam o garimpo com o objetivo prioritário de encontrar aqueles que mais se beneficiam da ilegalidade: os donos de maquinários, aviões e recursos que ainda continuam financiando a invasão da Terra Yanomami. A reativação de postos de fiscalização este ano por si só já representa um passo importante, mas as invasões não irão acabar enquanto os financiadores não forem combatidos.

Mas para além da inviabilização do garimpo, é necessário que haja alternativas de desenvolvimento econômico que de fato garantam o progresso social dos milhares de roraimenses que estão abandonados pelo poder público, sem emprego, vivendo com menos de um salário-mínimo por mês, e fadados a fazer quaisquer serviços para sobreviver. Felizmente, ainda há tempo para isso acontecer.

Em maio de 2023, o Banco Mundial divulgou um extenso levantamento que demonstra que a floresta amazônica de pé é sete vezes mais lucrativa do que desmatada. O nome do estudo é “Equilíbrio Delicado para a Amazônia Legal Brasileira - Um Memorando Econômico”, e pode ser encontrado na íntegra em link disponível na nota de rodapé⁵⁸.

A colheita de insumos da floresta de forma estudada é capaz de auxiliar pesquisas médicas, além de criar produtos como cosméticos, fragrâncias, farmacêuticos, recursos genéticos, entre outros. A preservação do meio ambiente é a garantia de que esses produtos possam ser produzidos de forma contínua, sem que haja o esgotamento de recursos que inevitavelmente ocorrerá com os minérios. Para que isso ocorra, é necessário que haja

⁵⁷ Denúncias indicam propósito de extermínio dos Yanomami, diz Silvio Almeida <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/02/03/denuncias-indicam-proposito-de-exterminio-do-s-yanomamis-diz-silvio-almeida.htm>

⁵⁸ Equilíbrio Delicado para a Amazônia Legal Brasileira - Um Memorando Econômico. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-a-balancing-act-for-amazonian-states-report>
Acesso em: 10.06.23

incentivo fiscal do Governo Federal alinhado com a implementação de políticas ambientais eficazes. Empresas, agricultores e fruticultores precisam de incentivos governamentais para que possam ir até Roraima e estimular a criação de empregos. A oferta de cursos técnicos

Da mesma forma, isso precisa ser um clamor dentro da política roraimense, principalmente entre representantes no Congresso Nacional. Mas, a classe política roraimense majoritariamente ainda está presa à mentalidade extrativista, e precisa ser pressionada quanto a essa questão de forma séria, com estudos e levantamentos. O estudo do Banco Mundial é um dos que merece maior divulgação, pois conta com diversas propostas de políticas públicas que podem ajudar no desenvolvimento econômico da Amazônia legal atrelado à preservação ambiental. Há alternativas, mas elas precisam ser ouvidas e debatidas por todos, incluindo os garimpeiros.

Considerações Finais

Compreender a complexidade e o espaço-tempo do discurso pró-garimpo de Roraima não é tarefa simples. Na presente dissertação, foi necessário, primeiro, remontar os conceitos de identidade, cultura e memória para que os modos de representação e a construção do imaginário sobre o garimpeiro roraimense pudesse ser analisado. Depois, houve a breve descrição do processo de colonização e a sua lógica extrativista reconfigurada por uma lógica desenvolvimentista centrada na ideia de progresso como um processo civilizatório. É nesse processo que surge o estereótipo do indígena e de sua relação com a floresta, que dá justificativa “cultural” e “espiritual” para a mentalidade extrativista.

Buscando as raízes desse imaginário, seguimos com o contexto histórico. Inicialmente, mostrando a origem do garimpo no Brasil, na região sudeste do país. Depois, o foco foi direcionado para o extrativismo amazônico, um sonho que nasceu europeu e se tornou brasileiro com o passar dos séculos. O garimpo em Roraima só teria os primeiros registros no século XX, mas já iniciou como fruto de uma carga histórica colonizadora que é perpetuada até o presente sendo tratada como tradição. Com a construção da BR-174, na década de 1970, houve o crescimento da população do estado nas décadas seguintes. No fim dos anos 1980, aconteceu uma forte “corrida ao ouro” ao norte do estado que custou a vida de milhares de indígenas. Esse processo foi interrompido com a Constituição de 1988 e, em 1992, com a demarcação da Terra Yanomami. Houve, no entanto, o início de uma onda de invasões às terras demarcadas na década de 2010 que atingiu seu ápice entre 2020 e 2022.

O objetivo do presente projeto foi compreender o discurso que apoia essas invasões a partir de uma lista de seis argumentos recorrentes buscou simplificar a retórica garimpeira da forma mais didática possível.

O que os dados coletados demonstram é uma dimensão inédita da forma de se discutir as problemáticas do garimpo. É fundamental apoiar as causas indígenas e ambientais, mas ser contra o garimpo ilegal representa mais do que isso. É também reconhecer as milhões de pessoas na Amazônia Legal que são historicamente abandonadas pelo poder público, e acreditar que é possível prover trabalho digno, educação, saúde e bem-estar financeiro para elas. Para que o verdadeiro desenvolvimento econômico ocorra, é necessário lutar contra o garimpo e incentivar empresas a investirem na captação responsável de recursos da floresta amazônica para que os mais diversos tipos de produtos sejam e possam continuar sendo criados com ajuda desse rico bioma. Ao mesmo tempo, é preciso conhecer e lutar pela

reconfiguração de um imaginário que tem raízes profundas na história dos moradores e trabalhadores da região.

Entre os garimpeiros de Roraima, é comum o uso do verbo “luxar” para se referir a oportunidade de usar o dinheiro arrecadado após meses no garimpo para não só pagar as contas por um tempo, mas como também para ir em restaurantes caros, viajar, comprar bebidas finas, financiar uma moto nova, entre outras coisas.

Uma vez tive a oportunidade de ouvir um garimpeiro falar sobre uma viagem que ele fez com a família para Gramado, cidade turística no Rio Grande do Sul. Eu me lembro com clareza da felicidade e realização pessoal que ele sentiu ao contar sobre a oportunidade de se sentir rico. Fico feliz por essas conquistas, e minha intenção no presente projeto não é desmerecer os garimpeiros.

O que me enche de tristeza, no entanto, é a ilusão de que apenas isso basta para garantir a qualidade de vida de toda a população roraimense, quando a história, a ciência e estudos econômicos já provaram o contrário. O dinheiro para “luxar” eventualmente acaba e se esse valor não for também utilizado para investir em outras formas de ganho financeiro, só resta para o garimpeiro voltar para a Terra Yanomami, onde passará ao menos mais dois meses sofrendo de diversas formas de exploração, com a possibilidade de conviver com membros de facção criminosa na densa floresta amazônica.

E, assim como mencionei na introdução, destaco que a riqueza da região Amazônica depende da sua biodiversidade e da capacidade do poder público em articular programas e projetos que abandonem todo um imaginário extrativista que foi construído historicamente naquela região.

Se não houver outra atividade econômica viável, Roraima será somente lama, mercúrio e sangue. É possível que a qualidade econômica e de vida da população roraimense melhore, mas somente se houver o respeito à cultura indígena e a preservação da floresta amazônica. Isso não é uma opinião, é uma constatação de anos de estudo e vivência no meu estado.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARISTÓTELES. JÚNIOR, Manuel Alexandre. **RETÓRICA**. 2ª edição. Imprensa nacional - Casa da Moeda. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2005.
- BASTOS, Júlia Pedroni Batista. OBRÉGON, Marcelo Henrique Quiroga. **VENEZUELA EM CRISE: O QUE MUDOU COM MADURO**. Revista Derecho y Cambio social, 2018
- BHABHA, H.K. **O local da cultura**. Editoria UFMG, Belo Horizonte, 2006
- CABETTE FÁBIO, André. **Reinvenção do garimpo no Brasil**. LACED e UFRJ. 2022
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **As empreiteiras e a rodovia Transamazônica: interesses econômicos e impactos sociais de um grande projeto da ditadura brasileira**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021.
- DALMONEGO, Corrado. Paeterepê: quem são esses Napêpê? : elementos para o estudo da construção Yanomami da alteridade dos missionários. 2015. 294 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: AnnaBlume, 1993
- GARCEZ, João Pedro. **A Farsa Ianomâmi (1995) e o revisionismo militar brasileiro sobre a Amazônia: memória, usos políticos do passado e neocolonização**. Encontro regional sul de história oral, 2019.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos : coleções, museus e patrimônios** / José Reginaldo Santos Gonçalves. - Rio de Janeiro, 2007.
- HALL, Stuart. **Identidades culturais na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: editora da UNICAMP, 2013. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 23 de outubro de 2022
- LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: ed. 34, 1999
- LEMOES, André. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura**. SP: Annablume, 2013.
- NOGUEIRA, Francisco Marcos Mendes. VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. SOUZA, Carla Monteiro. **RORAIMA NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES: IMPRESSÕES DA (RE)CONFIGURAÇÃO ESPACIAL ENTRE 1980-1991**, 2013
- PÓVOA-NETO, Helion. **Migrantes, Garimpeiros e seu “Lugar” no Território Nacional: itinerância e Mobilidade Espacial do Trabalho**. Geo UERJ, [S. l.], n. 2, pp. 43-50, fevereiro de 2016.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. - 3ª edição - São Paulo: Global, 2015.
- RODRIGUES, Eduardo Paschoal. PINHEIRO, Eduardo Silva. **O DESFLORESTAMENTO AO LONGO DA RODOVIA BR-174 (Manaus/AM-BOA VISTA/RR)**. Sociedade e Natureza. Uberlândia, ano 23. n.3,513-528, setembro/dezembro 2011.

SANTOS, R.B.S. **Processos na Identidade dos Indígenas Trabalhadores da Construção Civil na cidade de Boa Vista/RR**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2014.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A ARTE DE TER RAZÃO**; São Paulo: MEDIAfashion: Folha de São Paulo, 2022

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: Uma biografia**. UFMG. 2015

SILVEIRA, Isolda Maciel da; GATTI, Marcelo. **Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização**. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Série Antropologia, v. 4, n. 1, p. 43-64, 1988

SOUZA, Patrícia Verônica Nunes de Carvalho Sobral de. ALFAYA, Natalia Maria Ventura da Silva. **A CRISE MIGRATÓRIA DOS REFUGIADOS VENEZUELANOS NO BRASIL E A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS: POSSIBILIDADES CRIADAS PELAS NOVAS TECNOLOGIAS**. Universidade Tiradentes (UNIT) e Faculdades Londrina (FL), 2022.

VERAS, A.T.R. **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE BOA VISTA - RORAIMA**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), 2009.

WOODWARD, K. [Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual](#). In Silva, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais/Tomaz Thadeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2000